



**Crescer junto  
é nosso jeito de  
fazer negócio.**

## B A L A N Ç O P A T R I M O N I A L 2 0 2 1

Números dizem muito, mas não dizem tudo. Por isso, se há uma palavra capaz de complementar a história refletida em nosso Balanço Patrimonial 2021, ela é PARCERIA. Nós, da CNP Seguros Holding Brasil, fazemos parte da CNP Assurances, uma empresa francesa com mais de 170 anos no mercado mundial de seguros e que atua no Brasil há 21 anos, em parceria com a Caixa. Foi fazendo assim, lado a lado, que crescemos juntos e rentabilizamos cada oportunidade, gerando lucros e bons negócios para todos de forma sustentável, social e ambientalmente. No ano em que completamos duas décadas no País, ampliamos nossa rede de parceiros usando nossa expertise para atender às necessidades de ainda mais brasileiros. Desse modo, divulgar os dados a seguir é mais que mostrar ao mercado a força da CNP Seguros Holding Brasil, é uma forma de comemorar, juntos, ótimos resultados com nossos acionistas, parceiros, clientes e colaboradores.

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A. (anteriormente designada CAIXA SEGUROS HOLDING S.A.) ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia foi constituída com a finalidade de controlar, direta e indiretamente, as seguintes empresas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios, CNP Seguradora Especializada em Saúde S.A., Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda, CNP Participações Securitárias Brasil Ltda, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul, Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Youse Seguradora S.A., além de deter participação societária na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A.

**INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA**  
Ao final do exercício de 2021, a Companhia registrou um resultado de R\$ 963,7 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2021 de 22,4%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2021 totalizaram R\$ 1.003,2 milhões, uma redução de 59,6% em relação ao valor alcançado em 2020, sendo este fato explicado pela reestruturação societária ocorrida no final de 2020, onde as operações de (i) seguros de vida e prestamista e (ii) previdência foram transferidas para um novo grupo.

A Companhia terminou o ano de 2021 com um total de R\$ 328,9 milhões em ativos financeiros livres e obteve ao longo do exercício de 2021 um resultado financeiro de R\$ 28,4 milhões. O patrimônio líquido, em 2021, totalizou R\$ 3.830,0 milhões, o que representa uma redução de 19,8% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2020, sendo esta redução explicada principalmente pela

distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurado pela Companhia para apuração das denúncias da 13ª fase da Operação Descarte (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício.

**REESTRUTURAÇÃO E NOVA MARCA**  
Como resultado das mudanças societárias, a Companhia diversificou seu modelo de negócios, que passou a ter foco maior na construção de parcerias sólidas e duradouras para a distribuição de produtos completos para cuidar do patrimônio, da família e do futuro dos brasileiros. Para acompanhar o novo momento de reestruturação, lançamos uma nova marca proprietária, a CNP Brasil, que será apresentada ao mercado ao longo de 2022.

**IMPACTOS DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**  
Um fato relevante do exercício de 2021 foi o aumento das indenizações por sinistros ocorridos em consequência da Covid-19. O valor pago pelas sociedades supervisionadas investidas em indenizações passou de R\$ 137 milhões, em 2020, para R\$ 552 milhões, em 2021, o que impactou o resultado consolidado da Companhia. Além das mortes, a pandemia continuou impactando o cenário macroeconômico. Apesar da retomada do PIB, com crescimento estimado em 4,7%, houve aumento das pressões inflacionárias e o IPCA fechou o ano com crescimento acima de 10%, o que levou o Banco Central a iniciar um novo ciclo de alta dos juros.

### CRITÉRIOS ESG

A Companhia tem avançado cada vez mais nas práticas de integração dos aspectos ambientais, sociais e de governança - ESG - em todas as etapas do seu negócio. No exercício de 2021, a Companhia buscou identificar possíveis riscos socioambientais, mitigar seus efeitos e propor soluções sustentáveis, como a possibilidade de inserir produtos mais inclusivos em seu portfólio. Sempre alinhado com as melhores práticas do mercado, o Grupo criou novas áreas de controle e conformidade, garantindo governança transparente e alinhada à conduta ética. Para o próximo biênio (2022-2024), a Companhia firmou o compromisso de realizar três metas socioambientais: aderir à Política de Plástico Zero, de sua acionista francesa CNP Assurances; aumentar em 30% o uso de energia de origem solar na sede da Companhia; e implementar seu Programa de Diversidade. Em 2022, o Instituto Social CNP Brasil se prepara para lançar seu novo posicionamento social estratégico, que terá como foco a educação.

### Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda. A Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e de novos parceiros, além, é claro, do corpo funcional de todas as empresas da Holding.

O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

A Administração

### Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<b>ATIVO</b>										
<b>CIRCULANTE</b>		<b>569.109</b>	<b>845.387</b>	<b>4.289.273</b>	<b>5.446.502</b>		<b>287.872</b>	<b>94.216</b>	<b>6.146.309</b>	<b>6.853.069</b>
Caixa e equivalentes de caixa		206	411	23.190	18.468	14	-	4.071.558	5.047.966	
<b>Ativos financeiros</b>	<b>5</b>	<b>328.923</b>	<b>297.545</b>	<b>2.603.136</b>	<b>3.593.429</b>					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		328.923	297.545	2.094.091	2.050.254	16	-	570.038	602.655	
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	509.045	1.406.897	17	-	10.836	11.652	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		-	-	-	136.278	18	-	35.830	40.965	
<b>Créditos das operações com seguros</b>	<b>6</b>	<b>3.674</b>	<b>1.443</b>	<b>1.490.785</b>	<b>1.423.885</b>					
Prêmios a receber de segurados	6.1	-	-	798.972	826.339	19	228.887	43.220	241.398	56.266
Títulos e créditos a receber	6.2	3.674	1.443	691.813	597.546	20	11.368	10.026	560.778	377.669
Ativos de resseguro	8	-	-	30.796	36.062	23	47.617	40.970	655.871	715.986
Ativo fiscal corrente	9	12.287	121.428	41.396	238.992					
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	64.176	97.915					
Dividendos a receber	11	224.019	424.238	-	-					
Outros ativos		-	322	35.794	37.751					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>3.549.387</b>	<b>4.032.118</b>	<b>10.661.185</b>	<b>11.182.052</b>					
<b>Ativos financeiros</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>266.836</b>	<b>5.630.005</b>	<b>6.634.005</b>					
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	266.836	5.630.005	6.634.005	20	-	6.680	1.326	55.788
<b>Créditos das operações com seguros</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.029.397</b>	<b>913.187</b>					
Prêmios a receber de segurados	6.1	-	-	188.624	113.541	22	-	3.361.735	3.308.048	
Títulos e créditos a receber	6.2	-	-	840.773	799.646	23	584	-	10.862	-
Depósitos judiciais e fiscais	7	-	-	1.749.270	1.681.291					
Ativos de resseguro	8	-	-	41.319	54.421					
Ativo fiscal diferido	9	107.330	16.706	1.279.972	864.050					
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	295.321	351.754					
Outros ativos		-	-	1.418	1.541					
Investimentos em controladas e coligadas	12	3.434.167	3.739.928	108.174	107.328					
Propriedades para investimento		-	-	108.692	118.623					
Imobilizado	13	3.191	2.479	223.837	222.142					
Intangível		4.699	6.169	193.790	233.710					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.118.496</b>	<b>4.877.505</b>	<b>14.950.458</b>	<b>16.628.554</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital		Reservas		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ganhos não realizados com T.V.M.	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Ajustes de consolidação	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Social	Lucros	Legal	Capital							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.370.000</b>	<b>4.972.414</b>	<b>113.702</b>	<b>16.210</b>	<b>(17.974)</b>	<b>302.099</b>	<b>-</b>	<b>8.756.451</b>	<b>(11.847)</b>	<b>227.091</b>	<b>8.971.695</b>
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	-	(532.048)	-	-	-	-	-	(532.048)	-	(61.767)	(593.815)
Aumento de Capital: AGOE de 27.04.2020	595.000	(481.298)	(113.702)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários: AGE 03.09.2020	-	(2.650.000)	-	-	-	-	-	(2.650.000)	-	-	(2.650.000)
Dividendos intermediários: AGE 04.12.2020	-	(700.000)	-	-	-	-	-	(700.000)	-	-	(700.000)
Cisão parcial - conforme AGE de 17.12.2020	(1.290.000)	(476.174)	-	-	-	(108.146)	-	(1.874.320)	-	-	(1.874.320)
Ajustes de Títulos e valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(27.437)	-	(27.437)	-	596	(26.841)
Efeito da Cisão de acervo líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	3.753	86.172	89.925
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.504.807	2.504.807	4.154	55.472	2.556.125
Dividendos intercalares: AGE de 17.12.2020	-	-	-	-	-	-	(650.000)	(650.000)	-	-	(650.000)
<b>Proposta de destinação do lucro líquido:</b>											
Reserva legal	-	-	125.240	-	-	-	(125.240)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	1.678.723	-	-	-	-	(1.678.723)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.045)	(13.045)	-
Juros sobre o capital próprio propostos - R\$ 10,76 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	-	(50.844)	(50.844)	-	-	(50.844)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.675.000</b>	<b>1.811.617</b>	<b>125.240</b>	<b>16.210</b>	<b>(17.974)</b>	<b>166.516</b>	<b>-</b>	<b>4.776.609</b>	<b>(12.248)</b>	<b>294.519</b>	<b>5.058.880</b>
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	-	(1.321.788)	-	-	-	-	-	(1.321.788)	-	(39.138)	(1.360.926)
Títulos e valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(348.089)	-	(348.089)	-	(88.862)	(436.951)
Avaliação patrimonial investida	-	-	-	-	(11.541)	-	-	(11.540)	-	(6.225)	(17.765)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	963.735	963.735	(4.617)	58.473	1.017.591
<b>Proposta de destinação do lucro líquido:</b>											
Reserva legal	-	-	48.187	-	-	-	(48.187)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	686.662	-	-	-	-	(686.661)	-	-	-	-
Dividendos - R\$ 48,42 por lote de mil ações	-	-	-	-	-	-	(228.887)	(228.887)	-	(12.511)	(241.398)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.675.000</b>	<b>1.176.491</b>	<b>173.427</b>	<b>16.210</b>	<b>(29.515)</b>	<b>(181.573)</b>	<b>-</b>	<b>3.830.040</b>	<b>(16.865)</b>	<b>206.256</b>	<b>4.019.431</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais																																			
A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. Sendo controlada pelo grupo francês Caisse des Dépôts.																																			
A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) administração de consórcio; iv) atividades correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.																																			
<b>1.1. Reestruturação societária</b>																																			
<b>a. Acordo de acionistas para comercialização no Balcão da CAIXA</b>																																			
No dia 29 de agosto de 2018, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., que é a controladora indireta da Caixa Seguradora S.A. e Caixa Vida e Previdência S.A., firmaram um acordo para a formação de uma nova sociedade que explorará conjuntamente, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Os negócios da nova sociedade serão desenvolvidos por um novo veículo societário. Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria para 2046. A referida operação foi concluída e implementada em 30 de dezembro de 2020.																																			
<b>b. Reestruturações internas do Grupo</b>																																			
Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.a acima, foram realizadas duas operações societárias de cisão dentro do Grupo, conforme descrito a seguir.																																			
No dia 01 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo cindido, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que é uma operação interna do Grupo, ela foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes dessas carteiras.																																			
No dia 31 de julho de 2020, foi realizada a cisão parcial da CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. para a CNP Seguros Holding Brasil S.A., sendo o acervo cindido dessa cisão composto pela totalidade de ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., de forma que CNP Seguros Holding Brasil S.A. passou a ser a controladora direta da Caixa Vida e Previdência S.A.. Neste caso também, por se tratar de uma operação interna do Grupo, a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro no Grupo, tampouco para os clientes da Caixa Vida e Previdência S.A..																																			
<b>c. Cisão do investimento na Caixa Vida e Previdência S.A.</b>																																			
No dia 30 de dezembro de 2020, foi realizada a cisão parcial do investimento da Companhia para a Holding XS 1 S.A., passando a totalidade das ações representativas do capital social da Caixa Vida e Previdência S.A., para a nova holding, em conexão com o acordo entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade, conforme destacado na nota 1.1.a. O controle acionário da Holding XS1 S.A. é detido pelo grupo CNP Assurances com participação 51% das ações ordinárias e de 40% no total geral das ações, sendo que a Caixa Seguridade detém 49% das ações ordinárias e 60% no total geral das ações.																																			
<b>d. Redução de capital social da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.</b>																																			
Em reunião dos acionistas da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em 09 de julho de 2020, foi deliberado pela redução de parte do excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas, no montante de R\$950.000, mediante a restituição de à única acionista da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. e sem o cancelamento de quaisquer ações representativas do capital social da Companhia, mantendo-se, portanto, inalterado o número de ações do capital social da Companhia.																																			
<b>e. Acordo de acionistas para comercialização do ramo de Consórcios</b>																																			
A Caixa Seguridade, em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de consórcios, firmou, em 13 de agosto de 2020, com a CNP Assurances para a formação de uma nova sociedade que explorará, pelo prazo de 20 anos, o ramo Consórcios no Balcão CAIXA. A Companhia obteve autorização para funcionamento por parte do regulador em 12/03/2021, sendo que a homologação da nova estrutura acionária e administrativa ocorreu no dia 26/07/2021. Dessa forma foram cumpridas todas as condições necessárias para o começo das operações. Em 23/08/2021, a Companhia iniciou a comercialização dos produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA").																																			
<b>2. Resumo das principais políticas contábeis</b>																																			
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.																																			
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> .																																			
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 e 36/IAS 28 e IFRS 10.																																			
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.																																			
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 22 de fevereiro de 2022.																																			
<b>2.1. Consolidação</b>																																			
<b>2.1.1. Controladas</b>																																			
São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.																																			
As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.																																			
As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.																																			
Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 e 2020.																																			
Companhias com controle integral, salvo quando indicado de outra forma:																																			
<b>a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.</b> (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.																																			
<b>b. Caixa Seguradora S.A.</b> - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.																																			
<b>c. Caixa Capitalização S.A.</b> - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., (51% das ações), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.																																			
<b>d. Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios</b> - Controlada da Companhia, tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.																																			
<b>e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.</b> - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.																																			
<b>f. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.</b> Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.																																			
<b>g. Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul)</b> - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas.																																			
<b>h. Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.</b> - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades.																																			
<b>i. Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.</b> - Controlada da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos.																																			
<b>j. Youse Seguradora S.A.</b> - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas. Fundos de investimentos exclusivos:																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">Percentual de participação</th> </tr> <tr> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Direto</th> <th>Indireto</th> <th>Direto</th> <th>Indireto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGIO</td> <td>75%</td> <td>0%</td> <td>75%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>FI CAIXA MARFIM RF</td> <td>100%</td> <td>0%</td> <td>100%</td> <td>0%</td> </tr></tbody></table>													Percentual de participação				2021		2020			Direto	Indireto	Direto	Indireto	FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGIO	75%	0%	75%	0%	FI CAIXA MARFIM RF	100%	0%	100%	0%
	Percentual de participação																																		
	2021		2020																																
	Direto	Indireto	Direto	Indireto																															
FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGIO	75%	0%	75%	0%																															
FI CAIXA MARFIM RF	100%	0%	100%	0%																															

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

← continuação

### b. Créditos das operações de seguros

Esse ativos financeiros são representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e outros créditos operacionais (créditos do SFH). Esses créditos são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

#### 2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no último pregão em que foram negociadas.

c. Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificados de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário e letras de crédito do agronegócio: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

#### 2.4.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimento, de acordo com os limites estabelecidos em seu o regulamento com foco na proteção, sem operação de *hedge*.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo gestor de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

### 2.5. Impairment

#### 2.5.1. Impairment de ativos financeiros

##### a. Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos por *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O Grupo avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

- A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros e resseguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias e 180 dias respectivamente, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;
- Para cálculo da provisão para risco de crédito dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.2.1.;
- Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

Mediante avaliações, o Grupo entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas, conforme regra do CPC 38.

#### b. Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada no patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

#### 2.5.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos compostos pelos gastos com *software*, são registrados ao preço de custo, estão sujeitos à amortização (20% ao ano) e são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

#### 2.6. Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

#### 2.7. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.. Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.14 e 13.b.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

#### 2.8. Contratos de seguros e contratos de investimento

Em linha com o CPC 11, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco significativo de seguro, risco financeiro ou ambos.

Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro que não transfere risco de seguro significativo.

#### 2.9. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

##### 2.9.1. Segmento de seguros de pessoas e danos

###### Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e parcela de Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses.

###### Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão é constituída (e atualizada monetariamente nos termos da legislação) para a cobertura dos valores que a Administração estima serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota.

###### Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço.

Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH) para a Caixa Seguradora S.A.. Sendo estimada pelo método *Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson*, com observações de 4 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

###### Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR)

A provisão é constituída para cobrir as reavaliações dos valores de indenização dos sinistros realizadas posteriormente à constituição inicial da PSL, reavaliações estas que poderão se dar ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

Sendo estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 8 trimestres para o grupo de Vida e 8 trimestres para o grupo de Crédito.

###### Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros/eventos já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a Administração ainda constitui uma parcela de PDR relativa a despesas de sinistros/eventos e a ocorrer. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

###### Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A provisão é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

##### 2.9.2. Segmento de saúde e odont

###### Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG)

A provisão é constituída para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, apurando a parcela de prêmio/contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco.

###### Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL)

A provisão é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial, bruto de qualquer operação de resseguro.

###### Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis.

###### Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS)

A provisão é constituída mensalmente, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.

###### Provisão para Remissão

A provisão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o beneficiário, calculada mensalmente.

##### 2.9.3. Segmento de capitalização

###### Provisão Matemática para Capitalização (PMC)

A provisão é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto de Capitalização.

###### Provisão para Resgate (PR)

A provisão contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

###### Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

A provisão é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano de capitalização. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto de Capitalização.

###### Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

###### Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, observadas as regulamentações específicas vigentes.

### 2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

#### a. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras preveem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores a adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro.

Além da utilização desta importante isenção, o Grupo aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); i) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro; ii) identificação de derivativos embutidos.

#### b. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros

O Grupo registra como um ativo os gastos que são diretamente incrementais e que possam ser avaliados com confiabilidade, relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, à emissão de títulos de capitalização e à aquisição de cotas de consórcios. Esses gastos são representados principalmente por comissões e arrendamento de balcão. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. A amortização deste ativo ocorre de acordo com o período de vigência dos contratos, seu prazo médio de vigência dos contratos em 2021 foi de 36 meses (49 em 31 de dezembro de 2020).

#### c. Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os ramos por riscos similares.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

- a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
- b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizam tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:

- Automóvel: 61,5%;
- Patrimonial: 25,3%;
- Pessoas Caixa Seguradora: 29,6%;
- Pessoas Previsul: 30,5%;
- Habitacional Danos: 3,9%;

• Odonto: 29,6;

• Crédito Previsul: 58,8%.

c) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;

d) Despesas: as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;

Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados, não foram identificadas insuficiências nos agrupamentos realizados.

#### 2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

#### 2.12. Apuração do resultado

a. Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.

b. As receitas de seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento que coincidem com o regime de competência. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, pela vigência do contrato.

c. A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado a partir da data de emissão do título, ou momento de solicitação dos resgates. No caso dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador do registro da receita será emissão do título para a primeira parcela, e para as demais parcelas a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.

d. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. Já a taxa de administração de grupos de consórcios é reconhecida como receita quando do efetivo recebimento pela Administradora de consórcios, conforme o estabelecido na circular vigente e exigido pelo órgão regulador.

e. As receitas com as contraprestações provenientes das operações de planos de assistência à saúde e odonto são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O resultado das transações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

f. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

g. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

#### 2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A alíquota de contribuição social sobre o lucro foi de 15% até junho de 2021 e 20% para o segundo semestre de 2021 para as Controladas equiparadas a financeiras e 9% para as demais Controladas e Controladora, conforme legislação em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

#### 2.14. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### 2.14.1. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

#### 2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir:

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Com vigência a partir de 01 de janeiro de 2018, a adoção do CPC 48/IFRS 9, que substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos financeiros, tem entre outras diretrizes a alteração das classificações de ativos financeiros. As três classificações de ativos financeiros previstas pela norma são: mensurados ao custo amortizado, valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo através do resultado (VJR).

A classificação dos ativos financeiros no alcance do CPC 48/IFRS 9 nas categorias acima citadas se baseia no modelo de negócios o qual um ativo financeiro é gerenciado e as características dos seus fluxos de caixa. Assim, o CPC 48/IFRS 9 elimina as classificações de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda previstas no CPC 38/IAS 39.

Adicionalmente, derivativos embutidos não são separados de um contrato principal se este for um instrumento financeiro no escopo do CPC 48/IFRS 9, em vez disso o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Outra mudança relevante está na avaliação de perda ao valor recuperável (*impairment*). O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38/IAS 39 para um modelo que considera informações prospectivas de perdas esperadas. O novo modelo se aplica a instrumentos mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívidas mensurados ao VJORA e recebíveis de contratos de arrendamento. Consequentemente, o modelo de perdas esperadas reconhece as perdas de crédito de maneira antecipada ao modelo de perdas incorridas.

Ainda, no CPC 48/IFRS 9 a contabilidade de *hedge* deve ser alinhada com os objetivos e estratégias de gestão de risco da entidade, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade de *hedge*. Entretanto na aplicação inicial da norma, a entidade pode como escolha de política contábil continuar adotando os requerimentos de contabilidade de *hedge* do CPC 38/IAS 39.

Conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9 a entidade não é obrigada a reapresentar períodos anteriores para refletir a aplicação das alterações aqui descritas.

A Administração concluiu que as atividades da Companhia estavam até 2020 predominantemente relacionadas com seguro, com base nos critérios estabelecidos nos itens 20b a 20k pela Revisão de pronunciamentos nº 12 aprovada em 1 de dezembro de 2017 (*amendments* do IFRS 4), diante disso, optou pelo benefício da isenção temporária do CPC 48/IFRS 9, permitida pela Revisão, e aplicou o CPC 38/IAS 39 para os períodos anuais até 31 de dezembro de 2021, adotando o referido pronunciamento a partir de 01 de janeiro de 2022.

**IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor, cuja data prevista é para 1º de janeiro de 2023.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

← continuação

julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 2.9.2.10.b e 14.3 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 5 - Ativos Financeiros; e
- Nota 22 - Provisões para processos judiciais.

### 4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) exige a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, e operacionais, socioambientais e de *Compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios;
- Gerar Alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos Solvência II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Certificar todo o monitoramento e a eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo;
- Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo;
- Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado, dentro de um processo, e apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

O Grupo conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, o Grupo vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

#### 4.1. Risco de seguro

##### 4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, saúde e odontológico para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

**a. Risco estratégico** - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

**b. Risco atuarial** - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

##### 4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

##### 4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e basear-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

##### 4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro do Grupo é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURADORES	PARTICIPAÇÃO	RATING(1)	CONDIÇÃO
Garantia	Riscos Financeiros	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
Excesso de Danos Patrimonial por Risco	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURO S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe De Riscos Patrimoniais	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURO S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe Umbrella	Residencial, Empresarial, Lotéricos, Risco de Engenharia, Automóvel, Habitacional (Mip/DFI), Vida Individual	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURO S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AWAC LLOYD'S 2232	7,0%	A	ADMITIDO
Catástrofe de Riscos Pessoais	Habitacional (MIP), Vida Individual	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
Excesso de Danos por Risco em Seguros de Pessoas	Habitacional (MIP), Vida Individual	AUSTRAL RESSEGURO S/A	20,0%	B+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
Belo Monte	Risco de Engenharia	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURO S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
		TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO
		VALIDUS REASEGUROS, INC (LLOYD'S)	2,4%	A	ADMITIDO
		XL INSURANCE COMPANY SE	5,7%	A+	ADMITIDO
		ZURICH INSURANCE COMPANY	8,8%	A+	ADMITIDO
		MARLBOROUGH RE (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		Facultativo Empresarial CEF	Empresarial (Patrimônio da Caixa Econômica Federal)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%
SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%			A+	LOCAL
CHUBB RESSEGURO DO BRASIL S/A (2)	20,0%			AA	LOCAL
MAPFRE BRASIL RE	10,0%			A	LOCAL

(1) *Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)*

(2) *Ratings pela agência Fitch*

#### 4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, Capitalização, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

##### 4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro						
Taxa +1%	-0,00%	0,00%	-1,83%	-1,83%	-1,04%	-1,04%	-1,63%	-1,63%
Taxa -1%	0,00%	0,00%	1,91%	1,91%	1,06%	1,06%	1,70%	1,70%
Sobrevivência +10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Sobrevivência -10%	NA	NA	0,00%	0,00%	NA	NA	0,00%	0,00%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	NA	NA	NA	NA	5,15%	5,17%	-3,31%	2,27%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	NA	NA	NA	NA	-5,15%	-5,17%	-3,31%	-2,27%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,01%	-0,01%

##### Notas:

**a)** A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

**b)** Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos \* (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultado antes dos impostos e participações - 1;

**c)** O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação;

##### 4.2. Risco de crédito

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são:

- parte ressegurada dos passivos de seguro;
- montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos;
- montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro;
- montantes devidos por intermediários nas operações de seguros;
- montantes referentes a empréstimos e

recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que se encontra descrita na Nota 5.4).

	Controladora					
	31/12/2021		31/12/2020		BB	Sem Rating
Valor justo por meio do resultado	79.863	249.060	328.923	29.531	268.014	297.545
Fundos de investimentos	-	248.381	248.381	-	268.815	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	-	29.782	8.000	-	8.000
Notas do tesouro nacional	-	-	-	330	-	330
Operações compromissadas	50.081	-	50.081	21.201	-	21.201
Outros valores	-	679	679	-	(801)	(801)
<b>Disponíveis para venda</b>	-	-	-	<b>266.836</b>	-	<b>266.836</b>
Letras do tesouro nacional	-	-	-	155.085	-	155.085
Notas do tesouro nacional	-	-	-	111.751	-	111.751
	-	3.674	3.674	-	1.443	1.443
<b>Exposição máxima</b>	<b>79.863</b>	<b>252.734</b>	<b>332.597</b>	<b>296.367</b>	<b>269.457</b>	<b>565.824</b>

	Consolidado					
	31/12/2021		31/12/2020		AA+	BB
Valor justo por meio do resultado	-	1.337.845	756.245	2.094.090	-	467.481
Ações	-	-	55.135	55.135	-	92.149
Fundos de investimentos	-	-	701.110	701.110	-	1.490.624
Letras financeiras do tesouro	-	333.902	-	333.902	-	110.852
Notas do tesouro nacional	-	9.465	-	9.465	-	3.179
Operações compromissadas	-	994.478	-	994.478	-	353.450
<b>Disponíveis para venda</b>	-	<b>6.139.051</b>	-	<b>6.139.051</b>	-	<b>7.907.048</b>
Letras do tesouro nacional	-	3.278.191	-	3.278.191	-	4.316.923
Notas do tesouro nacional	-	2.860.860	-	2.860.860	-	3.561.077
Letras financeiras	-	-	-	-	-	131.660
Outros valores	-	-	-	-	-	29.048
	-	-	-	-	-	136.333
<b>Mantidos até o vencimento</b>	-	-	-	-	-	<b>136.333</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	136.333
	-	987.596	987.596	-	-	939.880
<b>Prêmios de seguros</b>	-	-	-	-	-	<b>939.880</b>
<b>Títulos e créditos a receber (*)</b>	1.214.277	-	318.309	1.532.586	1.168.957	-
<b>Ativos de resseguro</b>	-	-	72.115	72.115	-	90.483
<b>Exposição máxima</b>	<b>1.214.277</b>	<b>7.476.896</b>	<b>2.134.265</b>	<b>10.825.438</b>	<b>1.168.957</b>	<b>8.510.862</b>

(\*) AA+ - Refere-se a contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o *rating* do risco Brasil (tesouro nacional).

#### 4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	1.751.846	235.529	106.716	2.094.091
Ativos financeiros disponíveis para a venda	509.045	5.629.245	760	6.139.050
Prêmios a receber de segurados	798.972	188.624	-	987.596
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	691.813	840.773	-	1.532.586
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	45.991	1.910	76.855
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>3.777.645</b>	<b>6.940.162</b>	<b>109.386</b>	<b>10.827.193</b>
Provisões técnicas	605.890	1.210.512	37.374	1.853.776
Passivos financeiros - capitalização	1.167.221	1.868.748	-	3.035.969
Passivos financeiros	1.739.257	106.284	-	1.845.541
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>3.512.368</b>	<b>3.185.544</b>	<b>37.374</b>	<b>3.735.286</b>

(\*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(\*\*) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

#### 4.4. Risco de mercado

**a. Gerenciamento de risco de mercado**  
Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**5. Ativos financeiros**

**5.1. Resumo da classificação**

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Controladora</b>							
<b>Valor justo por meio do resultado</b>							
Fundos de investimento	248.381	248.381	268.815	268.815	248.381	-	-
Letras financeiras do tesouro	29.782	29.770	8.000	7.972	-	-	14.481
Notas do tesouro nacional	-	-	330	331	-	-	-
Operações compromissadas (i)	50.081	50.081	21.201	21.201	-	50.081	-
Outros valores	679	679	(801)	(802)	679	-	-
<b>Total</b>	<b>328.923</b>	<b>328.911</b>	<b>297.545</b>	<b>297.517</b>	<b>249.060</b>	<b>50.081</b>	<b>14.481</b>

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Controladora</b>							
<b>Disponível para venda</b>							
Letras do tesouro nacional	-	-	155.085	144.195	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	111.751	104.620	-	-	-
<b>Total Global</b>	-	-	<b>266.836</b>	<b>248.815</b>	-	-	-

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Consolidado</b>							
<b>Valor justo por meio do resultado</b>							
Ações	55.135	54.758	92.149	78.733	55.134	1	-
Fundos de investimento	701.110	701.110	1.490.624	1.490.624	701.110	-	-
Letras financeiras do tesouro	333.902	334.186	110.852	111.860	-	1.123	230.861
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	9.465	10.351	3.179	3.182	-	-	4.667
Operações compromissadas (i)	994.478	994.478	353.450	353.450	-	994.478	-
<b>Total</b>	<b>2.094.090</b>	<b>2.094.883</b>	<b>2.050.254</b>	<b>2.037.849</b>	<b>756.244</b>	<b>995.602</b>	<b>235.528</b>

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Consolidado</b>							
<b>Disponível para venda</b>							
Letras financeiras do tesouro	-	-	29.048	29.052	-	-	-
Letras do tesouro nacional	3.278.191	3.460.701	4.316.923	4.098.670	-	509.045	2.769.146
Notas do tesouro nacional	2.860.860	3.045.845	3.561.077	3.413.417	-	-	2.860.100
Letras financeiras	-	-	131.660	132.441	-	-	-
Outros investimentos	-	-	2.194	2.194	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.139.051</b>	<b>6.506.546</b>	<b>8.040.902</b>	<b>7.675.774</b>	-	<b>509.045</b>	<b>5.629.246</b>

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Consolidado</b>							
<b>Mantidos até o vencimento</b>							
Notas do tesouro nacional	-	-	136.333	136.278	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	<b>136.333</b>	<b>136.278</b>	-	-	-

(i) Operações compromissadas tem rendimento atrelado diretamente ao CDI, em média rendendo 98% deste, e tem liquidez D+.

Os empréstimos e recebíveis, compostos de prêmios a receber e títulos e créditos a receber, estão descritos na Nota 6.

**5.2. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo inicial</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2021</b>
Aplicações	564.381	10.227.434
Resgates	594.313	6.926.517
Rendimentos	(837.994)	(8.823.462)
Ajustes TVM	26.243	635.276
<b>Saldo final</b>	<b>328.923</b>	<b>8.233.141</b>

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à Caixa Vida e Previdência em 30/12/2020, conforme indicado na nota 1.1.

**5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Controladora</b>						
<b>Descrição</b>						
Fundos de investimento	248.381	-	248.381	268.815	-	268.815
Letras financeiras do tesouro	29.782	-	29.782	8.000	-	8.000
Notas do tesouro nacional	-	-	-	330	-	330
Operações compromissadas	-	50.081	50.081	-	21.201	21.201
Outros valores	679	-	679	(801)	-	(801)
<b>Total</b>	<b>278.842</b>	<b>50.081</b>	<b>328.923</b>	<b>276.344</b>	<b>21.201</b>	<b>297.545</b>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Consolidado</b>						
<b>Descrição</b>						
Letras financeiras do tesouro	-	-	29.048	-	-	29.048
Letras do tesouro nacional	3.278.191	3.278.191	4.316.923	-	-	4.316.923
Notas do tesouro nacional	2.860.860	2.860.860	3.561.077	-	-	3.561.077
Letras financeiras	-	-	-	131.660	-	131.660
Outros investimentos	-	-	-	-	2.194	2.194
<b>Total</b>	<b>6.139.051</b>	-	<b>6.139.051</b>	<b>7.907.048</b>	<b>2.194</b>	<b>8.040.902</b>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Consolidado</b>						
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Notas do tesouro nacional	-	-	136.333	-	-	136.333
<b>Total</b>	-	-	<b>136.333</b>	-	-	<b>136.333</b>

**5.4. Instrumentos financeiros derivativos**

A utilização de instrumentos derivativos ocorre na gestão dos fundos de investimentos, de acordo com o regulamento do fundo, com foco em proteção de carteira.

As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros. A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

	Vencimento			
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Controladora</b>				
DI - Compromissos/Venda	-	95	-	-
Valor de referência	-	95	-	-
Valor justo	-	58	-	-
Resultado acumulado	-	-	-	-

	Vencimento			
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Consolidado</b>				
DI - Compromissos/Compra	-	20.985.628	-	-
Valor de referência	-	20.985.628	-	-
Valor justo	-	(526.454)	-	-
Resultado acumulado	-	-	-	-

	Vencimento			
	31/12/2021	31/12/2020	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
<b>Consolidado</b>				
DI - Compromissos/Venda	-	783	-	-
Valor de referência	-	783	-	-
Valor justo	(20)	155	(33)	50
Resultado acumulado	-	-	-	(37)

**5.5. Análise de sensibilidade**

**a. Carteira de ativos**

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados como: títulos Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, disponível para venda e mantidos até o vencimento.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*, o qual é feito para essa classificação disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto-base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	Value-at-Risk	DV-1
Moeda	1	-
Ações	79	-
Fundos	307	-
Juros Pré	20.791	(74.044)
LFT	-	(109)
NTNB	164	(11.578)
<b>Total</b>	<b>21.341</b>	<b>(85.731)</b>

**b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada**

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

	Resultado do Exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100pb aumento	100pb diminuição	100pb aumento	100pb diminuição
<b>31 de dezembro de 2021</b>				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	-	-	(227.876)	240.459
<b>31 de dezembro de 2020</b>				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	-	-	(271.045)	282.685

**c. Carteira de derivativos**

A carteira de derivativos do Grupo possui apenas contratos futuros de taxa de juros.

Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

A exposição em derivativos do Grupo e nas subsidiárias consecutivamente está concentrada na modalidade DI - Compromisso - Compra, o risco assumido é de alta de juros e os valores em cada cenário estão assim distribuídos:

	31/12/2020			
	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>Controladora</b>				
<b>Descrição/Tipo</b>				
DI - Compromissos/Compra	21.870	22.893	-	23.319
<b>Total</b>	<b>21.870</b>	<b>22.893</b>	-	<b>23.319</b>

**6. Créditos das operações de seguros**

**6.1. Prêmios a receber de segurados**

**a. Prêmios a receber e provisão para redução ao valor recuperável por ramo**

	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
<b>Consolidado</b>						
<b>Ramo</b>						
Habitacional	386.015	(880)	385.135	390.261	(669)	389.592
Vida em grupo	10.719	(972)	9.747	5.701	(518)	5.183
Prestamista	2.546	(87)	2.459	10.862	(61)	10.801
Riscos de engenharia	107	-	107	1.085	-	1.085
Acidentes pessoais	18.129	(1.635)	16.494	7.375	(642)	6.733
Automóvel	315.887	(2.402)	313.485	262.264	(811)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.149	(525)	72.624	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	936	(18)	918	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.508	(8.472)	76.036	170.121	(8.929)	161.192
Compreensivo empresarial	90.798	(1.288)	89.510	19.497	(1.405)	18.092
Demais ramos	24.387	(3.306)	21.081	30.309	(15.075)	15.234
<b>Total</b>	<b>1.007.181</b>	<b>(19.585)</b>	<b>987.596</b>	<b>968.162</b>	<b>(28.282)</b>	<b>939.880</b>

O Grupo opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era de 08 meses (31 de dezembro de 2020 - 08 meses).

**b. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável**

	31/12/
--	--------

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

**b. Expectativa de efetiva realização**

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Base negativa/Prejuízo fiscal		Controladora Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	2022	8.043	40%	28.642	100%	36.685
2023	7.893	39%	-	0%	7.893	16%
2024	1.546	8%	-	0%	1.546	3%
2025	1.546	8%	-	0%	1.546	3%
2026	1	0%	-	0%	1	0%
A partir 2027	1.035	5%	-	0%	1.035	2%
<b>Total</b>	<b>20.064</b>	<b>100%</b>	<b>28.642</b>	<b>100%</b>	<b>48.706</b>	<b>100%</b>

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Base negativa/Prejuízo fiscal		Outros		Controladora Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	2022	63.930	7%	3.288	2%	28.641	65%	1.035	100%	96.894
2023	496.049	52%	33.298	23%	2.352	5%	-	0%	531.699	47%
2024	49.972	5%	47.259	33%	4.794	11%	-	0%	102.025	9%
2025	42.566	4%	58.588	41%	6.740	15%	-	0%	107.894	9%
2026	27.537	3%	1.997	1%	1.602	4%	-	0%	31.136	3%
A partir 2027	271.428	29%	66	0%	-	0%	-	0%	271.494	24%
<b>Total</b>	<b>951.482</b>	<b>100%</b>	<b>144.496</b>	<b>100%</b>	<b>44.129</b>	<b>100%</b>	<b>1.035</b>	<b>100%</b>	<b>1.141.142</b>	<b>100%</b>

**c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
<b>Saldo inicial de Créditos/Débitos Tributários</b>	<b>7.770</b>	<b>21.583</b>	<b>313.994</b>	<b>534.553</b>
<b>Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias</b>				
Contingências tributárias	-	-	3.263	5.439
Contingências cíveis	-	-	(3.744)	(6.544)
Contingências trabalhistas	-	-	(66)	6
Provisão para risco de crédito	-	-	5.631	8.300
Provisão para participações nos lucros	-	-	(491)	(809)
Operações de arrendamento - CPC 06	2	5	612	1.021
Outras provisões	887	2.464	(7.708)	(12.639)
Prejuízo fiscal e base negativa	4.246	11.749	10.054	21.428
Ágio incorporação	-	-	(1.165)	(1.942)
Tributos diferidos - TVM	-	-	100.840	171.110
<b>Saldo Atual dos Créditos/Débitos Tributários</b>	<b>12.905</b>	<b>35.801</b>	<b>421.218</b>	<b>719.924</b>
Efeito no resultado das constituições e realizações	(5.135)	(14.218)	(7.545)	(16.498)

**9.2. Créditos fiscais não reconhecidos**

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Odonto	Empresas	Caixa Saúde	Odonto	Empresas	Caixa Saúde
	Adições temporárias	22.312	57.986	80.298	22.610	57.188
Prejuízo fiscal	3.654	3.208	6.862	4.827	7.789	12.616
<b>Total</b>	<b>25.966</b>	<b>61.194</b>	<b>87.160</b>	<b>27.437</b>	<b>64.977</b>	<b>92.414</b>

**10. Despesa de comercialização diferida (DCD)**

**10.1. Abertura por ramo/operação**

Ramos	31/12/2021			31/12/2020		
	Despesas de comercialização diferidas					
	Vida em grupo	485	820	1.141	1.980	1.603
Assistência de bens em geral	1.141	1.980	1.603	1.071	3.921	4.348
Responsabilidade civil de veículos	3.921	4.348	991	1.669	1.495	2.951
Riscos de engenharia	991	1.669	1.495	2.951	5.155	5.029
Acidentes pessoais coletivos	1.495	2.951	780	422	62.570	123.547
Automóvel	5.155	5.029	12.976	10.893	241.482	250.717
Prestamista	780	422	26.898	46.222	-	-
Compreensivo residencial	62.570	123.547	-	-	-	-
Compreensivo empresarial	12.976	10.893	-	-	-	-
Consórcio	241.482	250.717	-	-	-	-
Demais ramos	26.898	46.222	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>359.497</b>	<b>449.669</b>				

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2021 era de 36 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 49 meses.

**11. Dividendos a receber**

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
	Caixa Seguros Participações Ltda.	195.704
Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios	28.315	21.294
<b>Total</b>	<b>224.019</b>	<b>424.238</b>

**12. Investimentos em controladas e coligadas**

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

**12.1. Participações societárias**

**a. Composição**

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias da Controladora:

	31/12/2021					
	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros		Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
	<b>CNP Participações Securitárias Brasil</b>	<b>em Seguros</b>	<b>Consórcios</b>	<b>Saúde</b>	<b>em Saúde</b>	<b>Total</b>
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	105.000	192.000	146.750	2.644.651
<b>Patrimônio líquido societário individual</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>286.942</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	
Ajuste para fins de consolidação	-	-	159.378	-	-	-
<b>Patrimônio líquido individual do consolidado</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>446.319</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	
Lucro líquido do período	824.017	14.496	119.222	9.727	4.635	972.552
<b>Participação no capital social</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
<b>Quantidade de ações</b>	<b>1.967.070.753</b>	<b>15.600.000</b>	<b>7.711.637</b>	<b>1.142.000.000</b>	<b>146.750.100</b>	
Equivalência patrimonial	824.017	14.496	119.222	9.727	5.090	(6.095)
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	-	-	(6.095)	-	-	36.734
Equivalência patrimonial das Coligadas	-	-	-	-	-	1.003.191
<b>Total da equivalência patrimonial</b>	<b>824.017</b>	<b>14.496</b>	<b>113.127</b>	<b>9.727</b>	<b>5.090</b>	<b>3.284.670</b>
<b>Total das participações societárias</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>446.319</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	
Investimento em empresas não consolidadas	-	-	-	-	-	149.707
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL	-	-	-	-	-	(210)
<b>Total das participações societárias</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>446.319</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	<b>3.434.167</b>

	31/12/2020					
	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros		Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
	<b>CNP Participações Securitárias Brasil</b>	<b>em Seguros</b>	<b>Consórcios</b>	<b>Saúde</b>	<b>em Saúde</b>	<b>Total</b>
Capital social integralizado	1.265.000	15.600	100.000	192.000	146.750	2.979.114
<b>Patrimônio líquido societário individual</b>	<b>2.979.114</b>	<b>32.532</b>	<b>267.964</b>	<b>128.252</b>	<b>18.403</b>	
Ajuste para fins de consolidação	-	-	165.473	-	-	-
<b>Patrimônio líquido individual do consolidado</b>	<b>2.979.114</b>	<b>32.532</b>	<b>433.437</b>	<b>128.252</b>	<b>18.403</b>	
Lucro líquido do exercício	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.589	1.851.555
<b>Participação no capital social</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
<b>Quantidade de ações</b>	<b>1.743.070.753</b>	<b>15.600.000</b>	<b>7.711.637</b>	<b>1.142.000.000</b>	<b>146.750.100</b>	
Equivalência patrimonial societária individual	1.696.608	8.225	89.658	53.930	3.134	(12.986)
Equivalência patrimonial - Ajuste de prática contábil	-	-	21.709	(8.723)	-	620.976
Equivalência patrimonial das Coligadas	-	-	-	-	-	2.485.517
<b>Total da equivalência patrimonial</b>	<b>1.696.608</b>	<b>8.225</b>	<b>111.367</b>	<b>45.207</b>	<b>3.134</b>	<b>3.591.738</b>
<b>Total das participações societárias</b>	<b>2.979.114</b>	<b>32.532</b>	<b>433.437</b>	<b>128.252</b>	<b>18.403</b>	
Investimento em empresas não consolidadas	-	-	-	-	-	148.855
Agio + Aj vl mercado - Incorporação PREVISUL	-	-	-	-	-	(211)
Redução ao valor recuperável - CNPX SAS	-	-	-	-	-	(455)
<b>Total das participações societárias</b>	<b>2.979.114</b>	<b>32.532</b>	<b>433.437</b>	<b>128.252</b>	<b>17.948</b>	<b>3.739.928</b>

**b. Movimentação**

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias da Controladora:

	31/12/2021					
	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros		Caixa Consórcios	Caixa Seguros Saúde	Caixa Seguros Participações em Saúde	Total
	<b>CNP Participações Securitárias Brasil</b>	<b>em Seguros</b>	<b>Consórcios</b>	<b>Saúde</b>	<b>em Saúde</b>	<b>CNPX SAS</b>
<b>Saldo inicial dos investimentos</b>	<b>2.979.114</b>	<b>32.532</b>	<b>433.437</b>	<b>128.252</b>	<b>18.403</b>	<b>3.591.738</b>
Equivalência patrimonial	824.017	14.497	119.222	9.727	4.635	972.098
Dividendos destacados ou recebidos	(837.191)	(7.814)	(91.315)	-	-	(936.320)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(321.289)	-	(8.930)	(6.532)	-	(336.751)
Ajuste de consolidação desp. comerc. diferidas	-	-	(6.095)	-	-	(6.095)
<b>Saldo final dos investimentos</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>446.319</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	<b>3.284.670</b>
Investimento em empresas não consolidadas	-	-	-	-	-	149.497
<b>Saldo total das participações acionárias</b>	<b>2.644.651</b>	<b>39.215</b>	<b>446.319</b>	<b>131.447</b>	<b>23.038</b>	<b>3.434.167</b>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Depreciação/amortização		Total	Depreciação/amortização		Total
	<b>Controladora</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Total</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>
Equipamentos	247	(247)	-	247	(247)	-
Veículos	385	(51)	334	-	-	-
Ativo de direito de uso	1.187	(260)	927	-	-	-
Outros	3.822	(1.892)	1.930	3.829	(1.350)	2.479
<b>Total</b>	<b>5.641</b>	<b>(2.450)</b>	<b>3.191</b>	<b>4.076</b>	<b>(1.597)</b>	<b>2.479</b>

	31/12/2021			31/12/2020		
	Depreciação/amortização		Total	Depreciação/amortização		Total
	<b>Consolidado</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>	<b>Total</b>	<b>Custo</b>	<b>acumulada</b>
Terrenos	50.457	-	50.457	50.457	-	50.457
Terrenos e edificações	187.031	(55.218)	131.813	187.031	(45.674)	141.357
Equipamentos	18.311	(14.835)	3.476	17.892	(13.061)	4.831
Móveis, máquinas e utensílios	27.517	(17.604)	9.913	28.375	(15.653)	12.722
Veículos	6.009	(3.627)	2.382	6.222	(2.858)	3.364
Sistemas e aplicativos	786	(782)	4	786	(780)	6
Ativo de direito de uso	25.214	(8.305)	16.909	-	-	-
Outros	13.795	(4.912)	8.883	12.684	(3.279)	9.405
<b>Total</b>	<b>329.120</b>	<b>(105.283)</b>	<b>223.837</b>	<b>303.447</b>	<b>(81.305)</b>	<b>222.142</b>

**a. Movimentação do imobilizado**

Controladora	30/12/2020		Aquisições		Amortização/depreciação do período		Vendas		Baixas		31/12/2021	
	Veículos	-	385	-	-	(51)	-	-	-	-	-	334
	Ativo de direito de uso	-	1.187	-	-	(260)	-	-	-	-	-	927
Outros	2.479	-	-	-	(546)	-	-	-	-	-	1.930	
<b>Total</b>	<b>2.479</b>	<b>1.572</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(857)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.191</b>	

Consolid
----------

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

18. Débitos de outras operações			
Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	
Comissões de corretagem a pagar	26.874	30.080	
Custos de comercialização a pagar	2.488	3.838	
Outros débitos	6.468	7.047	
<b>Total</b>	<b>35.830</b>	<b>40.965</b>	

19. Dividendos a pagar				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CNP Assurances	116.160	21.935	116.160	21.935
Caixa Seguridade Participações S.A.	110.438	20.836	110.438	20.836
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	2.289	432	2.289	432
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	-	17	-	17
Icatu Capitalização S.A.	-	-	12.511	13.046
<b>Total</b>	<b>228.887</b>	<b>43.220</b>	<b>241.398</b>	<b>56.266</b>

20. Passivo fiscal corrente e diferido				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	229	533	20.184	6.584
ISS	7	-	1.687	1.914
IOF	-	-	43.008	40.841
INSS e FGTS	(56)	142	9.093	9.740
PIS, COFINS e CSLL retidos	510	17	1.891	2.085
IRPJ e CSLL	-	519	385.088	214.762
PIS e COFINS	370	365	24.300	18.111
Tributos sobre ajustes TVM	-	6.680	4	54.245
IRPJ e CSLL - PPA	-	-	1.322	1.722
Outros impostos e contribuições	10.308	8.450	75.527	83.453
<b>Total</b>	<b>11.368</b>	<b>16.706</b>	<b>562.104</b>	<b>433.457</b>

**21. Passivo de arrendamento**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Controladora		Consolidado	
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>794</b>	<b>(98)</b>	<b>695</b>	
Apropriação de juros transcorridos	-	59	59	
Constituições/reavaliações de contratos	768	(60)	708	
Pagamentos	(289)	-	(289)	
Outras/Baixas	(244)	20	(224)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.029</b>	<b>(80)</b>	<b>949</b>	
<b>Circulante</b>	<b>412</b>	<b>(48)</b>	<b>365</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>616</b>	<b>(32)</b>	<b>584</b>	

	Controladora		Consolidado	
	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>20.108</b>	<b>(1.549)</b>	<b>18.560</b>	
Apropriação de juros transcorridos	-	1.284	1.284	
Constituições/reavaliações de contratos	10.825	(1.412)	9.413	
Pagamentos	(8.974)	-	(8.974)	
Outras/Baixas	(2.108)	200	(1.908)	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.851</b>	<b>(1.477)</b>	<b>18.374</b>	
<b>Circulante</b>	<b>8.336</b>	<b>(823)</b>	<b>7.512</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>11.516</b>	<b>(654)</b>	<b>10.862</b>	

(\*) Não são apresentados valores comparativos, haja vista que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/CPG 06 (R2).

Controladora: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,35% a.a. em 31 de dezembro de 2021;

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

**22. Provisões para processos judiciais**

**22.1. Composição**

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	641.118	627.060
Ações judiciais trabalhistas	24.184	24.160
Ações judiciais fiscais	1.392	2.075
Obrigações legais - fiscal	2.692.588	2.650.992
Outras Obrigações	2.453	3.761
<b>Totais</b>	<b>3.361.735</b>	<b>3.308.048</b>

**Cíveis**

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existent; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 422.534 (R\$ 391.032 em 31 de dezembro de 2020).

**Trabalhistas**

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

**Fiscais**

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor total provisionado R\$ 1.114.858 (R\$ 1.093.310 em 31 de dezembro de 2020);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Período discutido a partir de 01/2009. A probabilidade de perda é provável. No entanto, temos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Valor total provisionado R\$ 1.542.749 (R\$ 1.522.701 em 31 de dezembro de 2020);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração da Caixa Capitalização. Período de 09/2015 a 12/2018 - Valor total provisionado R\$ 34.812 (R\$ 34.812 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 07/2007. Valor discutido - R\$ 234.429;

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso da Caixa Seguradora. Valor discutido - R\$ 148.517;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo da Caixa Seguradora. Período de 09/2015 a 12/2018. Valor discutido R\$ 385.515;

(iv) Discussão COFINS da empresa PREVISUL que não se encontra provisionada pois além a probabilidade de perda ser remota temos uma decisão judicial favorável que reconhece a impossibilidade de revogação da isenção da COFINS prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, pela Lei nº 9.718/98. Apesar da União ter apresentado agravo interno na Ação Rescisória, em 2021 foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno da União, confirmando a decisão monocrática da Relatora, que havia extinguido a Ação Rescisória nº 4596, com base na aplicação da Súmula nº 343 do STF. Os valores atualizados, incluindo multa e juros, relativos à isenção da COFINS, relativos ao período de maio de 1999 até 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 170.630. Parte substancial dos valores foram objeto de autos de infração por parte das autoridades fiscais;

(v) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. Todas as empresas do grupo estão discutindo a causa. O valor total discutido é R\$ 35.338.

**22.2. Segregação em função da probabilidade de perda**

Nos saldos demonstrados a seguir está incluído o valor de R\$ 50.503 referente a ação de natureza fiscal com classificação de probabilidade de perda considerada possível, onde a Controladora é parte solidária:

	31/12/2021			
	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	202.749	117.883	641.118	961.750
Ações judiciais trabalhistas	1.258	30.829	24.184	56.271
Ações judiciais fiscais	249.331	100.742	1.392	351.465
Obrigações legais - fiscal	-	1.115.027	1.577.561	2.692.588
Outras Obrigações	2.958	387	2.453	5.798
<b>Total</b>	<b>456.296</b>	<b>1.364.868</b>	<b>2.246.708</b>	<b>4.067.872</b>

  

	31/12/2020			
	Remota	Possível	Provável	Total
Ações judiciais cíveis	252.435	101.138	627.060	980.633
Ações judiciais trabalhistas	1.401	17.101	24.160	42.662
Ações judiciais fiscais	75.660	258.889	2.075	336.624
Obrigações legais - fiscal	-	1.128.282	1.522.710	2.650.992
Outras Obrigações	2.315	772	3.761	6.848
<b>Total</b>	<b>331.811</b>	<b>1.506.182</b>	<b>2.179.766</b>	<b>4.017.759</b>

**22.3. Movimentação das ações judiciais**

	Saldo		Adições/atualizações		Saldo	
	31/12/2020	Reversões	Baixas	monetárias	31/12/2021	
Natureza cível	627.060	(67.642)	(12.340)	94.040	641.118	
Natureza trabalhista	24.160	(2.440)	(3.176)	5.640	24.184	
Provisões judiciais fiscais	2.075	(51)	(383)	(249)	1.392	
Obrigações legais - fiscais	2.650.992	(919)	-	42.515	2.692.588	
Outras obrigações	3.761	(935)	(1.224)	851	2.453	
<b>Total</b>	<b>3.308.048</b>	<b>(71.987)</b>	<b>(17.123)</b>	<b>142.797</b>	<b>3.361.735</b>	

**23. Outros passivos**

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	220	252	11.520	18.226
Honorários e remunerações a Pagar	298	1.640	58.363	65.434
CNP Assurances	27.322	21.439	27.322	21.439
Depósitos de terceiros (i)	-	-	193.337	165.116
Provisão de férias e 13º a pagar	1.014	858	20.356	17.901
Recurso não procurados de grupos encerrados	-	-	130.396	133.705
Contas a pagar despesas operacionais	-	-	30.548	70.382
Contas a pagar despesas administrativas	18.177	16.527	155.213	190.132
Passivo de arrendamento	949	-	18.374	-
Outras obrigações a pagar	221	254	21.304	33.651
<b>Total</b>	<b>48.201</b>	<b>40.970</b>	<b>666.733</b>	<b>715.986</b>

(i) Valores ainda em fase de identificação e aceitação do risco

**24. Patrimônio líquido**

**24.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é representado por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**24.2. Gestão do capital**

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

**24.3. Reservas de lucros**

**a. Reserva legal** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 173.427 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 125.240).

**b. Reserva de retenção de lucros** - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.176.490 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 1.811.617).

**c. Reserva de Capital** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 16.210.

**24.4. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente. Os montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	963.735	2.504.807
(-) Reserva Legal	(48.187)	(125.240)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	<b>915.548</b>	<b>2.379.567</b>
Dividendo mínimo - 25%	228.887	594.892
Juros sobre o capital próprio bruto	-	50.844
IR retido de juros sobre o capital próprio pagos	-	(7.623)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	-	43.220
Dividendos propostos	228.887	-
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio líquido de IR</b>	<b>228.887</b>	<b>43.220</b>

**24.5. Juros sobre o capital próprio**

A seguir apresentamos a demonstração de cálculo dos juros sobre o capital próprio:

	31/12/2020
Patrimônio líquido no início do ano	8.756.451
Ajustes na distribuição de dividendos	(532.048)
Parcela não realizada de TVM	(302.100)
Ajuste positivo de exercício anterior	17.974
Reserva de ágio	(16.212)
Realização de reserva de reavaliação tributada	1
<b>Base de cálculo de JCP</b>	<b>7.924.066</b>
Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP)	4,84%
<b>Máximo de juros sobre o capital próprio a ser provisionado</b>	<b>383.525</b>
<b>Juros sobre o capital próprio proposto</b>	<b>50.843</b>
Imposto de renda retido na fonte	(7.623)
<b>Juros sobre o capital próprio a pagar</b>	<b>43.220</b>

**25. Resultado operacional segregado por operação**

Demonstramos abaixo a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

	31/12/2021						
	Seguros	Capitalização	Consórcio	Saúde	Odonto	Outros	Total
Prêmios retidos	3.288.466	-	-	885	60.551	-	3.349.902
Varição das provisões técnicas	(1.503.014)	-	-	(7.837)	388	-	(1.510.463)
Resultado com títulos de capitalização	-	145.726	-	-	-	-	145.726
Despesas de comercialização	(208.650)	(26.984)	(213.825)	(24)	(11.643)	-	(461.126)
Receitas de contribuições e prêmios	247.440	-	-	-	-	-	247.440
Benefícios e sinistros	136.547	-	-	(5.624)	(21.023)	-	109.900
Receita líquida com título de capitalização	544	-	-	-	-	7.016	7.560
Despesa com títulos resgatados e sorteados	-	(39.699)	-	-	-	-	(39.699)
Receitas de outras operações	-	-	500.842	-	-	-	500.842
Operações de resseguros	(2.683)	-	-	-			

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

Descrição	31/12/2021		Consolidado 31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.675.087	1.675.087	1.825.034	1.825.034
(-) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	(50.844)	(50.844)
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(1.774.968)	(1.774.968)	(4.185.859)	(4.185.859)
(-) Outras variações	(876)	(876)	(5.264)	(5.264)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(196.757)</b>	<b>(196.757)</b>	<b>(2.416.933)</b>	<b>(2.416.933)</b>
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
<b>Tributos calculados à taxa nominal</b>	<b>(305.814)</b>	<b>(412.455)</b>	<b>(616.414)</b>	<b>(1.041.270)</b>
Ajustes do lucro real	(33.999)	(32.472)	339.280	338.960
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	32.892	32.892
Ajustes temporários diferidos	13.848	20.539	(308.302)	(308.302)
Prejuízo fiscal	-	-	(737)	(737)
Ajuste de exercício anterior	16.516	(8.825)	-	-
Efeito do diferencial de alíquota até jun/21	(198.011)	-	-	-
<b>Total ajustes do lucro real</b>	<b>(211.756)</b>	<b>(30.867)</b>	<b>63.133</b>	<b>62.813</b>
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	<b>42.498</b>	<b>15.328</b>	<b>353.943</b>	<b>587.586</b>
Incentivos fiscais	-	2.948	-	5.978
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(263.316)</b>	<b>(394.180)</b>	<b>(262.471)</b>	<b>(447.706)</b>

**28. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., seus acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

Disponibilidades:	Controladora 31/12/2021			Controladora 31/12/2020		
	Ativos	(Passivos)	Recultas (Despesas)	Ativos	(Passivos)	Recultas (Despesas)
Caixa Econômica Federal	104	-	-	198	-	-
<b>Dividendos</b>						
Caixa Consórcios S.A.	28.315	-	-	21.294	-	-
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	-	(2.289)	-	-	-	-
CNP Assurances	-	(116.160)	-	-	-	-
Caixa Seguridade Participações S.A.	-	(110.438)	-	-	-	-
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	195.704	-	-	402.944	-	-
<b>Juros sobre capital próprio</b>						
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	-	-	-	-	(432)	-
CNP Assurances	-	-	-	-	(21.935)	-
Caixa Seguridade Participações S.A.	-	-	-	-	(20.836)	-
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	-	-	-	-	(17)	-
<b>Contribuições para plano de previdência privada</b>						
Caixa Vida e Previdência S.A.	-	-	(233)	-	-	(371)
<b>Prestação de serviços e reembolsos:</b>						
Caixa Seguradora S.A.	-	-	-	-	-	(32)
Caixa Consórcios S.A.	83	-	-	545	-	-
CNP Assurances	-	(27.322)	(6.114)	(21.439)	(6.403)	-
Caixa Seguros Saúde	-	-	-	218	-	-
<b>Operações de seguros</b>						
Caixa Seguradora S.A.	-	-	(1)	-	-	(1)
<b>Remuneração do pessoal</b>						
Remuneração e benefícios de curto prazo	-	-	(1.959)	-	-	(2.391)

Disponibilidades:	Consolidado 31/12/2021				Consolidado 31/12/2020			
	Ativos	(Passivos)	Recultas	(Despesas)	Ativos	(Passivos)	Recultas	(Despesas)
Caixa Econômica Federal	11.001	-	-	-	5.468	-	-	-
<b>Dividendos</b>								
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	-	(2.289)	-	-	-	-	-	-
CNP Assurances	-	(116.160)	-	-	-	-	-	-
Caixa Seguridade Participações S.A.	-	(110.438)	-	-	-	-	-	-
Icatu Seguros S.A.	-	(12.511)	-	-	(13.046)	-	-	-
<b>Juros sobre capital próprio</b>								
Caixa Seguradora S.A.	81.600	-	-	-	-	-	-	-
CNP Assurances Latam Holding Ltda.	-	-	-	-	-	(432)	-	-
CNP Assurances	-	-	-	-	-	(21.935)	-	-
Caixa Seguridade Participações S.A.	-	-	-	-	-	(20.836)	-	-
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	-	-	-	-	-	(17)	-	-
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	-	(81.600)	-	-	-	-	-	-
<b>Contribuições para plano de previdência privada</b>								
<b>Prestação de serviços e reembolsos: (i)</b>								
CNP Holding do Brasil	1.624	-	-	132	-	-	-	-
CNP Assurances	-	(27.322)	(6.114)	(21.439)	(6.403)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	-	(10.647)	(171.755)	(19.060)	(1.087.415)	-	-	-
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (ii)	-	(300)	(143.297)	(9.641)	(942.374)	-	-	-
<b>Operações de seguros</b>								
Caixa Econômica Federal (iii)	105	(12.213)	6.200	(3.130)	105	(9.850)	631	(574)
Seguradora Líder - DPVAT	954	-	1.203	1.861	-	410	(1.279)	-
<b>Remuneração do pessoal</b>								
Remuneração e benefícios de curto prazo	-	-	(15.190)	-	-	-	(12.608)	-

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;  
(ii) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;  
(iii) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentados os prêmios e sinistros dessas apólices.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

**29. Plano de previdência patrocinado**

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo de 2021, o Grupo efetuou contribuições no montante de R\$ 17.206 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 19.608).

**30. Impairment ativos não financeiros**

**Baixa de crédito tributário**

Em junho de 2020, foi realizado a baixa da totalidade do crédito tributário da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., em função da revisão de expectativa de rentabilidade futura, que permitiria a sua compensação, no montante de R\$ 62.450.

**31. Operações descontinuadas**

Conforme mencionado na nota 1.1, em 30 de dezembro de 2020 foi concluída a operação de reestruturação societária o que resultou na cisão do investimento da Caixa Vida e Previdência para constituição do novo grupo societário (Holding XS1 S.A.), o valor do acervo líquido cindido foi de R\$ 1.874.320, que representou a totalidade da participação societária na Caixa Vida e Previdência.

A seguir apresentamos o resultado das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020:

Operações Descontinuadas	31/12/2020
Receitas da operação	30.742.582
Custos/despesas da operação	(28.313.393)
<b>Margem operacional</b>	<b>2.429.189</b>
Despesas administrativas	(189.399)
Despesas com tributos	(220.516)
Resultado financeiro	388.860
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.408.134</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(3.866)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>2.404.268</b>
Imposto de renda	(601.875)
Contribuição social	(361.125)
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas</b>	<b>1.441.268</b>
<b>Lucro por ação das operações descontinuadas</b>	
Básico	304,91
Diluído	304,91

Os fluxos de caixas líquidos das operações descontinuadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 eram:

	31/12/2020
Atividades operacionais	2.898.075
Atividades de investimentos	(3.346)
Atividades de financiamentos	(2.343.054)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>551.674</b>

**32. Outras informações**

**a) Informações complementares - investigação Canal Seguro:**

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) - Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sido iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

**Conselho de Administração**

Xavier Larnaudie-Eiffel - Presidente Véronique Denise Andréé Weill	Hervé Remi Marcel Thoumyre Stephane Dedeyan	Michel Patrick Dubernet Marco Antônio da Silva Barros	Camila de Freitas Aichinger Jair Luis Mahl	Asma Zidani Ep Baccar Pedro Duarte Guimarães
---	--	--	---	---

**Diretoria Executiva**

**Contador**

Asma Zidani Ep Baccar Diretora Presidente	Paulo Otavio Silva Câmara Diretor de Operações Centralizadas	Eduardo Fabiano Alves da Silva Diretor Financeiro	Marco Antonio Barbosa Pires Contador - CRC DF 014151/O-6
--	---	--	---

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

**Principais Atividades**  
O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

**Conclusões:**  
Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

Não foram constatadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15. A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.

A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.

Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e empresas controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria

João Decio Ames

Rogério Vergara

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

**Aos Administradores e Acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A.**

Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior**

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 2.16, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo nessa data, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores e informamos em atas referidos dos balanços dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A Companhia, uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, apresentou no último exercício uma rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 33,2%, encerrando o exercício com o lucro líquido de R\$ 827,2 milhões. A Companhia registrou prêmios ganhos de R\$ 3.449,1 milhões no exercício de 2021, já seu resultado financeiro foi de R\$ 133,1 milhões.

Os ativos financeiros alcançaram o patamar de R\$ 4.069,8 milhões e as provisões técnicas fecharam o exercício de 2021 em R\$ 2.297,7 milhões, o que representa reduções de 11,3% e 2,1%, respectivamente, em relação aos saldos do ano de 2020.

O saldo do patrimônio líquido da Companhia ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 2.342,2 milhões, inferior ao valor de R\$ 2.638,4 milhões alcançado em 2020, sendo essa redução justificada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda.

Priorizando a continuidade de negócios, a Companhia continua administrando as apólices que foram assinadas antes da mudança societária. E o principal ramo nessa modalidade é o Seguro Habitacional, no qual a Companhia é líder absoluta, com quase 60% de participação de mercado.

**Distribuição de Dividendos**

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.

Com relação ao processo de apuração interna independente instaurada pelo Conselho de Administração de sua controladora para apuração das denúncias sobre a 13ª fase da Operação Descartes (denominada Canal Seguro), informamos que a investigação, conduzida pela Companhia, com o acompanhamento dos auditores independentes, foi concluída sem que fossem encontradas evidências de atos ilícitos na base de dados da Companhia.

**Considerações Finais e Agradecimentos**

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), da CNSEG, dos corretores e, em especial, agradecemos os nossos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022.

**A Administração**

### Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.551.788</b>	<b>2.676.574</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.452.831</b>	<b>2.544.462</b>
Disponível		9.648	3.898	Contas a pagar	13	819.103	822.687
Caixa e bancos		2.451	3.898	Obrigações a pagar	13.1	254.183	359.963
Equivalente de caixa		7.197	-	Impostos e encargos sociais a recolher		69.102	53.859
Aplicações	5	1.062.619	1.154.025	Encargos trabalhistas		16.718	13.050
Créditos das operações com seguros e resseguros		775.090	827.188	Impostos e contribuições	13.2	316.236	179.748
Prêmios a receber	6.1	757.469	796.717	Outras contas a pagar	13.3	162.864	216.067
Operações com seguradoras		11.171	15.640	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>17</b>	<b>552.337</b>	<b>584.122</b>
Operações com resseguradoras	7	6.450	14.831	Prêmios a restituir	17.1	412.222	407.936
Outros créditos operacionais	6.2	373.682	369.850	Operações com seguradoras		10.612	30.215
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	26.724	32.122	Operações com resseguradoras		67.517	31.726
Títulos e créditos a receber	9	217.038	171.780	Corretores de seguros e resseguros		10.770	29.324
Títulos e créditos a receber	9.1	145.245	74.082	Outros débitos operacionais	17.2	51.216	84.921
Créditos tributários e previdenciários	9.2	3.986	25.766	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>15</b>	<b>166.680</b>	<b>140.805</b>
Outros créditos	9.3	67.807	71.932	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>10.3</b>	<b>895.895</b>	<b>996.848</b>
Outros valores e bens	8	18.161	19.043	Danos		435.948	536.901
Bens a venda		14.869	15.476	Pessoas		458.052	459.357
Outros valores		3.292	3.567	Vida individual		1.895	590
Despesas antecipadas		12.418	12.280	<b>Outros débitos</b>		<b>18.816</b>	<b>-</b>
Custos de aquisições diferidos	10	56.408	86.388	Débitos diversos	14	18.816	-
Seguros		56.408	86.388	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.558.674</b>	<b>4.362.946</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.801.876</b>	<b>6.869.267</b>	Contas a pagar	13	4	7.441
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.645.578	6.674.821	Tributos diferidos	13.4	4	7.441
Aplicações	5	3.007.213	3.434.879	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>10.3</b>	<b>1.401.838</b>	<b>1.350.697</b>
Créditos das operações com seguros e resseguros		188.624	113.541	Danos		855.687	1.049.339
Prêmios a receber	6.1	188.624	113.541	Pessoas		545.876	301.113
Outros créditos operacionais	6.2	503.082	503.082	Vida individual		275	245
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	7	41.198	54.421	<b>Outros débitos</b>		<b>3.059.491</b>	<b>3.004.808</b>
Títulos e créditos a receber	9	2.759.993	2.504.836	Provisões judiciais	16	3.059.491	3.004.808
Créditos tributários e previdenciários	9.2	987.010	828.208	<b>Débitos diversos</b>	<b>14</b>	<b>97.341</b>	<b>-</b>
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.435.471	1.380.593	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>18</b>	<b>2.342.159</b>	<b>2.638.433</b>
Outros créditos	6.2	337.512	296.035	Capital social	18.1	1.081.350	1.081.350
Outros valores e bens	8	112.896	36	Reservas de lucros	18.2	1.386.315	1.466.003
Custos de aquisição diferidos	10	32.572	64.026	Ajuste de avaliação patrimonial		(125.506)	91.080
Seguros		32.572	64.026				
Investimentos		221	2.078				
Participações societárias		-	1.851				
Outros investimentos		221	227				
<b>Imobilizado</b>	<b>2.8</b>	<b>18.802</b>	<b>22.941</b>				
Bens móveis		13.674	18.336				
Outras imobilizações		5.128	4.605				
<b>Intangível</b>	<b>2.8</b>	<b>137.275</b>	<b>169.427</b>				
Outros intangíveis	7	137.275	169.427				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.353.664</b>	<b>9.545.841</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.353.664</b>	<b>9.545.841</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios emitidos		3.333.042	5.222.799
Variações das provisões técnicas de prêmios		116.938	(371.370)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>25</b>	<b>3.449.980</b>	<b>4.851.429</b>
Simultaneos ocorridos	21.a	(1.329.213)	(1.328.804)
Custos de aquisição	21.b	(350.327)	(844.496)
Outras receitas e despesas operacionais	21.c	(76.491)	(262.471)
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(55.230)</b>	<b>(19.989)</b>
Receita com resseguro		11.228	25.201
Despesa com resseguro		(66.745)	(45.635)
Outros resultados com resseguro		287	445
Despesas administrativas	21.d	(231.793)	(437.495)
Despesas com tributos	21.e	(111.085)	(196.531)
Resultado financeiro	21.f	133.115	431.215
Resultado patrimonial		(897)	-
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.427.219</b>	<b>2.192.768</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	21.g	(50.266)	(111.999)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.376.953</b>	<b>2.080.769</b>
Imposto de renda	22	(304.072)	(512.573)
Contribuição social	22	(215.883)	(308.839)
Participações sobre o resultado		(29.847)	(38.322)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>827.151</b>	<b>1.221.035</b>
Quantidade de ações		8.465.054	8.465.054
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>97,71</b>	<b>144,24</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>827.151</b>	<b>1.221.035</b>
<b>Outros lucros abrangentes</b>		<b>(216.586)</b>	<b>(106.887)</b>
Ajustes de títulos e valores mobiliários		(368.414)	(186.891)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários		151.828	80.004
<b>Total dos lucros abrangentes para o exercício</b>		<b>610.565</b>	<b>1.114.148</b>
Quantidade de ações		8.465.054	8.465.054
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>72,13</b>	<b>131,62</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital		Reservas de		Ajustes de		Lucros	
	Social	Lucros	Reservas de	Reservas de	Patrimonial	Acumulados	Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.410.000</b>	<b>2.644.485</b>			<b>197.967</b>		<b>4.252.452</b>	
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020	-	(384.521)	-	-	-	-	(384.521)	
Aprovação aumento de capital - Portaria SUSEP nº 392 de 12.06.2020	425.000	(425.000)	-	-	-	-	-	
Redução de capital por cisão parcial - Ata AGE 01.07.2020	(753.650)	-	(133.713)	-	-	-	(887.363)	
Dividendos intermediários: AGE de 03.09.2020	-	(800.000)	-	-	-	-	(800.000)	
Títulos e valores mobiliários	-	-	26.826	-	-	-	26.826	
Dividendos complementares: AGOE de 07.12.2020	-	(500.000)	-	-	-	-	(500.000)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.221.035	-	1.221.035	
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>								
Reserva legal	-	61.051	-	-	(61.051)	-	-	
Reserva de lucros	-	869.988	-	-	(869.988)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	(289.996)	(289.996)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.081.350</b>	<b>1.466.003</b>	<b>91.080</b>				<b>2.638.433</b>	
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021	-	(695.990)	-	-	-	-	(695.990)	
Títulos e valores mobiliários	-	-	(216.586)	-	-	-	(216.586)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	827.151	-	827.151	
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>								
Reserva legal	-	41.358	-	-	(41.358)	-	-	
Reserva de lucros	-	574.944	-	-	(574.944)	-	-	
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(210.849)	(210.849)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.081.350</b>	<b>1.386.315</b>	<b>(125.506)</b>				<b>2.342.159</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Caixa Seguradora S.A., com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. Anteriormente atuava em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional na rede de distribuição da CAIXA ("Balcão CAIXA").

A Companhia deixou de comercializar em 1 de julho de 2020 os produtos do ramo de vida e prestamista, e em meados de fevereiro de 2021 cessou as vendas dos produtos do ramo habitacional, de acordo com a reestruturação da rede de distribuição da CAIXA, conforme explicado no item 1.1. Ainda assim, a Companhia autorizará receita até o fim da vigência do estoque dos contratos já firmados.

Além disso, a Companhia continuará comercializando os produtos dos ramos de automóvel e empresarial no Balcão CAIXA e estuda novas parcerias para distribuição dos seus produtos.

**1.1. Cisão da carteira Vida e Prestamista**

A Caixa Seguradora S.A., em continuidade ao processo competitivo para reestruturação de sua operação de seguros, firmou em 29 de agosto de 2018, o acordo com a CNP Assurances, acionista controladora da CNP Seguros Holding Brasil S.A., para a formação de um novo grupo societário (Holding XSI S.A.), que explorará, até fevereiro de 2041, os ramos de seguros de vida e prestamista e os produtos de previdência na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"). Em 19 de setembro de 2019 foi assinado aditivo ao referido acordo, estendendo o prazo da parceria até 2046, sendo que todos os trâmites operacionais e legais foram concluídos em 30 de dezembro de 2020.

A seguir as reestruturações ocorridas que possibilitaram a implementação do referido acordo:

No dia 01 de julho de 2020 foi realizada a cisão parcial da Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Vida e Previdência S.A., tendo como objeto de acervo financeiro, os ativos e passivos vinculados às carteiras dos segmentos de vida e prestamista. Tendo em vista que essa operação é uma operação interna entre as controladas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., a mesma foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto para os clientes dessas carteiras.

O valor do acervo líquido cindido, conforme o laudo de avaliação, foi de R\$ 887.362. A seguir apresentamos um resumo do acervo transferido no dia 1 de julho de 2020:

Ativo	Passivo e Patrimônio Líquido
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
1.408.119	1.938.875
Aplicações	Contas a pagar
677.860	11.628
Créditos das operações	Débitos de operações
199.551	40.478
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas	Provisões técnicas
3.953	1.866.769
Títulos e créditos a receber	<b>Passivo não Circulante</b>
12.176	3.016.594
Custos de aquisições diferidos	Contas a pagar
514.579	100.010
<b>Ativo não Circulante</b>	Provisões técnicas
4.434.712	2.858.072
Aplicações	Outros débitos
3.240.372	58.512
Títulos e créditos a receber	<b>Patrimônio Líquido</b>
100.648	887.362
Custos de aquisição diferidos	Capital social
1.081.775	753.650
Intangível	Ajuste de avaliação patrimonial
11.918	133.713
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>
<b>9.353.664</b>	<b>9.353.664</b>

**2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido do exercício	827.151	1.221.035
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	79.369	67.972
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	4.760	31.548
Varição de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	8.817	-
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	9.369	42.338
Custos de Aquisição Diferidos	61.434	(87.750)
Varição de Provisões Técnicas - Seguros	(116.858)	513.994
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	302.486	1.483.782
Créditos das operações de seguros e resseguros	(20.155)	(155.848)
Ativos de Resseguro	15.364	62.140
Créditos fiscais e previdenciários	21.778	2.984
Ativo fiscal diferido	(158.802)	(39.108)
Depósitos judiciais e fiscais	(54.878)	(235.835)
Despesas antecipadas	(137)	1.956
Custos de Aquisição Diferidos	-	(11.052)
Outros Ativos	(11.880)	(98.968)
Impostos e contribuições	501.615	741.241
Outras contas a pagar	(79.835)	88.870
Débitos de operações com seguros e resseguros</		

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→☆ continuação

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emiteuente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.  
 • A redução ao valor recuperável sobre operações de seguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias, líquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;  
 • Para os valores a recuperar de resseguro é constituída uma provisão para perda, caso a recuperação não ocorra em até 180 dias.  
 • Para cálculo da provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS a Companhia adota metodologia específica que está descrita na nota 6.1.2;  
 • Demais operações: Constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.  
 Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

### b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.  
 No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.  
 Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

### 2.5.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com *software*, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

### 2.6. Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

### 2.7. Outros valores e bens

#### 2.7.1. Bens a venda - Salvados

Salvados a venda são estoques constituídos através de recuperações, oriundas das indenizações integrais aos segurados.  
 Salvados estimados são calculados através de técnicas estatísticas e atuariais especificadas em nota técnica atuarial, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros, de um determinado histórico. Registra-se esse ativo no grupo de "Outros valores e bens" conforme Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021).

#### 2.8. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.  
 O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a..

#### 2.9. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.  
 A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço. A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.  
 A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os pagamentos futuros de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por provável, possível, remota, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.  
 A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 4 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 16 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 8 trimestres para o Automóvel, observações de 12 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 24 trimestres para Habitacional (Fora do SFH), a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.  
 A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados, a metodologia está detalhada em Nota Técnica Atuarial.  
 A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP).

#### 2.9.1. Tábuas

No quadro a seguir apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de Carregamento
14	SEGURO LAR+		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
18	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
51	MULTIRISCO LOTÉRICO		Corretagem: de 0,00% a 40,00% Despesas Administrativas e Margem de Lucro: de 0,00% a 100,00%
20	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	CAIXA SEGURO AUTO EXCLUSIVO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2013 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
65	SBPE 2013 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 14,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 18,00% Margem de Lucro: de 1,00% a 17,50%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00% Corretagem: de 0,10% a 30,00%
14	COMPREENSIVO RESIDENCIAL APORTE CAIXA		Corretagem: de 0,01% a 1,0% Estipulante: de 0,01% a 30% Prolabore: de 15% a 30% Despesas Administrativas: de 15% a 36%
71	RD - EQUIP. ARREND. E CEDIDOS A TERCEIROS		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 5,00% a 30,00% Margem de Lucro: de 0,50% a 10,00%
20	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
31	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
42	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
53	AUTO CONSÓRCIO/FINANCIAMENTO AUTO		Corretagem: de 0,10% a 30,00% Despesas Administrativas: de 0,00% a 20,00% Margem de Lucro: de 0,00% a 5,00%
61	SBPE 2011 - MIP	AT 2000 M	Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%
65	SBPE 2011 - DFI		Corretagem: de 0,01% a 16,50% Despesas Administrativas: de 1,00% a 32,50% Margem de Lucro: de 1,00% a 20,00% Agenciamento: de 0,01% a 100,00%

### 2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

#### 2.10.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (TAP); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

#### 2.10.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos por gastos que possuem uma relação direta e incremental com a emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuam essa relação direta e incremental são registrados como despesa, conforme incorridos. Para os custo diferidos, a amortização é realizada segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento em 2021 foi de 27 meses.

#### 2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)

O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico e está disponível na sede da Companhia para o órgão regulador e demais fiscalizações. A Companhia efetuou um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) definidas pela SUSEP, conforme determina a legislação. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

- Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme rol divulgado pela SUSEP;
  - Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizam tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:
    - Automóvel: 61,5%;
    - Patrimonial: 25,3%;
    - Pessoas: 20,5% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez;
    - Habitacional: 3,9% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez.
  - CANCELAMENTO: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada grupo que compõe o estudo;
  - Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.
- Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

#### 2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e

trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

#### 2.12. Apuração do resultado

Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices ou do recebimento para os produtos de risco, o que ocorrer primeiro, em linha com a Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648/21, a partir de 03 de janeiro de 2022), com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. A referida Circular alterou a prática contábil reconhecendo como receita os prêmios pagos antes da emissão, anteriormente registrados em conta de compensação.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

#### 2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançada pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

#### 2.14. Dentre as políticas contábeis adotadas em 2021, considera-se:

##### Adoção inicial da IFRS 16/ CPC 06 (R2)

A adoção ao normativo IFRS 16/CPC 06 (R2) consiste no reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo. Anteriormente, a Companhia registrava seus aluguéis como despesa do período. Os ativos de direito de uso (em grande parte aluguéis de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa incremental de financiamento.

##### Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.

As notas explicativas nº 8.5 e nº 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

##### Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados; a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 1/1/2021.

##### 2.15. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas e não adotadas, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Para empresas não reguladas pela SUSEP, o CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, e será adotado pela Companhia quando a SUSEP aprovar este pronunciamento.

A Companhia já iniciou os estudos de classificação, mensuração e cálculo de perda esperada de seus ativos financeiros. Os estudos incluem a definição dos modelos de negócios, teste de SPPI (sigla em inglês para somente pagamento de principal e juros) e cálculo do ECL (sigla em inglês para expectativa de perda esperada). A companhia não tem intenção de contabilizar hedge em função da adoção da norma do IFRS 9.

**IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4/CPC 11 - Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguros (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

Em contraste com os requisitos da IFRS 4/CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, para empresas não reguladas pela SUSEP, sendo que a Companhia adotará essa norma somente quando a SUSEP efetivamente aprová-la.

Os principais modelos de mensuração dos passivos de contratos de seguros estabelecidos pela norma são o *Building Block Approach* (BBA), que é o modelo padrão, e o *Premium Allocation Approach* (PAA), que é o modelo simplificado de mensuração que pode ser adotado caso sejam atendidos alguns critérios como por exemplo, os limites dos contratos não excedem 12 meses da data de emissão. Adicionalmente há a abordagem de *Variable Fee Approach* (VFA) que não é opcional e sim obrigatório se forem atendidos os requisitos da norma, ele considera o impacto da participação do segurado no resultado financeiro de determinados ativos. Também, segundo a norma, os contratos considerados como onerosos na sua emissão, terão o valor total da perda mensurada reconhecido no resultado na data de reconhecimento inicial.

Como ponto de partida, antes de definir o modelo de mensuração, a Companhia deve avaliar o nível de agregação dos contratos, bem como se há componentes contidos nesses contratos que não se caracterizem como seguros e, portanto, deveriam ser mensurados de acordo com outra norma (por exemplo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros ou CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes).

A Companhia está em fase de implementação sendo os principais destaques, no momento:

- Agrupamento - Os portfólios IFRS 17 foram estabelecidos considerando riscos homogêneos gerenciados em conjunto. Sob essa premissa entre as duas entidades subsidiárias teremos a princípio oito portfólios. Para cada portfólio teremos os valores dos passivos separados por safra e por carimbo de rentabilidade, que é o nível de granularidade exigido pela norma.

- Modelos de mensuração - Os portfólios de seguros (vida, prestamista etc.) serão classificados no modelo BBA (*Building Block Approach*).

- A data de transição será 31 de dezembro de 2021 e em 1º de janeiro de 2022 será feito o balanço de abertura para poder ter, no ano 2023, o comparativo com 2022. A metodologia para boa parte do perímetro será MRA (*Modified Retrospective Approach*);

- Foram feitos exercícios de simulação tanto da transição como de fechamento contábil com o intuito de testar ferramentas, processos e dados e que servem como referência para os desenvolvimentos da implementação que continua em curso.

#### 2.16. Reapresentação de saldos comparativos

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de:

(i) compensação de ativos e passivos correntes e diferidos, conforme CPC 32.

(ii) reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados abaixo:

	Saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	Saldos reapresentados em 31 de dezembro de 2020
<b>Circulante</b>	<b>3.340.615</b>	<b>(664.041)</b>	<b>2.676.574</b>
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	81.120	(48.998)	32.122
Créditos tributários e previdenciários (i)	640.809	(615.043)	25.766
Outros	2.618.686	-	2.618.686
<b>Não Circulante</b>	<b>6.880.990</b>	<b>(11.723)</b>	<b>6.869.267</b>
Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas (ii)	5.423	48.998	54.421
Créditos tributários e previdenciários (i)	888.929	(60.721)	828.208
Outros	5.986.638	-	5.986.638
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.221.605</b>	<b>(675.764)</b>	<b>9.545.841</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.058.844</b>	<b>(1.514.382)</b>	<b>2.544.462</b>
Impostos e contribuições (i)	794.792	(615.044)	179.748
Provisões técnicas - seguros (ii)	1.896.186	(899.338)	996.848
Outros	1.367.866	-	1.367.866
<b>Não Circulante</b>	<b>3.524.327</b>	<b>838.619</b>	<b>4.362.946</b>
Tributos diferidos (i)	68.161	(60.720)	7.441
Provisões técnicas - seguros (ii)	451.358	899.339	1.350.697
Outros	3.004.808	-	3.004.808
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.638.433</b> </		

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—☆— continuação

O quadro a seguir demonstra a concentração de risco por região e por ramo baseado nos prêmios ganhos no exercício:

**a. Bruto de resseguro**

Região geográfica	31/12/2021					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida individual	1.343	716	195	4.536	1.191	7.981
Habitacional fora do SFH	299.116	462.596	100.163	1.288.066	511.726	2.661.667
Riscos de engenharia	660	3.761	1.055	4.873	2.064	12.413
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.987	38.544	7.800	125.564	43.838	259.733
Compreensivo residencial	25.766	47.878	12.541	159.961	80.369	326.515
Compreensivo empresarial	13.183	25.426	8.101	39.370	18.736	104.816
Demais ramos	15.273	9.984	2.046	32.484	15.646	75.433
<b>Total</b>	<b>399.415</b>	<b>588.955</b>	<b>131.919</b>	<b>1.655.189</b>	<b>673.662</b>	<b>3.449.140</b>

Região geográfica	31/12/2020					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	304.947	436.170	93.691	1.261.948	494.116	2.590.872
Riscos de engenharia	1.428	3.440	863	6.703	2.142	14.576
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.948	49.282	9.061	144.184	51.998	306.473
Compreensivo residencial	35.461	57.825	16.083	148.700	84.802	342.871
Compreensivo empresarial	17.799	30.093	9.752	57.706	27.580	142.930
Demais ramos	4.583	530	(362)	10.724	4.265	19.740
<b>Total</b>	<b>986.218</b>	<b>762.373</b>	<b>183.644</b>	<b>2.036.744</b>	<b>882.450</b>	<b>4.851.429</b>

**b. Líquido de resseguro**

Região geográfica	31/12/2021					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida individual	1.332	711	194	4.500	1.182	7.919
Habitacional fora do SFH	297.390	459.925	99.585	1.280.630	508.771	2.646.301
Riscos de engenharia	603	3.439	964	4.456	1.887	11.349
Acidentes pessoais	87	50	18	335	92	582
Automóvel	43.877	38.448	7.781	125.250	43.728	259.084
Compreensivo residencial	25.025	46.501	12.181	155.362	78.058	317.127
Compreensivo empresarial	12.619	24.337	7.754	37.684	17.933	100.327
Demais ramos	13.955	9.123	1.870	29.683	14.297	68.928
<b>Total</b>	<b>394.888</b>	<b>582.534</b>	<b>130.347</b>	<b>1.637.900</b>	<b>665.948</b>	<b>3.411.617</b>

Região geográfica	31/12/2020					Total
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Vida em Grupo	561.414	177.170	52.378	384.474	206.319	1.381.755
Vida individual	1.242	653	153	4.255	1.043	7.346
Habitacional fora do SFH	302.539	432.726	92.951	1.251.984	490.214	2.570.414
Riscos de engenharia	1.387	3.342	838	6.512	2.081	14.160
Acidentes pessoais	4.479	6.290	1.752	16.053	9.113	37.687
Automóvel	51.890	49.227	9.051	144.022	51.940	306.130
Compreensivo residencial	35.265	57.505	15.994	147.876	84.332	340.972
Compreensivo empresarial	16.802	28.407	9.206	54.474	26.035	134.924
Demais ramos	3.095	357	(245)	7.243	2.881	13.331
<b>Total</b>	<b>978.113</b>	<b>755.677</b>	<b>182.078</b>	<b>2.016.893</b>	<b>873.958</b>	<b>4.806.719</b>

**4.1.1. Controle do risco de seguro**

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, o qual inclui funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A CNP Seguros conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

**4.1.2. Estratégia de subscrição**

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Alta Administração na forma de apetite e risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e paritizado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

**4.1.3. Estratégia de resseguro**

A estratégia de resseguro da CNP Seguros Holding Brasil é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina momentaneamente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos ratings:

CONTRATO DE RESSEGURO	CARTEIRA	RESSEGURODORES	PARTICIPAÇÃO	RATING <sup>(1)</sup>	CONDIÇÃO
GARANTIA	RISCOS FINANCEIROS	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	40,0%	A-	LOCAL
		TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	60,0%	A+	ADMITIDO
EXCESSO DE DANOS PATRIMONIAL POR RISCO	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURODORES S/A	50,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	20,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE DE RISCOS PATRIMONIAIS	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (DFI)	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURODORES S/A	65,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	15,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	10,0%	A-	LOCAL
		LIBERTY SYNDICATE LLOYD'S 4472	10,0%	A	ADMITIDO
CATÁSTROFE UMBRELLA	RESIDENCIAL, EMPRESARIAL, LOTÉRICOS, RISCO DE ENGENHARIA, AUTOMÓVEL, HABITACIONAL (MIP/DFI), VIDA INDIVIDUAL	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURODORES S/A	48,0%	A+	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	25,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
CATÁSTROFE DE RISCOS PESSOAIS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	HANNOVER RE	20,0%	A+	ADMITIDO
		MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
EXCESSO DE DANOS POR RISCO EM SEGUROS DE PESSOAS	HABITACIONAL (MIP), VIDA INDIVIDUAL	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A-	LOCAL
		AUSTRAL RESSEGURODORES S/A	20,0%	B++	LOCAL
BELO MONTE	RISCO DE ENGENHARIA	MAPFRE BRASIL RE	60,0%	A	LOCAL
		IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	28,0%	A-	LOCAL
		MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURODORES S/A	19,4%	A+	LOCAL
		MUNCHENER RÜCKVERSICHERUNGS-GE	6,5%	A+	EVENTUAL
		MAPFRE BRASIL RE	1,1%	A	LOCAL
		ALLIANZ GLOBAL CORP & SPEC SE	5,2%	A+	ADMITIDO
		QBE UNDERWRITING LIMITED (LLOYD'S)	2,7%	A	ADMITIDO
		CANOPIUS MANAGING AGENTS LTD (LLOYD'S)	1,0%	A	ADMITIDO
		ACE PROPERTY & CASUALTY INSURANCE CO.	2,0%	A++	EVENTUAL
		FEDERAL INSURANCE COMPANY	6,7%	A++	ADMITIDO
		HDI - GERLING WELT SERVICE AG	1,3%	A	ADMITIDO
		CHUBB MANAGING AGENCY LTD (LLOYD'S)	2,1%	A	ADMITIDO
		TORUS (LLOYD'S SYNDICATE 1301)	1,1%	A	ADMITIDO
		STARR (LLOYD'S)	3,1%	A	ADMITIDO
TOKIO MARINE GLOBAL (LLOYD'S)	1,9%	A	ADMITIDO		
FACULTATIVO EMPRESARIAL CEF	EMPRESARIAL (PATRIMÔNIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	IRB BRASIL RESSEGUROS S/A	50,0%	A-	LOCAL
		SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S/A	20,0%	A+	LOCAL
		CHUBB RESSEGURODORES DO BRASIL S/A <sup>(2)</sup>	20,0%	AA	LOCAL
		MAPFRE BRASIL RE	10,0%	A	LOCAL

(1) Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou locais de origem estrangeira)

(2) Ratings pela agência Fitch

**4.1.4. Gerenciamento de ativos e passivos**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As reservas de acumulação de clientes, por serem resgatáveis imediatamente, estão sendo apresentadas no passivo circulante, enquanto que alguns ativos, que podem ser usados para cobrir essas reservas, estão sendo apresentados no ativo não circulante, em função do seu vencimento, entretanto, também são resgatáveis imediatamente, assim sendo, a Administração entende que não existe um problema de capital circulante líquido para o Grupo.

**4.1.5. Teste de sensibilidade**

As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, líquidas dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Sensibilidade	31/12/2021		31/12/2020	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1%	-1,52%	-1,52%	-1,36%	-1,36%
Taxa -1%	1,56%	1,56%	1,42%	1,42%
Mortalidade/Sinistralidade +5%	4,83%	4,87%	2,45%	3,25%
Mortalidade/Sinistralidade -5%	-4,83%	-4,87%	-2,45%	-3,25%
Inflação +1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Inflação -1%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de duration e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 basis points para cima e para baixo;  
b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos \* (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação: IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações / (Sinistros Ocorridos - Sinistros A) Resultados antes dos impostos e participações - 1;  
c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o pagamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação.  
Para o teste de conversibilidade, não se aplica a essa Companhia por não ter produtos de previdência.

**4.2. Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referentes a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's*, entre outras, e atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que encontra-se descrita na Nota 5.4) - (Os ratings não são auditados).

Composição dos ativos	31/12/2021		31/12/2020			
	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>767.446</b>	<b>298.834</b>	<b>1.066.280</b>	<b>190.033</b>	<b>294.942</b>	<b>484.975</b>
Ações	-	49.958	49.958	-	92.149	92.149
Caixa	-	16	16	-	41	41
Contas a pagar e receber	-	(57)	(57)	-	674	674
Fundos de investimentos	-	248.917	248.917	-	202.078	202.078
Letras financeiras do tesouro	4.062	-	4.062	3.108	-	3.108
Notas do tesouro nacional	9.465	-	9.465	-	-	-
Operações compromissadas (**)	753.919	-	753.919	186.925	-	186.925
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>3.003.552</b>	<b>-</b>	<b>3.003.552</b>	<b>3.930.337</b>	<b>131.660</b>	<b>4.061.997</b>
Letras do tesouro nacional	762.226	-	762.226	1.407.413	-	1.407.413
Notas do tesouro nacional	2.241.326	-	2.241.326	2.522.924	-	2.522.924
Letras financeiras	-	-	-	-	131.660	131.660
Mantidos até o vencimento	-	-	-	41.949	-	41.949
Notas do tesouro nacional	-	-	-	41.949	-	41.949
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>-</b>	<b>963.714</b>	<b>963.714</b>	<b>-</b>	<b>940.729</b>	<b>940.729</b>
<b>Créditos a receber junto ao FCV5 (*)</b>	<b>1.214.276</b>	<b>-</b>	<b>1.214.276</b>	<b>1.168.957</b>	<b>-</b>	<b>1.168.957</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>4.985.274</b>	<b>1.262.548</b>	<b>6.247.822</b>	<b>5.331.276</b>	<b>1.367.331</b>	<b>6.698.607</b>

(\*) A contraparte destes créditos é o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o rating do risco Brasil (tesouro nacional);

(\*\*) O lastró total é em título público federal.

**4.3. Risco de liquidez**

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.3.1. Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022. Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e os limites direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Valor justo por meio do resultado	31/12/2021			31/12/2020		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Disponíveis para a venda	1.053.876	-	7.606	4.798	1.066.280	1.066.280
Prêmios a receber de segurados	757.469	-	188.624	-	946.093	946.093
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	611.552	-	840.594	-	1.452.146	1.452.146
Ativos de resseguro - provisões técnicas	28.954	-	45.991	1.910	76.855	76.855
<b>Total dos ativos financeiros (*)</b>	<b>2.444</b>					

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

Brasil, Bolsa, Balcão pelos detentores das posições em derivativos.  
O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pela área de monitoramento do risco financeiro, subordinada à Diretoria de Risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos associados às aplicações financeiras.  
Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>DI - Compromissos/Compra</b>		
Valor de referência	-	259.758
Valor justo	-	259.758
Resultado acumulado	-	2.950
<b>5.5. Análise de sensibilidade</b>		
<b>5.5.1. Carteira de ativos</b>		
A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento. O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de <i>Stress Test</i> , o qual é feito para as classificações disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do <i>VaR</i> das carteiras e o choque de 1 ponto base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.		
O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:		
<b>Fatores de Risco</b>	<b>Value-at-Risk</b>	<b>DV-1</b>
Moeda	1	-
Ações	79	-
Fundos	283	-
Juros Pré	12.525	(42.680)
LFT	-	(12)
NTNB	164	(1.396)
<b>Total</b>	<b>13.052</b>	<b>(44.088)</b>

**5.5.2. Carteira de derivativos**  
A carteira de investimentos da Companhia possui apenas contratos futuros de taxa de juros.  
Nos contratos futuros de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.  
As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. O risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma alta na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.  
A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.  
Não há exposição em derivativos no período em análise e em 31 de dezembro de 2020.  
Somente são admitidas posições em derivativos cujos vencimentos coincidem com o vencimento do respectivo ativo-base, sendo vedadas posições sem a devida cobertura do ativo-base.  
Resaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

**5.6. Taxas de juros contratadas**  
A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Letras do tesouro nacional	Pré 5,51% a 8,49%	Pré 5,51% a 8,49%
Notas do tesouro nacional	Pré 4,89% a 7,44%	Pré 4,89% a 13,62%
Letras financeiras	-	IGPM + 6,07 % a.a.

**6. Créditos das operações**

**6.1. Prêmios a receber de segurados**

**6.1.1. Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo**

Ramo	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional - prestamista	259.030	(658)	258.372	258.194	(495)	257.699
Habitacional fora do SFH	54.008	(51)	53.957	58.272	(53)	58.219
Habitacional - Demais coberturas	72.976	(171)	72.805	73.794	(121)	73.673
Riscos de engenharia	107	-	107	1.085	-	1.085
Automóvel	315.886	(2.401)	313.485	262.263	(810)	261.453
Responsabilidade civil - veículos	73.150	(525)	72.625	58.127	(155)	57.972
Outras coberturas - veículos	937	(18)	919	12.560	(17)	12.543
Compreensivo residencial	84.283	(8.434)	75.849	169.722	(8.910)	160.812
Compreensivo empresarial	90.756	(1.274)	89.482	19.476	(1.404)	18.072
Demais ramos	9.778	(1.286)	8.492	10.141	(1.411)	8.730
<b>Total</b>	<b>960.911</b>	<b>(14.818)</b>	<b>946.093</b>	<b>923.634</b>	<b>(13.376)</b>	<b>910.258</b>

**6.1.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	910.258	1.002.296
Prêmios emitidos	3.991.418	6.302.697
IOF	2.301	2.517
Adicional de fracionamento	-	54
Prêmios cancelados	(445.820)	(439.999)
Recebimentos	(3.518.228)	(5.754.509)
Prêmios de RVNE	8.202	(29.778)
Outras constituições/reversões	(650)	293
Baixa de cisão parcial	-	(169.065)
<b>Saldo</b>	<b>947.535</b>	<b>914.666</b>
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(1.442)	(4.408)
<b>Saldo total</b>	<b>946.093</b>	<b>910.258</b>

**6.1.3. Faixas de vencimento**

Prêmios a vencer	31/12/2021			31/12/2020		
	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
De 1 a 60 dias	482.182	(2.488)	479.694	469.265	(1.310)	467.955
De 61 a 120 dias	58.888	(626)	58.262	70.979	(645)	70.334
De 121 a 180 dias	55.053	(590)	54.463	58.868	(541)	58.327
De 181 a 365 dias	143.693	(1.581)	142.112	123.680	(1.030)	122.650
Superior a 365 dias	191.273	(2.650)	188.623	142.104	(2.473)	139.631
<b>Prêmios Vencidos</b>						
De 1 a 60 dias	23.435	(496)	22.939	52.432	(1.071)	51.361
De 61 a 120 dias	434	(434)	-	701	(701)	-
De 121 a 180 dias	362	(362)	-	550	(550)	-
De 181 a 365 dias	1.171	(1.171)	-	1.640	(1.640)	-
Superior a 365 dias	4.420	(4.420)	-	3.415	(3.415)	-
<b>Total</b>	<b>960.911</b>	<b>(14.818)</b>	<b>946.093</b>	<b>923.634</b>	<b>(13.376)</b>	<b>910.258</b>

A Companhia opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2021 era 8 meses e 31 de dezembro de 2020 era de 8 meses.

**6.2. Outros créditos operacionais**

**6.2.1. Apresentamos a seguir informações referentes a outros créditos operacionais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos a receber do FCVS (i)	1.346.094	1.289.354
Valores recuperáveis (ii)	(131.819)	(120.398)
Outros créditos	-	10
<b>Total</b>	<b>1.214.276</b>	<b>1.169.967</b>

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CFCFVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS.

Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como: (i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde a estimativa dos montantes que serão efetivamente glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

**6.2.2. Apresentamos a movimentação dos créditos a receber do FCVS:**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.169.957	1.068.834
Adições - Pagamentos realizados	88.645	149.014
Baixas - Por recebimentos	(31.905)	(45.399)
Recuperação ao valor recuperável	(11.421)	(3.492)
<b>Saldo final</b>	<b>1.214.276</b>	<b>1.168.957</b>

**7. Operações de resseguradora**

Apresentamos a seguir informações referentes às operações de resseguro:

	31/12/2021	31/12/2020
Sinistros pagos a recuperar	19.537	27.320
Provisão para risco de crédito	(13.087)	(12.489)
<b>Operações com resseguradoras</b>	<b>6.450</b>	<b>14.831</b>
Provisão de sinistros a liquidar	51.777	65.823
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	4.638	7.618
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	10.188	11.887
Provisão de prêmios não ganhos - RVNE	729	406
Provisão de despesas relacionadas	590	809
<b>Ativos de resseguros - Provisões técnicas</b>	<b>67.922</b>	<b>86.543</b>
<b>Total</b>	<b>74.372</b>	<b>101.374</b>

**8. Outros valores e bens**

Apresentamos a seguir as informações referentes a bens a venda e outros valores:

**8.1. Composição**

	31/12/2021	31/12/2020
Bens a venda-salvados automóveis (8.2)	14.869	15.476
Direito a salvados - estimado (8.4)	1.813	2.106
Bens de direitos de uso (8.5)	111.907	-
Outros	2.468	1.497
<b>Total</b>	<b>131.057</b>	<b>19.079</b>

**8.2. Movimentação de bens a venda - salvados**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	15.476	10.178
Aviso de ressarcimento	39.077	28.167
Reabertura de ressarcimento	(1.346)	(978)
Cancelamento de ressarcimento	203	261
Recebimentos	(46.748)	(23.745)
<b>Saldo final</b>	<b>14.869</b>	<b>15.476</b>

**8.3. Faixas de vencimento**

	31/12/2021	31/12/2020
De 1 a 60 dias	2.417	3.439
De 61 a 120 dias	3.419	3.825
De 121 a 180 dias	2.174	1.765
De 181 a 365 dias	2.013	2.524
Superior a 365 dias	4.846	3.923
<b>Total</b>	<b>14.869</b>	<b>15.476</b>

**8.4. Direitos e salvados estimados**

	31/12/2021	
	Salvados	Ressarcimentos
	Expectativa de realização	Efetivas realizações
No mês do pagamento	1.328	29
1 mês após o pagamento	298	6
2 meses após o pagamento	68	1
3 meses após o pagamento	29	1
4 meses após o pagamento	19	0
5 meses após o pagamento	18	0
6 meses após o pagamento	12	0
7 meses após o pagamento	9	0
8 meses após o pagamento	4	0
9 meses após o pagamento	6	0
10 meses após o pagamento	4	0
11 meses após o pagamento	5	0
De 12" ao 17" mês	10	0
De 18" ao 23" mês	2	0
De 24" ao 29" mês	-	0
Após 30" mês	-	0
<b>Total</b>	<b>1.813</b>	<b>39</b>

Atualmente a expectativa está baseada no primeiro ano.

**8.5. Ativo de direito de uso**

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

	Movimentações				31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Novos contratos	Alterações/ Depreciação de contratos	Despesa de Depreciação do período	Valor acumulado
Direito de uso	118.994	7.004	(3.288)	122.710	(16.882)
Imóveis	10.037	1.005	-	(4.963)	11.041
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	(4.963)
<b>Total</b>	<b>129.030</b>	<b>8.009</b>	<b>(3.288)</b>	<b>(21.845)</b>	<b>133.751</b>

(\*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).  
A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 16,39% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

**9. Títulos e créditos a receber**

**9.1. Títulos e créditos a receber**  
Os títulos e créditos a receber são representados substancialmente por Rateio de despesas compartilhadas. O saldo dessa rubrica, em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 146.378 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 89.656).

**9.2. Créditos tributários e previdenciários**  
A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**9.2.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários**

	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	
A compensar	748	2.816	1.771	6.501	1.467	7.370	20.673
Adições temporárias	-	332.583	-	554.070	-	-	886.653
Tributos diferidos - TVM	-	31.376	-	52.294	-	-	83.670
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>366.775</b>	<b>1.771</b>	<b>612.865</b>	<b>1.467</b>	<b>7.370</b>	<b>990.996</b>

	Contribuição social		Imposto de renda		Outros tributos		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Longo Prazo	
A compensar	2.052	-	15.229	-	8.485	-	25.766
Adições temporárias	-	333.348	-	555.580	-	-	888.928
Tributos diferidos - TVM	-	(22.770)	-	(37.950)	-	-	(60.720)
<b>Total</b>	<b>2.052</b>	<b>310.578</b>	<b>15.229</b>	<b>517.630</b>	<b>8.485</b>	-	<b>853.974</b>

**9.2.2. Expectativa da efetiva realização**

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	48.849	6%	-	0%	48.849	5%
2023	460.503	52%	31.790	38%	492.293	51%
2024	46.311	5%	6.779	8%	53.090	5%
2025	37.905	4%	45.035	54%	82.940	9%
2026	24.076	3%	-	0%	24.076	2%
A partir 2027	269.009	30%	66	0%	269.075	28%
<b>Total</b>	<b>886.653</b>	<b>100%</b>	<b>83.670</b>	<b>100%</b>	<b>970.323</b>	<b>100%</b>

**9.2.3. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

	Contribuição Social		Imposto de Renda		Total	
	310.578	517.630	517.630	828.208	828.208	828.208
Saldo inicial de créditos tributários	-	-	-	-	-	-
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias	-	-	-	-	-	-
Contingências tributárias	-	3.232	-	5.387	-	8.619
Contingências cíveis	-	(2.247)	-	(3.745)	-	(5.992)
Contingências trabalhistas	-	(166)	-	(277)	-	(443)
Provisão para risco de crédito	-	5.268	-	8.545	-	13.813
Provisão para participações nos lucros	-	(459)	-	(766)	-	(1.225)
Operações de arrendamento - CPC 06	-	570	-	949	-	1.519
Outras provisões	-	(6.963)	-	(11.604)	-	(18.567)
Tributos diferidos - TVM						

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

a. Sinistros administrativos (I)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Data de Aviso</b>											
No ano do aviso	-	-	402.474	481.990	556.985	597.376	682.770	755.109	726.064	1.448.043	-
1 ano depois	-	67.401	483.569	576.076	683.680	693.403	773.765	843.282	843.997	-	-
2 anos depois	5.746	79.408	492.415	585.050	699.073	708.450	778.290	832.521	-	-	-
3 anos depois	10.344	85.415	495.013	589.453	709.838	710.325	780.739	-	-	-	-
4 anos depois	12.655	86.758	496.148	591.169	712.283	711.547	-	-	-	-	-
5 anos depois	13.583	87.210	496.950	591.782	713.743	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	13.974	87.393	497.140	593.333	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	14.230	87.763	497.658	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	14.835	87.826	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	15.022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	15.022	87.826	497.658	593.333	713.743	711.547	780.739	832.521	843.997	1.448.043	6.524.430
Pagamentos acumulados até a data-base	14.962	87.825	497.651	593.269	712.995	709.745	778.830	830.680	834.794	1.259.250	6.320.001
Passivo reconhecido no balanço	60	1	7	65	749	1.802	1.909	1.841	9.203	188.793	204.429
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	334
PSL de Retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.037
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.239)
<b>Total do passivo incluído no balanço</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>204.561</b>

b. Sinistros judiciais (II)	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
<b>Data de Aviso</b>											
No ano do aviso	-	-	2.485	645	364	1.172	804	738	3.073	50.643	-
1 ano depois	-	616	3.826	2.487	2.653	3.450	3.037	15.502	85.526	-	-
2 anos depois	799	2.262	4.923	4.394	6.600	5.139	6.339	100.866	-	-	-
3 anos depois	1.936	3.948	8.669	6.726	10.439	9.574	84.154	-	-	-	-
4 anos depois	3.233	5.180	9.867	10.740	14.228	92.162	-	-	-	-	-
5 anos depois	4.474	7.193	10.687	13.924	105.906	-	-	-	-	-	-
6 anos depois	6.278	7.732	13.573	67.544	-	-	-	-	-	-	-
7 anos depois	7.014	9.371	57.262	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos depois	9.172	48.664	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 anos depois	55.647	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	55.647	48.664	57.262	67.544	105.906	92.162	84.154	100.866	85.526	50.643	748.374
Pagamentos acumulados até a data base	9.969	10.977	15.112	16.426	19.454	12.728	9.835	11.019	3.785	1.030	110.335
Passivo reconhecido no balanço	45.678	37.686	42.150	51.117	86.452	79.434	74.319	89.847	81.741	49.613	638.039
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153.937
<b>Total do passivo incluído no balanço</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>791.976</b>

**Nota:**  
i. Os valores informados nos itens (a) e (b) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência.

12. Discriminação das provisões de sinistros judiciais	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo no início do período</b>	<b>753.785</b>	<b>794.984</b>
Total pago no período	(31.299)	(66.427)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	44.538	53.779
<b>Quantidade de ações pagas no período</b>	<b>561</b>	<b>958</b>
<b>Novas constituições no período</b>	<b>128.598</b>	<b>121.068</b>
Novas constituições referentes a citações do exercício-base	103.863	17.287
Novas constituições referentes a citações do exercício N-1	20.010	42.762
Novas constituições referentes a citações do exercício N-2	530	30.367
Novas constituições referentes a citações do exercício N-3 e anteriores	4.195	30.652
<b>Quantidade de ações referentes a novas constituições no período</b>	<b>1.766</b>	<b>1.964</b>
Baixa da provisão por êxito	(7.520)	(18.791)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidade	(158.636)	(11.355)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	140.011	55.597
Baixa de acervo cindido (I)	-	(121.291)
<b>Total de sinistros judiciais</b>	<b>824.939</b>	<b>753.785</b>

(I) refere-se à baixa do acervo cindido relacionado às carteiras do Vida e Prestamisto em 1/7/2020, conforme indicado na nota 1.1.

13.1. Obrigações a pagar	31/12/2021	31/12/2020
<b>Forneecedores</b>	<b>6.025</b>	<b>14.790</b>
Dividendos	196.449	289.996
Honorários e remunerações a Pagar	47.870	51.649
Outras Obrigações a Pagar	3.839	3.528
<b>Total</b>	<b>254.183</b>	<b>359.963</b>

**13.2. Impostos e contribuições**  
São representados substancialmente pelo IRPJ e pela CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 306.800 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 167.687).

**13.3. Outras contas a pagar**  
A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros operacional	21.043	38.665
Serviços de terceiros administrativo	135.123	172.423
Outras obrigações a pagar	6.698	4.979
<b>Total</b>	<b>162.864</b>	<b>216.067</b>

**13.4. Tributos diferidos passivos**  
São representados substancialmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 4 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.441).

**14. Débitos diversos**

**14.1. Passivo de arrendamento**  
Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Juros a transcorrer	Passivo de arrendamento líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>163.898</b>	<b>(34.868)</b>
Apropriação de juros transcorridos	-	8.560
Constituições/reavaliações de contratos	8.391	(1.208)
Pagamentos	(26.980)	(26.980)
Outras/Baixas	(1.815)	(1.636)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>143.494</b>	<b>(27.337)</b>
<b>Circulante</b>	<b>26.107</b>	<b>(7.291)</b>
<b>Não circulante</b>	<b>117.387</b>	<b>(20.046)</b>

(\*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pelo CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,01% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

**15. Depósitos de terceiros**

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Prêmios e emolumentos</b>	<b>1.744</b>	<b>7.715</b>
<b>Prêmios e emolumentos antecipados</b>	<b>1.744</b>	<b>7.715</b>
De 1 a 30 dias	889	56
De 31 a 60 dias	1.159	7
De 61 a 120 dias	3	49
De 121 a 180 dias	-	94
De 181 a 365 dias	-	1.872
Acima de 365 dias	236	72.962
<b>Total</b>	<b>2.287</b>	<b>75.040</b>

**16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais**

A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>1.435.471</b>	<b>1.380.593</b>
<b>Provisões judiciais</b>	<b>3.059.491</b>	<b>3.004.808</b>
Ações judiciais cíveis	55.781	53.422
Ações judiciais trabalhistas	19.223	16.714
Ações judiciais fiscais	857	-
Obrigações legais - fiscal	1.360.910	1.310.457
Outras Obrigações	-	796
<b>Total</b>	<b>1.435.471</b>	<b>1.380.593</b>

Os depósitos judiciais de causas cíveis correspondem substancialmente a depósitos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial, contabilizados na conta de Sinistros a Liquidar. O valor contabilizado para os sinistros judiciais em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 824.939 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 753.785).

**Cíveis**  
As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentis; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.370 (2020 - 7.525) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVFS, que foi criado no ano de 1967. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVFS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVFS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. A provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 422.534 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 391.032).

**Trabalhistas**  
As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

**Fiscais**  
A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axá Seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R\$ 1.051.124 (R\$ 1.029.576 em 31 de dezembro de 2020);  
(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. Em decorrência do histórico das decisões em negar provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, não tendo mais matéria para agravar, o grupo optou por desistir do processo da Caixa Seguradora em outubro de 2021. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R\$ 1.360.310 (R\$ 1.342.469 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa, os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/RJ - Axá Seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R\$ 203.719 (R\$ 203.719 em 31 de dezembro de 2020);  
(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é Possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso - R\$ 148.517 (R\$ 142.208 em 31 de dezembro de 2020);  
(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é Provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo. Período de 09/2015 a 12/2018 - R\$ 385.514 (R\$ 385.514 em 31 de dezembro de 2020);  
(iv) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é Possível. Antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF - R\$ 4.123. (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

**16.1. Segregação em função da probabilidade de perda**

	Remota	Possível	Provável	31/12/2021
<b>Cíveis</b>	<b>197.410</b>	<b>107.124</b>	<b>625.342</b>	<b>929.876</b>
Trabalhistas	287	20.032	21.760	42.079
Natureza fiscal - Obrigações legais	-	1.051.283	1.360.310	2.411.593
Natureza fiscal - Contingências	-	27.844	-	27.844
Outras Obrigações	-	-	796	796
<b>Total</b>	<b>197.697</b>	<b>1.206.283</b>	<b>2.008.208</b>	<b>3.412.188</b>
<b>Cíveis</b>	<b>236.532</b>	<b>89.560</b>	<b>608.821</b>	<b>934.913</b>
Trabalhistas	395	11.402	22.868	34.665
Natureza fiscal - Obrigações legais	-	1.029.735	1.342.469	2.372.204
Natureza fiscal - Contingências	-	27.617	-	27.617
Outras Obrigações	-	-	915	915
<b>Total</b>	<b>236.927</b>	<b>1.158.314</b>	<b>1.975.073</b>	<b>3.370.314</b>

16.2. Movimentação das ações judiciais	Saldo 31/12/2020	Reversões	Baixas	Adições/atualizações monetárias	Saldo 31/12/2021
Ações judiciais cíveis	608.821	(59.699)	(2.192)	78.412	625.342
Ações judiciais trabalhistas	22.868	(2.440)	(2.987)	4.319	21.760
Provisões judiciais fiscais	-	-	-	-	-
Obrigações legais - fiscais	2.372.204	(919)	-	40.308	2.411.593
Outras Obrigações	915	(392)	-	796	915
<b>Total</b>	<b>3.004.808</b>	<b>(63.450)</b>	<b>(5.179)</b>	<b>123.312</b>	<b>3.059.491</b>

**17.1. Prêmios a restituir**  
Refere-se substancialmente às parcelas de prêmios de seguros cancelados que estão pendentes de restituição. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 412.222 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 407.936).

**17.2. Outros débitos operacionais**  
A composição em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Comercialização	21.726	34.029
Arrendamento balcão	-	4.09

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

	31/12/2021	31/12/2020
<b>e) Despesas com tributos</b>		
IP TU e ISS	(1.064)	(1.294)
PIS/COFINS	(104.303)	(190.363)
Taxa de fiscalização	(4.376)	(4.335)
Tributos federais	(1.293)	(8)
Outras despesas com tributos	(49)	(531)
<b>Total</b>	<b>(111.085)</b>	<b>(196.531)</b>
<b>f) Receitas/despesas financeiras</b>		
Resultado com títulos de renda variável	(10.315)	(36.189)
Resultado com títulos de renda fixa	242.280	507.140
Resultado com fundos de investimentos	54.615	86.606
Receitas financeiras com operações de seguros	3.256	3.812
Despesas financeiras com operações de seguros	(142.372)	(60.937)
Juros e atualizações - contingências tributárias	(22.343)	(24.151)
Outras receitas e despesas financeiras	7.994	(45.066)
<b>Total</b>	<b>133.115</b>	<b>431.215</b>
<b>g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		
Redução ao valor recuperável (i)	(11.421)	(3.492)
Outras despesas não correntes (j)	(31.502)	(66.535)
Outras despesas	(7.343)	(41.972)
<b>Total</b>	<b>(50.266)</b>	<b>(111.999)</b>

(i) Os valores de "Redução ao valor recuperável" e "Outras despesas não correntes" são relacionados a atividade do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, vide nota 6.2.

**23. Imposto de renda e contribuição social**

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
Descrição	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.347.106	1.347.106	2.042.447	2.042.447
(-) Juros sobre o capital próprio	(96.000)	(96.000)	-	-
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.251.106</b>	<b>1.251.106</b>	<b>2.042.447</b>	<b>2.042.447</b>
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	<b>(250.221)</b>	<b>(312.777)</b>	<b>(306.367)</b>	<b>(510.612)</b>
Ajustes do lucro real	(15.454)	(14.329)	266.050	266.050
Benefícios incentivados	(10.108)	(10.108)	-	-
Ajustes temporários diferidos	3.827	6.041	(249.569)	(249.569)
Ajuste de exercício anterior	19.761	(5.866)	-	-
Diferencial de alíquota até junho/2021	(169.715)	-	-	-
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	<b>(171.689)</b>	<b>(24.262)</b>	<b>16.481</b>	<b>16.481</b>
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	<b>34.338</b>	<b>6.066</b>	<b>(2.472)</b>	<b>(4.120)</b>
<b>Incentivos fiscais</b>		2.639		2.159
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(215.883)</b>	<b>(304.072)</b>	<b>(308.839)</b>	<b>(512.573)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>17,26%</b>	<b>24,30%</b>	<b>15,12%</b>	<b>25,10%</b>

A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*). O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária

ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável. Nos termos do regulamento do plano, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, aplicados sobre o salário-base do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 14.250 (31 de dezembro de 2020 - 14.877).

**24. Abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento**

Demonstramos a seguir os principais ramos de atuação da Companhia, além do índice de sinistralidade e de comercialização:

Ramos	31/12/2021		31/12/2020	
	Índice de Prêmio ganho	Índice de sinistralidade(i)	Índice de comissionamento	Índice de sinistralidade(i)
Vida em grupo	-	0,00%	0,00%	19,59%
Vida individual	7.981	43,37%	39,70%	15,19%
Habitacional prestamista	1.869.029	53,65%	8,38%	33,51%
Habitacional demais apólices	582.014	5,53%	8,69%	17,37%
Habitacional fora do SFH	210.624	6,68%	0,82%	17,42%
Riscos de engenharia	12.413	28,17%	9,62%	14,14%
Acidentes pessoais	582	134,07%	0,00%	12,00%
Automóvel	259.733	64,37%	12,65%	56,16%
Compreensivo residencial	326.515	16,14%	24,76%	22,02%
Compreensivo empresarial	104.816	31,46%	19,69%	34,63%
Demais ramos	75.433	20,32%	3,11%	96,37%
<b>Total</b>	<b>3.449.140</b>	<b>38,54%</b>	<b>10,16%</b>	<b>4,851.429</b>

(i) - Índice de sinistralidade obtido através da divisão dos Sinistros Ocorridos pelos Prêmios Ganhos.

**25. Comitê de auditoria**

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da empresa líder do Grupo.

**26. Outras informações**

**a. Informações complementares - Investigação Canal Seguro.**

Em 26/11/2020, foi deflagrada uma nova fase da operação Descarte (13a) - Canal Seguro pela Polícia Federal ("Operação Canal Seguro"), que investiga um esquema pelo qual haveria a simulação e/ou superfaturamento de prestação de serviços para a Caixa Seguradora S.A., dentre outras empresas não pertencentes ao seu Grupo CNP Seguros Holding Brasil S.A.

É importante ressaltar que dentre as empresas do Grupo, somente a Caixa Seguradora S.A. foi mencionada nas peças do Inquérito Penal, instaurado para investigar os fatos relatados na Operação Canal Seguro.

Diante desse contexto, a Administração da CNP Seguros Holding Brasil S.A., determinou a constituição de um Comitê de Investigação e tomou várias medidas para lidar com a situação, como: criação de um Comitê de Crise; afastamento temporário das atividades dos profissionais que poderiam estar envolvidos no alegado esquema; contratação de empresas especializadas para assessoramento nesse processo, tendo sido iniciado o processo de investigação interna conduzido pelo Comitê de Investigação constituído por auditor externo independente, escritório de advocacia especializado e um consultor independente.

Em 14/02/2022, o Relatório de Investigação, resultado da investigação conduzida pela Companhia, foi concluído e apresentado ao Presidente do Conselho de Administração, sem qualquer apontamento de violação de lei, bem como não foram identificados e apontados atos ou condutas ilícitas cometidas pela Companhia ou seus administradores anteriores ou atuais. Nesse contexto, frente à ausência de apontamento de violação de lei ou prática de atos ilícitos pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e/ou seus administradores, os trabalhos de investigação foram dados como concluídos e encerrados.

**Conselho de Administração**

Xavier Larnaudie-Eiffel Presidente	Pedro Duarte Guimarães	Asma Zidani Ep Baccar	Eduardo Fabiano Alves da Silva	Camila de Freitas Alchinger
---------------------------------------	------------------------	-----------------------	--------------------------------	-----------------------------

**Diretoria Executiva**

Asma Zidani EP Baccar Diretora Presidente	Paulo Otavio Silva Camara Diretor de Operações Centralizadas	Eduardo Fabiano Alves da Silva Diretor Financeiro
--	---	--

**Contador**

Marco Antonio Barbosa Pires Contador - CRC DF 014151/O-6
---

**Conselho Fiscal**

José Marcolino Lincoln Membro do Conselho Fiscal	Sergio Ruffoni Guedes Membro do Conselho Fiscal	Gryecos Attom Valente Loureiro Membro do Conselho Fiscal
---	--	---

**Atuário**

Andrés Marco Botalla Atuário MIBA nº 3663
--

**Parecer do Conselho Fiscal**

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Seguradora S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

**Parecer dos Atuários Independentes**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores</b>		
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>2.297.733</b>	<b>2.297.733</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>67.922</b>	<b>67.922</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>6.428</b>	<b>6.428</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>	2.297.733	2.297.733
Valores redutores auditados (b)	588.744	588.744
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>1.708.989</b>	<b>1.708.989</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Capital Base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	671.932	671.932
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>671.932</b>	<b>671.932</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.499.336	1.499.336
Ajustes Econômicos do PLA	206.866	206.866
Exigência de Capital (CMR) (b)	671.932	671.932
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>827.404</b>	<b>827.404</b>
Ativos Garantidores (d)	3.946.023	3.946.023
Total a ser Coberto (e)	1.708.989	1.708.989
<b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>2.237.034</b>	<b>2.237.034</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
0112	50	50
1601	1.100	1.100
0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450	1.450
0310	2.500	2.500
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000	3.000
0745	4.500	4.500
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750	5.750
1061	7.900	7.900
0775, 0776	8.550	8.550
0748, 0860	10.000	10.000
0111	11.000	11.000
0196	15.000	15.000
0977	20.000	20.000

base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Brasília, 22 de fevereiro de 2022

**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**

CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.  
04711-904  
São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131

**Anexo I - Caixa Seguradora S.A. (Em milhares de Reais)**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>2.297.733</b>	<b>2.297.733</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>67.922</b>	<b>67.922</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>6.428</b>	<b>6.428</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>	2.297.733	2.297.733
Valores redutores auditados (b)	588.744	588.744
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>1.708.989</b>	<b>1.708.989</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Capital Base (a)	15.000	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	671.932	671.932
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>671.932</b>	<b>671.932</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	1.499.336	1.499.336
Ajustes Econômicos do PLA	206.866	206.866
Exigência de Capital (CMR) (b)	671.932	671.932
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>827.404</b>	<b>827.404</b>
Ativos Garantidores (d)	3.946.023	3.946.023
Total a ser Coberto (e)	1.708.989	1.708.989
<b>Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>2.237.034</b>	<b>2.237.034</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
0112	50	50
1601	1.100	1.100
0141, 0173, 0195, 0234, 0351, 0433, 0435, 0524, 0544, 0621, 0622, 0644, 0746, 0969, 0980, 1101, 1102, 1103, 1104, 1108, 1109, 1162, 1163, 1164, 1417, 1597	1.450	1.450
0310	2.500	2.500
0116, 0520, 0991, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.000	3.000
0745	4.500	4.500
0114, 0118, 0167, 0171, 0531, 0542, 0553, 0654, 0740, 0819, 0870, 0929, 0981, 0982, 0984, 0986, 0987, 0993, 1065, 1068, 1198, 1377, 1433, 1535	5.750	5.750
1061	7.900	7.900
0775, 0776	8.550	8.550
0748, 0860	10.000	10.000
0111	11.000	11.000
0196	15.000	15.000
0977	20.000	20.000

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas da Caixa Seguradora S.A.**  
Brasília - DF

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**  
**Representação dos valores correspondentes**  
Chamamos a atenção a nota 2.16, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram representadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, além da reclassificação entre circulante e não circulante da provisão de sinistros a liquidar judicial. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - créditos do SFH**  
**Principal assunto de auditoria**  
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, conforme detalhado na nota explicativa nº 6.2. A Companhia vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da condenação nos processos judiciais. A mensuração da redução ao valor recuperável dos referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas nestes processos. Consideramos a avaliação das premissas e metodologia adotadas pela administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, como principal assunto de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e do julgamento envolvido na determinação do saldo da referida provisão.

**Como auditoria endereçou esse assunto**  
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos relacionados à identificação e registro dos créditos a receber do FCVS relativo ao seguro habitacional do SFH, bem como o processo de mensuração da respectiva redução ao valor recuperável; (ii) avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na mensuração da redução ao valor recuperável dos créditos a receber do FCVS, tais como índice histórico de glosa e de recuperabilidade das ações de cobrança; (iii) recálculo da referida provisão com base no método e premissas adotadas pela Administração; (iv) inspeção, com base em amostragem, dos documentos suportes das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da precisão dos dados utilizados para cálculo da redução ao valor recuperável; e (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Provisões técnicas de seguros (PSL, PDR e IBNR) e teste de adequação de passivos**  
**Principal assunto de auditoria**  
A Seguradora mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme notas explicativas nº 2.9 e 10. Para mensurar o teste de adequação de passivos e certas provisões técnicas de - seguros, tais como provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), a Seguradora utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem a expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

**Como auditoria endereçou esse assunto**  
Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram o resumo abaixo: (i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos; (ii) envolvimento de especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram; (iii) na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (IBNR e PDR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; (iv) na determinação, com base em amostragem, de estimativa independente das provisões técnicas (IBNR e PDR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas; (viii) na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados; (ix) testes de integridade e precisão das bases de dados que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportes aos registros contábeis; bem como, testes de precisão dos sinistros avisados e pagos por meio do confronto com as respectivas documentação suportes incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação se as divulgações

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia") (em fase de alteração da razão social para CNP Capitalização S.A.), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.  
O lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 107,5 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 32,1%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização em 2021 foi de R\$ 1.139,3 milhões, ficando 17,3% inferior ao valor registrado em 2020 de R\$ 1.377,8 milhões. Já o resultado financeiro de 2021 de R\$ 156,8 milhões, superou o resultado alcançado em 2020 em 15,7%.  
Os ativos financeiros da Companhia ao final do exercício de 2021 totalizaram R\$ 3.220,7 milhões,

indicando um decréscimo de 10,9% em relação ao valor alcançado em 2020, que foi de R\$ 3.614,9 milhões, sendo que essa variação teve um forte impacto da redução de reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda. As provisões técnicas totalizaram R\$ 3.036,0 milhões, o que representa um decréscimo de 3,6% em relação ao saldo de 2020. O patrimônio líquido da Companhia no final do exercício de 2021 atingiu o patamar de R\$ 244,8 milhões.  
Continuamos com resultados sólidos, apesar de todos os desafios impostos pela Covid-19. A empresa terminou o ano com 1,3 milhão de clientes ativos. Destes, 7,7 mil foram contemplados no último ano e receberam um total de R\$ 26,4 milhões em prêmios.  
**Distribuição de Dividendos**  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. Diante da atual

capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 648/21, serão mantidos até o vencimento.  
**Considerações Finais e Agradecimentos**  
A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Seguros Participações Securitárias Ltda. (nova denominação social de Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.) e Icatu Seguros S.A. - do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.  
Brasília, 21 de fevereiro de 2022.  
**A Administração**

### Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020		NOTA	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>844.673</b>	<b>1.081.115</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.136.567</b>	<b>3.237.991</b>
Disponível		561	1.417	Contas a pagar		88.441	76.451
Caixa e bancos		561	1.417	Obrigações a pagar	8.1	31.252	32.241
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>820.570</b>	<b>1.054.026</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		1.064	1.307
Títulos e créditos a receber		6	18.698	Encargos trabalhistas		474	481
Títulos e créditos a receber	6.1	17.598	9.274	Impostos e contribuições	8.2	52.541	38.729
Créditos tributários e previdenciários	6.2	943	7.827	Outras contas a pagar	8.3	3.110	3.693
Outros créditos		157	112	<b>Débitos de operações com capitalização</b>		<b>10.836</b>	<b>11.652</b>
<b>Outros valores e bens</b>		<b>208</b>	<b>211</b>	Débitos operacionais		10.836	11.652
Outros valores		208	211	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>10</b>	<b>748</b>	<b>892</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>108</b>	<b>132</b>	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>12</b>	<b>3.035.968</b>	<b>3.148.996</b>
Custos de aquisições diferidos		4.528	8.116	Provisão para resgates		2.982.345	3.096.824
Capitalização		4.528	8.116	Provisão para sorteio		37.481	38.849
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.824.440</b>	<b>2.893.655</b>	Provisão administrativa		16.142	13.323
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>2.822.443</b>	<b>2.890.948</b>	<b>Outros débitos</b>		<b>574</b>	<b>—</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>2.400.166</b>	<b>2.560.902</b>	Débitos diversos	9	574	—
Títulos e créditos a receber		397.041	294.545	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>287.706</b>	<b>312.689</b>
Créditos tributários e previdenciários	6.2	92.053	—	Contas a pagar	<b>8</b>	<b>—</b>	<b>31.346</b>
Depósitos judiciais e fiscais	11	304.988	294.545	Tributos diferidos	8.4	—	31.346
<b>Outros valores e bens</b>	<b>7</b>	<b>4.690</b>	<b>—</b>	<b>Outros débitos</b>		<b>287.706</b>	<b>281.343</b>
Custos de aquisição diferidos		20.546	35.501	Provisões judiciais	11	283.440	281.343
Capitalização		20.546	35.501	Débitos diversos	9	4.266	—
<b>Investimentos</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>244.840</b>	<b>424.090</b>
Outros Investimentos		4	4	Capital social	13.1	210.000	210.000
<b>Imobilizado</b>		<b>13</b>	<b>74</b>	Reservas de lucros	13.2	116.775	114.673
Bens móveis		13	74	Ajuste de avaliação patrimonial		(81.935)	99.417
<b>Intangível</b>		<b>1.980</b>	<b>2.629</b>				
Outros intangíveis		1.980	2.629				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.669.113</b>	<b>3.974.770</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.669.113</b>	<b>3.974.770</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial		Lucros acumulados		Total
	210.000	155.251	(126.056)	—	98.201	—	(126.056)	1.216	
Saldo em 31 de dezembro de 2019									
Dividendos complementares: AGOE de 27.04.2020									
Ajustes com títulos e valores mobiliários									
Lucro líquido do exercício						1.216		112.102	112.102
<b>Proposta de destinação do Resultado</b>									
Reserva legal			5.605				(5.605)		
Reserva de lucros			79.873				(79.873)		
Dividendos (R\$ 3.328,03 por ação)								(26.624)	(26.624)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>210.000</b>	<b>114.673</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>99.417</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>424.090</b>	<b>424.090</b>
Dividendos complementares: AGOE de 30.03.2021									
Ajustes com títulos e valores mobiliários									
Lucro líquido do exercício								107.508	107.508
<b>Proposta de destinação do Resultado</b>									
Reserva legal			5.375				(5.375)		
Reserva de lucros			76.600				(76.600)		
Dividendos (R\$ 3.191,66 por ação)								(25.533)	(25.533)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>210.000</b>	<b>116.775</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(81.935)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>244.840</b>	<b>244.840</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Caixa Capitalização S.A. (Em processo de alteração para CNP Capitalização S.A.), sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, doravante referida também como "Companhia", tem como controladora direta a CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a comercialização dos seguintes produtos:  
• Pagamento mensal: Cap Vencedor  
• Pagamento único: Acoplados  
A partir de 01/08/2021 a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando os produtos em outros canais de venda.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022) incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.  
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.

**2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real (R\$) a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**2.3 Caixa e bancos**  
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

**2.4 Ativos Financeiros**  
**2.4.1 Classificação e reconhecimento**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.  
**a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento**  
Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data base do balanço. Os títulos da categoria valor justo por meio do resultado, antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício (títulos classificados como "valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

**2.4.2 Mensuração**  
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:  
**a.** Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.  
**b.** Dívida privada emitida por empresas ou por instituições financeiras: debêntures, certificado de depósitos bancários, cédula de certificado bancário e letras financeiras, com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.  
**c.** Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos; ou  
**d.** Instrumentos financeiros derivativos: reconhecidos inicialmente pelo valor justo com os custos de transação incorridos no resultado do período, sendo classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**2.5 Impairment**  
**2.5.1 Impairment de ativos financeiros**  
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.  
**a. Ativos registrados ao custo amortizado**  
Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:  
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;

• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;  
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;  
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou  
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

**b. Ativos classificados como disponível para venda**  
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.  
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de default do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

**2.5.2 Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são reavaliados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

**2.6 Adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2)**  
A Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2021, utilizando a abordagem retrospectiva modificada com a simplificação permitida pela norma, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2021. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2020 não serão representadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

**Definição de arrendamento**  
Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16.  
Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2021.  
As notas explicativas nº 7 e nº 9.1 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigência da norma.

**Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17**  
Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17.

Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de mercado em 1º de janeiro de 2021. Os ativos de direito de uso são mensurados:  
Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável. A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

A norma foi referendada pela SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, gerando impactos no balanço da Companhia a partir de 4/1/2021.

**2.7 Provisões técnicas**  
As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.  
A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscribers, sendo atualizada mensalmente, nas datas de aniversário dos respectivos títulos, pela Taxa Referencial (TR), definida na Lei 8177/1991, e capitalizada de acordo com a taxa de juros da PMC. Esses parâmetros estão definidos nas notas técnicas e nas condições gerais de cada produto.  
A Provisão para Resgate (PR) contempla as transferências da PMC e é subdividida em: i) Provisão de Resgates Antecipados: títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador de resgate; e ii) Provisão de Resgates Vencidos: títulos vencidos. Na impossibilidade de efetuar os pagamentos dos saldos em resgate, os valores serão prescritos no prazo máximo de 6 (seis) anos a serem contados a partir da data de fim de vigência do título. A provisão é atualizada mensalmente pela TR, conforme parâmetros definidos nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e considera um percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração mensal pela TR e taxa de juros da PSR estabelecidas nas notas técnicas e condições gerais de cada produto.  
A Provisão de Sorteios a Pagar (PSP) é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos. O fato gerador da PSP é a realização do sorteio e os valores são atualizados monetariamente pela TR desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento.

A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas, através de comparação da projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e com a projeção do valor presente esperado das

### Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>			
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>128.418</b>	<b>231.071</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		1.139.345	1.377.770
Variação da provisão para resgate		(1.010.927)	(1.146.699)
<b>Varição das provisões técnicas</b>		<b>(2.819)</b>	<b>501</b>
<b>Resultado com sorteio</b>		<b>(34.660)</b>	<b>(48.151)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>16.a</b>	<b>(49.839)</b>	<b>(96.285)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>16.b</b>	<b>41.582</b>	<b>26.282</b>
Outras receitas operacionais		56.122	43.482
Outras despesas operacionais		(14.540)	(17.200)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>16.c</b>	<b>(44.069)</b>	<b>(49.552)</b>
Pessoal próprio		(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros		(10.876)	(11.375)
Localização e funcionamento		(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda		(7.945)	(7.865)
Publicações		(102)	(68)
Donativos e contribuições		(183)	(192)
Despesas administrativas diversas		(142)	(586)
<b>Despesas com tributos</b>		<b>(8.470)</b>	<b>(12.063)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>16.e</b>	<b>156.826</b>	<b>135.545</b>
Receitas financeiras		267.848	249.267
Despesas financeiras		(111.022)	(113.722)
<b>Resultado operacional</b>		<b>186.969</b>	<b>187.388</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>(40)</b>	<b>—</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>186.929</b>	<b>187.388</b>
Imposto de renda	17	(47.532)	(46.056)
Contribuição social	17	(31.481)	(28.284)
Participações sobre o resultado	18	(408)	(946)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>107.508</b>	<b>112.102</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>8.000</b>	<b>8.000</b>
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>13.438,57</b>	<b>14.012,78</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>107.508</b>	<b>112.102</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(181.352)</b>	<b>1.216</b>
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(302.253)	2.027
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	120.901	(811)
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício</b>	<b>(73.844)</b>	

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

→ continuação

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data.

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

**2.13 Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de Capitalização para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedg*e. A administração aguarda aprovação do órgão regulador para implementação da referida norma.

**2.15 Reapresentação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes e tributos diferidos, conforme CPC 32.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados		Saldos reapresentados	
	em 31 de dezembro de 2020	Reclassificação	em 31 de dezembro de 2020	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.105.778</b>	<b>(24.663)</b>	<b>1.081.115</b>	
Créditos tributários e previdenciários	32.490	(24.663)	7.827	
Outros	1.073.288	-	1.073.288	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.928.587</b>	<b>(34.932)</b>	<b>2.893.655</b>	
Créditos tributários e previdenciários	34.932	(34.932)	-	
Outros	2.893.655	-	2.893.655	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.034.365</b>	<b>(59.595)</b>	<b>3.974.770</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.262.655</b>	<b>(24.663)</b>	<b>3.237.992</b>	
Impostos e contribuições	63.392	(24.663)	38.729	
Outros	3.199.263	-	3.199.263	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>347.620</b>	<b>(34.932)</b>	<b>312.688</b>	
Tributos diferidos	66.278	(34.932)	31.346	
Outros	281.342	-	281.342	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>424.090</b>	<b>-</b>	<b>424.090</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.034.365</b>	<b>(59.595)</b>	<b>3.974.770</b>	

**3. Estimativas e julgamentos contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Nota 2.7 e 12 - Provisões técnicas;

Nota 5 - Instrumentos financeiros; e

Nota 11 - Provisões judiciais

**4. Gestão de risco**

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Circular nº 521, de 24/11/2015 e pelo Banco Central através da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017 e suas alterações posteriores. Ambas as normas exigem a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) do Grupo CNP Seguros Holding foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da companhia;
- Promover a gestão de risco na cultura da companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

**4.1 Risco de liquidez**

Possibilidades de a Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.1.1 Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

	31/12/2021			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	191.471	210.618	86.484	488.573
Ativos financeiros disponíveis para venda	331.997	2.400.166	-	2.732.163
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	17.755	-	-	17.755
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>541.223</b>	<b>2.610.784</b>	<b>86.484</b>	<b>3.238.491</b>
Passivos financeiros - capitalização	1.167.220	1.868.748	-	3.035.968
Passivos financeiros	100.599	4.267	-	104.866
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>1.267.819</b>	<b>1.873.015</b>	<b>-</b>	<b>3.140.834</b>

(\*) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

(\*\*) O fluxo dos passivos considerou a projeção de sorteios, de despesas administrativas, resgates concedidos a pagar e das provisões matemáticas.

**4.2 Risco de mercado**

**4.2.1 Gerenciamento de risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia destacam-se: risco de taxa de juros, risco de derivativo e o risco de liquidez.

**4.2.2 Controle de risco de mercado**

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value at Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 7.582 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 5.597).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia ao horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

**4.2.3 Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco**

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;

- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;

- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e

- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);

- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;

- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;

- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;

- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e

- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos à SUSEP.

**4.3 Risco de crédito**

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*). Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*:

	31/12/2021			31/12/2020		
	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>486.959</b>	<b>1.614</b>	<b>488.573</b>	<b>236.071</b>	<b>91.403</b>	<b>327.474</b>
Fundos de investimento	-	1.664	1.664	-	91.428	91.428
Letras financeiras do tesouro	297.102	-	297.102	89.635	-	89.635
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.757	-	2.757
Operações compromissadas (*)	189.857	-	189.857	143.679	-	143.679
Outros	-	(50)	(50)	-	(25)	(25)
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>2.732.163</b>	<b>-</b>	<b>2.732.163</b>	<b>3.193.108</b>	<b>-</b>	<b>3.193.108</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	29.048	-	29.048
Letras do tesouro nacional	2.164.255	-	2.164.255	2.369.832	-	2.369.832
Notas do tesouro nacional	567.908	-	567.908	794.228	-	794.228
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94.384</b>	<b>-</b>	<b>94.384</b>
Notas do tesouro nacional	-	-	-	94.384	-	94.384
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>-</b>	<b>17.598</b>	<b>17.598</b>	<b>-</b>	<b>6.481</b>	<b>6.481</b>
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>3.219.122</b>	<b>19.212</b>	<b>3.238.334</b>	<b>3.523.563</b>	<b>97.884</b>	<b>3.621.447</b>

(\*) O lastro total é em título público federal.

**5. Instrumentos financeiros**

**5.1 Resumo da classificação das aplicações**

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
	Valor do Mercado	Valor do Custo	Valor do Mercado	Valor do Custo	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado	01 ano	05 anos	05 anos	Percentual

**Valor justo por meio do resultado**

Fundos de investimento não exclusivo	1.664	1.664	91.428	91.428	1.664	-	-	-	0,05%
Letras financeiras do tesouro	297.102	297.401	89.636	90.680	-	-	210.618	86.484	9,22%
Notas do tesouro nacional	-	-	2.756	2.759	-	-	-	-	0,00%
Operações compromissadas	189.857	189.857	143.679	143.679	-	189.857	-	-	5,89%
Outros valores	(50)	(50)	(25)	(25)	(50)	-	-	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>488.573</b>	<b>488.872</b>	<b>327.474</b>	<b>328.521</b>	<b>1.614</b>	<b>189.857</b>	<b>210.618</b>	<b>86.484</b>	<b>15,17%</b>

**Disponível para venda**

Letras financeiras do tesouro	-	-	29.048	29.052	-	-	-	-	0,00%
Letras do tesouro nacional	2.164.255	2.281.475	2.369.832	2.246.709	-	331.997	1.832.258	-	67,20%
Notas do tesouro nacional	567.908	587.246	794.228	751.652	-	-	567.908	-	17,63%
<b>Total</b>	<b>2.732.163</b>	<b>2.868.721</b>	<b>3.193.108</b>	<b>3.027.413</b>	<b>-</b>	<b>331.997</b>	<b>2.400.166</b>	<b>-</b>	<b>84,83%</b>

**Mantidos até o vencimento**

Notas do tesouro nacional	-	-	94.384	94.346	-	-	-	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>94.384</b>	<b>94.346</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>

O saldo do balanço patrimonial é composto da seguinte forma: "Valor justo por meio do resultado" e "Disponível para venda" pelo "valor a mercado" e "Mantidos até o vencimento" pelo "Valor do Custo atualizado".

**5.2 Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.614.928</b>
Aplicações	3.183.686
Resgates	(3.542.526)
Rendimentos	266.901
Ajuste ao valor justo	(302.253)
<b>Saldo final</b>	<b>3.220.736</b>

**5.3 Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

—☆— continuação

**6.2.2 Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários**

Ano de Realização	31/12/2021					
	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2022	5.251	16,38%	—	0,00%	5.251	6,06%
2023	25.764	80,39%	1.508	2,76%	27.272	31,47%
2024	252	0,79%	37.568	68,78%	37.820	43,64%
2025	249	0,78%	13.551	24,81%	13.800	15,92%
2026	255	0,80%	1.997	3,66%	2.252	2,60%
A partir 2027	278	0,87%	—	0,00%	278	0,32%
<b>Total</b>	<b>32.049</b>	<b>100,00%</b>	<b>54.624</b>	<b>100,00%</b>	<b>86.673</b>	<b>100,00%</b>

**6.2.3 Movimentação do ativo e passivo diferido**

Saldo inicial de Créditos Tributários	31/12/2021					
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Contingências cíveis	(11.755)		(19.591)		(31.346)	
Contingências trabalhistas	(2)		(3)		(5)	
Provisão para risco de crédito	(73)		(921)		(994)	
Provisão para participações nos lucros	(46)		(76)		(122)	
Operações de arrendamento - CPC 06	23		38		61	
Outras provisões	(671)		(1.119)		(1.790)	
Tributos diferidos - TVM	45.338		75.563		120.901	
<b>Saldo Atual dos Créditos Tributários</b>	<b>32.802</b>		<b>53.871</b>		<b>86.673</b>	
Eleito no resultado das constituições e realizações	781		2.101		2.882	

**7. Outros valores e bens - Ativo de direito de uso**

Refere-se ao imóvel onde está situada a sede para a condução dos negócios da Companhia. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

Direito de uso	Movimentações				
	Saldo em 01/01/2021		Despesa de depreciação do período		Custo
	Saldo em 01/01/2021	Despesa de depreciação do período	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	5.377	(686)	5.377	(686)	4.690
<b>Total</b>	<b>5.377</b>	<b>(686)</b>	<b>5.377</b>	<b>(686)</b>	<b>4.690</b>

A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando uma taxa de 12,77% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

**8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar**

**8.1 Obrigações a pagar**

A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	204	195	204	195
Dividendos	25.533	26.624	25.533	26.624
Honorários e remunerações a pagar	519	970	519	970
Ressarcimento de custos a pagar	3.716	3.391	3.716	3.391
Outras obrigações a pagar	1.280	1.061	1.280	1.061
<b>Total</b>	<b>31.252</b>	<b>32.241</b>	<b>31.252</b>	<b>32.241</b>

**8.2 Impostos e contribuições**

A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL a recolher	52.312	38.183	52.312	38.183
PIS e COFINS a recolher	229	546	229	546
<b>Total</b>	<b>52.541</b>	<b>38.729</b>	<b>52.541</b>	<b>38.729</b>

(i) Os saldos de 31/12/2020 dos créditos tributários e previdenciários do grupo do ativo e impostos e contribuições do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza, tal como preconiza o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

**8.3 Tributos diferidos**

Não apresentou saldo em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 31.346).

**9. Débitos diversos**

**9.1 Passivo de arrendamento**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento		Juros a transcorrer de contratos de arrendamento		Passivo de arrendamento líquido	
	Saldo em 01 de janeiro de 2021	31/12/2021	Saldo em 01 de janeiro de 2021	31/12/2021	Saldo em 01 de janeiro de 2021	31/12/2021
Apropriação de juros transcorridos	—	—	(1.602)	—	—	—
Pagamentos	(893)	—	355	—	(893)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.086</b>	<b>—</b>	<b>(1.246)</b>	<b>—</b>	<b>4.840</b>	<b>—</b>
Circulante	891	—	(317)	—	574	—
Não circulante	5.197	—	(932)	—	4.266	—

(\*) Não são apresentados valores comparativos, haja visto que a adoção inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2021 pelo modelo retrospectivo modificado com a simplificação permitida pela IFRS 16/ CPC 06 (R2).

A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 7,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021.

**10. Depósitos de terceiros**

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
	De 1 a 30 dias	256	—	256	17	142
De 31 a 60 dias	2	—	2	11	72	83
De 61 a 120 dias	6	—	6	33	—	33
De 121 a 180 dias	10	—	10	3	2	5
De 181 a 365 dias	39	—	39	22	51	73
Acima de 365 dias	112	323	435	479	60	539
<b>Total</b>	<b>425</b>	<b>323</b>	<b>748</b>	<b>565</b>	<b>327</b>	<b>892</b>

**11. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais**

A composição em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Ações judiciais cíveis	12	10	1.589
Ações judiciais trabalhistas	196	157	450	460
Ações judiciais fiscais	1.898	1.898	—	—
Obrigações legais - fiscal	302.882	292.480	280.994	278.788
Outras Obrigações	—	—	407	427
<b>Total</b>	<b>304.988</b>	<b>294.545</b>	<b>283.440</b>	<b>281.343</b>

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a: (i) questões relativas a sorteios e; (ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

Fiscais - A companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). Período de 02/1999 a 12/2014. Valor provisionado R\$ 63.734.

(ii) Aumento da alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. A probabilidade de perda é provável. No entanto, em 2021 tivemos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. Período discutido a partir de 01/2009. Valor provisionado R\$ 182.439;

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração. Período de 09/2015 a 12/2018- R\$ 34.812.

Além dos saldos acima, a Companhia tem ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, que poderá ter o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). Período de 02/1999 a 07/2007 - R\$ 30.710;

(ii) Mandado de Segurança - Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indêbitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. R\$ 1.188.

**11.1 Segregação em função da probabilidade de perda**

	31/12/2021					
	Remota		Possível		Provável	
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível
Cíveis	635	674	1.589	2.898	635	674
Trabalhistas	—	1.281	450	1.731	—	1.281
Natureza fiscal - Obrigações legais	—	63.743	217.251	280.994	—	63.743
Natureza fiscal - Contingências	—	1.912	—	1.912	—	1.912
Outras Obrigações	—	—	407	406	—	—
<b>Total</b>	<b>635</b>	<b>67.610</b>	<b>219.290</b>	<b>287.535</b>	<b>635</b>	<b>67.610</b>

**11.2 Movimentação das contingências**

	31/12/2021					
	Saldo		Adições/ atualizações		Saldo	
	31/12/2020	Reversões	Baixas	monetárias e juros	31/12/2021	Saldo
Contingências cíveis	1.668	(4)	(662)	587	1.589	1.668
Contingências trabalhistas	460	—	(62)	52	450	460
Obrigações legais - fiscal	278.788	—	—	2.206	280.994	278.788
Outras Obrigações	427	(43)	—	23	407	427
<b>Total</b>	<b>281.343</b>	<b>(47)</b>	<b>(724)</b>	<b>2.868</b>	<b>283.440</b>	<b>281.343</b>

**12. Provisões técnicas**

**12.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas**

Saldos em 31/12/2020	31/12/2021					
	Provisão Matemática para Capitalização		Provisão para Resgates		Total das Provisões para Sorteios	
	Capitalização	Resgates	Resgates	Realizar	Sorteios	Sorteios
Constituição de provisão	1.014.492	—	—	33.502	35.876	69.378
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(4.269)	(2.513)	(6.782)	(35.123)	—	(35.123)
Encargos financeiros sobre provisões	108.795	388	109.183	924	123	1.047
Solicitações de resgates antecipados	(588.202)	588.202	—	—	—	—
Prescrição de títulos	—	(30.518)	(30.518)	—	(125)	(125)
Vencimento de títulos	(830.362)	830.362	—	—	—	—
Reativação de títulos	3.170	(3.161)	9	—	—	9
Revenda de títulos	—	(49.140)	(49.140)	—	—	(49.140)
Pagamentos efetuados	—	(1.129.802)	(1.129.802)	—	(36.545)	(36.545)
Outras movimentações de provisões	—	(21.921)	(21.921)	—	—	(21.921)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>2.393.867</b>	<b>588.478</b>	<b>2.982.345</b>	<b>30.069</b>	<b>7.412</b>	<b>37.481</b>

Saldos em 31/12/2019	31/12/2021					
	Provisão Matemática para Capitalização		Provisão para Resgates		Total das Provisões para Sorteios	
	Capitalização	Resgates	Resgates	Realizar	Sorteios	Sorteios
Constituição de provisão	1.152.671	—	1.152.671	40.914	54.335	95.249
Cancelamento de títulos ou reversão de provisão	(7.421)	(1.934)	(9.355)	(47.516)	—	(47.516)
Encargos financeiros sobre provisões	107.721	111	107.832	1.191	(114)	1.077
Solicitações de resgates antecipados	(470.192)	470.192	—	—	—	—
Prescrição de títulos	—	(23.620)	(23.620)	—	(135)	(135)
Vencimento de títulos	(573.691)	573.691	—	—	—	—
Reativação de títulos	3.200	(3.190)	10	—	—	10
Revenda de títulos	—	(132.011)	(132.011)	—	—	(132.011)
Pagamentos efetuados	—	(804.072)	(804.072)	—	(49.850)	(49.850)
Outras movimentações de provisões	—	(15.963)	(15.963)	—	—	(15.963)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>2.690.243</b>	<b>406.581</b>	<b>3.096.824</b>	<b>30.766</b>	<b>8.083</b>	<b>38.849</b>

**12.2 Garantia das provisões técnicas**

A composição da garantia das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões técnicas	3.035.968	3.148.996
Total a ser coberto	3.035.968	3.148.996
Total dos ativos garantidores:	3.219.072	3.613.426
Títulos da dívida pública	2.732.163	3.287.454
Quotas de outros fundos financeiros (i)	486.909	325.972
<b>Suficiência de cobertura</b>	<b>183.105</b>	<b>464.430</b>

(i) Para a cobertura de reserva técnica é utilizado um único fundo, o Nogueira, pois somente ele é exclusivo e pode ser oferecido para a cobertura das reservas.

**13. Patrimônio líquido**

**13.1 Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

**13.2 Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**13.3 Reservas de lucros**

**a. Reserva legal** - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 40.175 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 34.800).

**b. Reserva de retenção de**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

→ continuação

16. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado		
O quadro a seguir traz o detalhamento das contas de resultado:		
	31/12/2021	31/12/2020
<b>a) Custos de aquisição</b>		
Despesas de corretagem	(236)	(765)
Despesas de custeamento	(49.603)	(95.460)
<b>Total</b>	<b>(49.839)</b>	<b>(96.225)</b>
<b>b) Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Resgates antecipados	24.945	19.140
Resultado com títulos prescritos	30.643	23.755
Central de relacionamento	(3.454)	(3.779)
Incentivo e manutenção de vendas	(59)	(598)
Fretes e correspondências	(1.788)	(1.833)
Custos processuais	(886)	(1.505)
Publicidade e propaganda - produto	(2.380)	(934)
Serviços com manuseio de documentos	(150)	(195)
Serviços de terceiros	(2.224)	(2.743)
Outras receitas e despesas operacionais	(3.065)	(5.026)
<b>Total</b>	<b>41.582</b>	<b>26.282</b>
<b>c) Despesas administrativas</b>		
Pessoal próprio	(17.662)	(21.188)
Serviços de terceiros	(10.876)	(11.375)
Localização	(7.159)	(8.278)
Publicidade e propaganda	(7.945)	(7.865)
Publicações	(102)	(68)
Doativos e contribuições	(183)	(192)
Outras despesas administrativas	(142)	(586)
<b>Total</b>	<b>(44.069)</b>	<b>(49.552)</b>
<b>d) Despesas com tributos</b>		
PIS	(979)	(1.499)
COFINS	(6.027)	(9.228)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(1.340)	(1.278)
Outras despesas com tributos	(124)	(78)
<b>Total</b>	<b>(8.470)</b>	<b>(12.083)</b>

e) Receitas e despesas financeiras		31/12/2021	31/12/2020
Resultado com títulos de renda fixa		246.673	235.899
Resultado com fundos de investimentos		20.228	7.722
Despesas com provisões técnicas - capitalização		(110.230)	(108.909)
Outras receitas e despesas financeiras		155	833
<b>Total</b>		<b>156.826</b>	<b>135.545</b>

17. Imposto de renda e contribuição social				
Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:				
Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	186.521	186.521	186.442	186.442
<b>Base de cálculo</b>	<b>186.521</b>	<b>186.521</b>	<b>186.442</b>	<b>186.442</b>
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	<b>(37.304)</b>	<b>(46.630)</b>	<b>(27.966)</b>	<b>(46.611)</b>
	-	-	-	-
Ajustes do lucro real	(4.860)	(4.633)	1.590	1.590
Ajustes temporários diferidos	3.908	8.405	531	531
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(28.166)	-	-	-
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	<b>(29.118)</b>	<b>3.772</b>	<b>2.121</b>	<b>2.121</b>
	-	-	-	-
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	<b>5.824</b>	<b>(943)</b>	<b>(318)</b>	<b>(530)</b>
<b>Efeito do adicional de IR e incentivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>1.085</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(31.481)</b>	<b>(47.532)</b>	<b>(28.284)</b>	<b>(46.056)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>16,88%</b>	<b>25,48%</b>	<b>15,17%</b>	<b>25,48%</b>

**18. Plano de previdência**  
A Companhia é co-patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL *Previnvest*) contratado junto à coligada Caixa Vida e Previdência S.A.. O *Previnvest* é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.  
Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 269 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 438).

**19. Comitê de auditoria**  
O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no § 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

**Conselho de Administração**

<p><b>Alexandre Petrone Villardi</b> Luciano Snel Corrêa</p>	<p><b>Asma Zidani Ep Baccar</b> - Presidente</p>	<p><b>Pedro Duarte Guimarães</b> Paulo Otávio Silva Camara</p>
--	--	--

**Conselho Fiscal**

<p><b>Humberto Cavalcante Lacerda</b> Membro do Conselho Fiscal</p>	<p><b>José Francisco da Conceição</b> Membro do Conselho Fiscal</p>	<p><b>Anderson Alves Bastos</b> Membro do Conselho Fiscal</p>
---	---	---

**Diretoria Executiva**

<p><b>André Mourão Passos Coutinho</b> Diretor Superintendente</p>	<p><b>Rubens Bordinhão de Camargo Junior</b> Diretor Presidente</p>
--	---

**Contador**

<p><b>Marco Antonio Barbosa Pires</b> Contador - CRC DF 014151/O-6</p>
--

**Atuário**

<p><b>Andrés Marco Botalla</b> Atuário MIBA nº 3663</p>
---

**Parecer do Conselho Fiscal**

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório sem ressalvas da KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

**Parecer dos Atuários Independentes**

Aos Administradores e Acionistas da Caixa Capitalização S.A.		Anexo I - Caixa Capitalização S.A. - (Em milhares de Reais)		
<p>Brasília - DF</p> <p><b>Escopo da Auditoria Atuarial</b> Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.</p> <p><b>Responsabilidade da Administração</b> A Administração da Caixa Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p><b>Responsabilidade dos atuários independentes</b> Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.</p> <p>Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.</p> <p>Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória,</p>		<p>incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Caixa Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.</p> <p><b>Opinião</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.</p> <p><b>Outros assuntos</b> No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p>		
		Brasília, 22 de fevereiro de 2022.		
		<p>KPMG Financial Risk &amp; Actuarial Services Ltda. CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55 Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. 04711-904 São Paulo - SP - Brasil</p>	<p><b>Joel Garcia</b> Atuário MIBA 1131</p>	
			<p><b>1. Provisões Técnicas</b></p> <p><b>Total de provisões técnicas auditadas</b></p> <p style="text-align: right;">3.035.968</p>	
			<p><b>2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido</b></p> <p>Capital Base (a)</p> <p>Capital de Risco (CR) (b)</p> <p><b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b></p> <p style="text-align: right;"><b>60.953</b></p>	
			<p><b>3. Demonstrativo da Solvência</b></p> <p>Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)</p> <p>Ajustes Econômicos do PLA</p> <p>Exigência de Capital (CMR) (b)</p> <p><b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b></p> <p>Ativos Garantidores (d)</p> <p>Total a ser Coberto (e)</p> <p><b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b></p> <p style="text-align: right;"><b>183.105</b></p>	

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas da Caixa Capitalização S.A.**  
Brasília - DF

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.  
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.  
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.  
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.  
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CAIXA CONSÓRCIOS S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.  
A Companhia obteve no exercício de 2021, um lucro líquido de R\$ 119,2 milhões, um expressivo incremento de 33,0% quando comparado ao resultado alcançado no ano de 2020. Com esse resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido médio foi 43,0%.  
Ao longo do ano de 2021, a Companhia acumulou uma receita de prestação de serviços de R\$ 500,8 milhões, representando uma pequena redução de 2,7% em relação aos R\$ 514,7 milhões auferidos

em 2020.  
O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2021 atingiu R\$ 286,9 milhões, o que representa um crescimento de 7,1% em relação ao valor de R\$ 268,0 milhões alcançado em 2020.  
Os investimentos em instrumentos financeiros atingiram o valor de R\$ 435,2 milhões em 2021, ficando praticamente no mesmo patamar do exercício de 2020, que foi de R\$ 428,1 Milhões.  
A Companhia tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social.  
A Companhia encerrou o exercício de 2021 com 29 mil bens entregues.  
**Considerações Finais e Agradecimentos**  
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o

apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e de todos os parceiros que distribuem os produtos da Empresa. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia

Brasília, 21 de fevereiro de 2022  
**A Administração**

### Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>		<b>361.828</b>	<b>424.840</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>225.495</b>	<b>234.149</b>
Disponibilidade		304	947	Outras obrigações	7	225.495
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				Sociais e estatutárias	7.a	30.499
<b>e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>350.454</b>	<b>360.621</b>	Fiscais e previdenciárias	7.b	12.486
Carteira própria		350.878	361.553	Diversas	7.c	182.510
(Provisões para desvalorizações)		(424)	(932)	<b>Passivo exigível a longo prazo</b>		<b>6.213</b>
<b>Outros créditos</b>		<b>10.910</b>	<b>62.576</b>	Outras obrigações		<b>6.213</b>
Créditos específicos		-	42	Fiscais e previdenciárias	7.b	-
Diversos	6.1	10.910	62.534	Diversas	7.c	6.213
<b>Outros valores e bens</b>		<b>160</b>	<b>696</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>8</b>	<b>286.941</b>
Outros valores e bens		160	170	Capital		<b>105.000</b>
Despesas antecipadas		-	526	De domiciliados no país	8.a	105.000
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>153.263</b>	<b>79.826</b>	Reservas de lucros	8.b	187.908
<b>Títulos e valores mobiliários</b>				Ajustes de avaliação patrimonial		(5.967)
<b>e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>84.761</b>	<b>67.459</b>			
Carteira própria		84.761	67.459			
<b>Outros créditos</b>		<b>68.502</b>	<b>12.367</b>			
Diversos	6.1	68.502	12.367			
<b>Permanente</b>		<b>3.558</b>	<b>4.261</b>			
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>158</b>	<b>275</b>			
Outras imobilizações de uso		319	452			
Depreciações acumuladas		(161)	(177)			
<b>Intangível</b>		<b>3.400</b>	<b>3.986</b>			
Ativos intangíveis		8.615	8.027			
Amortização acumulada		(5.215)	(4.041)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>518.649</b>	<b>508.927</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>518.649</b>
						<b>508.927</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Lucros		Ganhos/Perdas não Realizados com T.V.M.	Lucros	
			Legal	Retenção de lucros		Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>100.000</b>	-	<b>14.285</b>	<b>95.158</b>	<b>3.735</b>	-	<b>213.178</b>
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2020	-	-	-	(12.804)	-	-	(12.804)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	89.658	89.658
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(773)	-	(773)
<b>Proposta de destinação do lucro líquido:</b>							
Reserva legal - (Nota 8.b)	-	-	4.483	-	-	(4.483)	-
Dividendos propostos (R\$ 2761,24 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	-	-	-	-	-	(21.295)	(21.295)
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	-	-	-	63.880	-	(63.880)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>100.000</b>	-	<b>18.768</b>	<b>146.234</b>	<b>2.962</b>	-	<b>267.964</b>
Aumento de capital AGOE em 30/03/2021	-	5.000	(5.000)	-	-	-	-
Dividendos complementares AGOE de 29/04/2021	-	-	-	(63.000)	-	-	(63.000)
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorfi/GTCUR	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	119.221	119.221
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(8.929)	-	(8.929)
<b>Proposta de destinação do lucro líquido:</b>							
Reserva legal - (Nota 8.b)	-	-	5.961	-	-	(5.961)	-
Dividendos propostos (R\$ 3671,74 por lote de mil ações) - (Nota 8.c)	-	-	-	-	-	(28.315)	(28.315)
Reserva de retenção de lucros - (Nota 8.b)	-	-	-	84.945	-	(84.945)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>105.000</b>	-	<b>19.729</b>	<b>168.179</b>	<b>(5.967)</b>	-	<b>286.941</b>
<b>SALDOS EM 30 JUNHO DE 2021</b>	<b>100.000</b>	<b>5.000</b>	<b>16.360</b>	<b>120.172</b>	<b>(2.432)</b>	-	<b>239.100</b>
Aprovação de aumento de capital Ofício 17.435/2021-BCB/Deorfi/GTCUR	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	67.378	67.378
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(3.535)	-	(3.535)
<b>Proposta de destinação do lucro líquido:</b>							
Reserva legal	-	-	3.369	-	-	(3.369)	-
Dividendos propostos (R\$ 2.075,09 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(16.002)	(16.002)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	48.007	-	(48.007)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>105.000</b>	-	<b>19.729</b>	<b>168.179</b>	<b>(5.967)</b>	-	<b>286.941</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado	Nota	2º semestre	
		de 2021	31/12/2021
Receitas da intermediação financeira	11	14.018	24.302
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14.018	24.302
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>14.018</b>	<b>24.302</b>
Outras receitas/despesas operacionais		88.973	158.407
Receitas de prestação de serviços	12	244.911	500.842
Despesas de pessoal	13	(14.605)	(30.012)
Outras despesas administrativas	14	(140.339)	(299.483)
Despesas tributárias	15	(34.416)	(69.938)
Outras receitas operacionais	16	49.703	97.764
Outras despesas operacionais	16	(16.218)	(40.766)
<b>Resultado operacional</b>		<b>102.991</b>	<b>182.709</b>
Resultado não operacional		412	354
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>103.403</b>	<b>183.063</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	(34.607)	(61.335)
Provisão para imposto de renda	17	(25.431)	(45.068)
Provisão para contribuição social	17	(9.176)	(16.267)
Participações estatutárias no lucro		(1.418)	(2.507)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>67.378</b>	<b>119.221</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>7.711.637</b>	<b>7.711.637</b>
<b>Lucro por ação em Reais</b>		<b>8,74</b>	<b>15,46</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do período	2º semestre	
	de 2021	31/12/2021
Outros lucros abrangentes	(3.535)	(8.929)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(5.387)	(13.772)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	1.852	4.844
<b>Total dos lucros abrangentes para o período</b>	<b>63.843</b>	<b>110.292</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>7.711.637</b>	<b>7.711.637</b>
<b>Lucro por ação em Reais</b>	<b>8,28</b>	<b>14,30</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º semestre	
	de 2021	31/12/2021
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>67.378</b>	<b>119.221</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	645	1.239
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	8	66
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	14.442	(16.062)
Créditos fiscais e previdenciários	50.054	49.959
Ativo fiscal diferido	(53.843)	(54.866)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.027)	(1.270)
Despesas antecipadas	531	526
Outros Ativos	(2.799)	(1.348)
Impostos e contribuições	37.871	57.048
Outras contas a pagar	(9.954)	(10.544)
Depósitos de terceiros	1.722	2.160
Provisões para contingências	1.456	1.169
Outros passivos	(9.776)	(8.643)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>91.708</b>	<b>138.655</b>
Juros pagos	-	(5)
Juros recebidos	2.843	3.065
Imposto sobre o lucro pagos	(32.035)	(57.462)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>62.516</b>	<b>84.253</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>	<b>(4)</b>	<b>(603)</b>
Imobilizado	-	(79)
Intangível	(4)	(603)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>	<b>(4)</b>	<b>(603)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(63.000)	(84.293)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos</b>	<b>(63.000)</b>	<b>(84.293)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(488)</b>	<b>(643)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício</b>	<b>792</b>	<b>947</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício</b>	<b>304</b>	<b>304</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, doravante referida também como "Companhia", iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances. A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis e serviços, conforme definido na legislação em vigor.  
A partir de 23/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de consórcios na rede de distribuição da Caixa ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continua comercializando os produtos nos mais de 250 parceiros comerciais que atuam em parceria com a Companhia.  
**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil.  
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.  
Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido. Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, são apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos.  
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no

futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.  
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2022.  
**3. Principais práticas contábeis da Administradora**  
**a. Moeda funcional e de apresentação**  
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.  
**b. Disponibilidades**  
A Companhia considera como caixa e bancos e os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.  
**c. Ativos e passivos circulantes**  
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisões para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados pelo vencimento e são baseados nos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.  
**d. Títulos, valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
O registro e a avaliação da carteira própria de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração, sendo a carteira própria alocada em títulos para negociação (valor justo por meio do resultado) e disponíveis para venda.  
- Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado): os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.  
- Títulos disponíveis para venda: nessa categoria os títulos são ajustados ao valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações/desvalorizações são levadas aos resultados, quando das realizações dos respectivos títulos.  
**e. Imobilizado de uso e intangível**  
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.  
O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.

**f. Provisões, ativos e passivos contingentes**  
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.  
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro.  
**g. Auração do resultado**  
A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CAIXA são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.  
**h. Provisão para imposto de renda e contribuição social**  
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor.  
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.  
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.  
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.  
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.  
**i. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**  
Novas normas contábeis que entraram em vigor ainda não foram aprovadas pelo órgão regulador e a que pode gerar um efeito relevante encontra-se a IFRS 9 e a IFRS 16. Tendo em vista que tais

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

★ continuação

alterações não são obrigatórias para a preparação das demonstrações financeiras até o momento, estas normas terão adoção em períodos futuros. A Companhia está finalizando os trabalhos de avaliação para os efeitos que as IFRS podem vir a apresentar nas demonstrações financeiras e suas divulgações e aguardará referendo do órgão regulador para adoção.

**IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil:** Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional IAS 17. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

**J. Gerenciamento de riscos**

O Gerenciamento de Riscos segue a política de riscos adotada na estrutura do Grupo CNP Seguros. Neste contexto, os riscos que foram mapeados e aplicáveis à operação de Consórcios são: Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional. Contudo não observamos exposição significativa da Companhia.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados, e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, à prevenção à fraude, entre outros.

**3.1 Reapresentação de saldos comparativos**

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de compensação de ativos e passivos correntes, em função da entrada em vigor da Resolução BCB nº 15/20.

Os impactos dessas reclassificações no balanço patrimonial da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Saldos anteriormente apresentados em		Reclassificação	Saldos reapresentados em	
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020	
Diversos (circulante)	105.374	(42.840)		62.534	
Outros	446.394	-		446.393	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>551.768</b>	<b>(42.840)</b>		<b>508.927</b>	
Fiscais e Previdenciárias (circulante)	53.970	(42.840)		11.130	
Outros	497.797	-		497.797	
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>551.768</b>	<b>(42.840)</b>		<b>508.927</b>	

A seguir apresentamos o impacto na demonstração do resultado pela reclassificação de saldos de outras despesas operacionais para outras despesas administrativas, conforme orientação do Banco Central:

**Demonstração do resultado**

	Saldos anteriormente apresentados em		Reclassificação	Saldos reapresentados em	
	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2020	
Outras despesas administrativas	(15.026)	(144.713)		(159.739)	
Outras despesas operacionais	(169.355)	144.713		(24.642)	
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>69.861</b>	-		<b>69.861</b>	
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>45.471</b>	-		<b>45.471</b>	

**4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pelo BACEN, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários - TVM
- Nota 7.d - Depósitos judiciais e provisões passivas

**5. Títulos e Valores Mobiliários - TVM**

Os fundos de investimentos exclusivos são compostos por títulos públicos federais, operações compromissadas e valores a receber, a pagar e de tesouraria que estão apresentados na linha de outros valores.

Descrição	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021			
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
<b>Títulos para negociação</b>								
Ações	5.177	5.138	-	-	5.177	-	-	-
Fundos de investimento	301.556	301.556	257.049	257.049	301.556	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	1.086	1.087	1.073	1.076	-	-	953	133
Notas do tesouro nacional	-	-	92	92	-	-	-	-
Operações compromissadas	602	602	484	484	-	602	-	-
Outros valores	103	103	(12)	(12)	103	-	-	-
<b>Total</b>	<b>308.524</b>	<b>308.486</b>	<b>258.686</b>	<b>258.689</b>	<b>306.836</b>	<b>602</b>	<b>953</b>	<b>133</b>
<b>Disponível para venda</b>								
Letras do tesouro nacional	126.691	135.731	164.304	159.574	-	41.930	84.761	-
Notas do tesouro nacional	-	-	5.090	5.088	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>126.691</b>	<b>135.731</b>	<b>169.394</b>	<b>164.662</b>	-	<b>41.930</b>	<b>84.761</b>	-

**5.1. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo Inicial	Aplicações	Saldo Inicial	Aplicações
Aplicações	428.080	503.262	320.131	606.585
Resgates	-	(506.657)	-	(513.585)
Rendimentos	-	24.302	-	16.153
Ajustes TVM	-	(13.772)	-	(1.204)
<b>Saldo final</b>	<b>435.215</b>	<b>428.080</b>	<b>435.215</b>	<b>428.080</b>

**5.2. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Títulos para negociação</b>						
Ações	5.177	-	5.177	-	-	-
Fundos de investimento	301.556	-	301.556	257.049	-	257.049
Letras financeiras do tesouro	1.086	-	1.086	1.073	-	1.073
Notas do tesouro nacional	-	-	-	92	-	92
Operações compromissadas	-	602	602	-	484	484
Outros valores	103	-	103	(12)	-	(12)
<b>Total</b>	<b>307.922</b>	<b>602</b>	<b>308.524</b>	<b>258.202</b>	<b>484</b>	<b>258.686</b>
<b>Disponíveis para a venda</b>						
Letras do tesouro nacional	126.691	-	126.691	164.304	-	164.304
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.090	-	5.090
<b>Total</b>	<b>126.691</b>	-	<b>126.691</b>	<b>169.394</b>	-	<b>169.394</b>

**6. Outros créditos - Administradora**

**6.1 Créditos diversos**

Os valores registrados como outros créditos diversos podem ser assim apresentados:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - diversos	70.067	65.160
Créditos tributários (nota 6.2)	115	66
Adiantamentos e antecipações salariais	3.620	5.559
Títulos e créditos a receber s/ característica de concessão de crédito	4.808	3.538
Depósitos judiciais cíveis e trabalhistas (nota 7d)	802	578
Outros valores	79.412	74.901

**6.2 Créditos Tributários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

**a. Composição**

	31/12/2021					
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Longo Prazo
A compensar (i)	1	2.163	6.303	50.855	68	1.164
Adições temporárias	-	1.704	-	4.735	-	6.439
Tributos diferidos - TVM	-	814	-	2.260	-	3.074
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>4.681</b>	<b>6.303</b>	<b>57.850</b>	<b>68</b>	<b>1.164</b>

	31/12/2020					
	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Longo Prazo
A compensar (i)	2.206	-	52.933	-	1.193	-
Adições temporárias	-	2.336	-	6.492	-	8.828
<b>Total</b>	<b>2.206</b>	<b>2.336</b>	<b>52.933</b>	<b>6.492</b>	<b>1.193</b>	<b>8.828</b>

(i) Referem-se a tributos retidos pendentes de compensação e ou homologação de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

**b. Expectativa de efetiva realização dos créditos tributários**

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		Ajustes TVM	
	Valor	%	Valor	%
2022	3.699	57%	161	5%
2023	445	7%	-	0%
2024	417	6%	2.913	95%
2025	458	7%	-	0%
2026	315	5%	-	0%
De 2027 a 2031	1.105	17%	-	0%
<b>Total</b>	<b>6.439</b>	<b>100%</b>	<b>3.074</b>	<b>100%</b>

**c. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido**

	31/12/2021		
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
Saldo inicial de Créditos Tributários	2.337	6.492	8.829
Contingências cíveis	-	1	1
Contingências trabalhistas	105	292	397
Provisão para risco de crédito	(46)	(127)	(173)
Provisão para participações nos lucros	8	21	29
Outras provisões	(700)	(1.944)	(2.644)
Ajuste de títulos a valor justo - TVM	814	2.260	3.074
<b>Saldo Atual dos Créditos Tributários</b>	<b>2.518</b>	<b>6.995</b>	<b>9.513</b>
Efeito no resultado das constituições e realizações	633	1.757	2.390

**7. Outras obrigações - Administradora**

**a. Obrigações sociais e estatutárias**

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias são representados substancialmente por dividendos provisionados a pagar e podem ser assim apresentados:

Sociais e estatutárias	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar	28.315	21.295
Gratificações e participações	2.184	2.098
<b>Total</b>	<b>30.499</b>	<b>23.393</b>

**b. Obrigações fiscais e previdenciárias**

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

Fiscais e previdenciárias	31/12/2021	31/12/2020
Impostos retidos	2.485	2.727
Impostos e contribuições sobre o lucro	10.001	8.402
Impostos sobre ajustes TVM	-	1.770
<b>Total</b>	<b>12.486</b>	<b>12.899</b>

Os saldos de 31/12/2020 dos Diversos (créditos tributários) do grupo do ativo e Fiscais e Previdenciários do grupo do passivo foram reapresentados, em função da compensação entre as antecipações de tributos com as obrigações a pagar de mesma natureza.

**c. Outras obrigações - diversas**

Os valores que compõem as outras obrigações diversas podem ser assim apresentadas:

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não procurados de grupos encerrados	130.396	133.704
Despesas de pessoal	1.297	1.327
Comissões a pagar	26.874	30.080
Incentivos e manutenção de vendas	2.488	2.441
Contingências cíveis (nota 7.d)	4.423	4.420
Contingências trabalhistas (nota 7.d)	1.790	624
Serviços de terceiros operacional	3.261	12.699
Honorários	6.468	7.046
Ressarcimento de custos a pagar	5.230	4.759
Outros valores	6.496	7.571
<b>Total</b>	<b>188.723</b>	<b>204.671</b>

**d. Depósitos judiciais e provisões passivas**

Demonstramos a seguir composição dos depósitos judiciais e provisões constituídas na Companhia:

	Depósitos judiciais		Contingências passivas	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ações judiciais cíveis	4.147	3.252	4.423	4.420
Ações judiciais trabalhistas	661	286	1.790	624
<b>Total</b>	<b>4.808</b>	<b>3.538</b>	<b>6.213</b>	<b>5.044</b>

Os depósitos judiciais cíveis correspondem substancialmente a valores oriundos de demandas judiciais envolvendo as devoluções de valores e parcelas pagas pelos consorciados, cujos grupos não tenham sido encerrados.

Os critérios levados em consideração pelos assessores jurídicos para quantificar as provisões para contingências são: a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. Mediante esta avaliação, a constituição de provisões ocorre para as causas judiciais classificadas com probabilidade de perda provável.

A Companhia tem uma ação no polo ativo que foi integralmente recolhida e por isso não está contingenciada. Caso a decisão seja favorável, transitando em julgado, obterá o direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos: (i) PIS e COFINS - Lei 9.718/98 desde 1999, R\$ 4.589.

Demonstramos a seguir a segregação em função da probabilidade de perda:

	31/12/2021			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	2.258	3.616	4.423	10.297
Trabalhistas	9	8.215	1.790	10.014
<b>Total</b>	<b>2.267</b>	<b>11.831</b>	<b>6.213</b>	<b>20.311</b>

  

	31/12/2020			
	Remota	Possível	Provável	Total
Cíveis	4.970	4.083	4.420	13.473
Trabalhistas	8	2.650	624	3.282
<b>Total</b>	<b>4.978</b>	<b>6.733</b>	<b>5.044</b>	<b>16.755</b>

**e. Movimentação das ações judiciais e provisões passivas**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

☆ continuação

**14. Outras despesas administrativas - Administradora**

A composição das despesas administrativas pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(1.696)	(4.087)	(4.757)
Localização e funcionamento	(1.874)	(3.717)	(3.903)
Publicidade e propaganda	(2.245)	(4.968)	(5.389)
Eventos administrativos	(1)	(2)	(2)
Serviços do sistema financeiro	(28)	(52)	(62)
Publicações legais	(38)	(68)	(71)
Ressarcimentos de recursos não procurados	(3.726)	(5.068)	(2.513)
Despesas compartilhadas	(8.508)	(17.967)	(18.455)
Comissões	(120.091)	(255.498)	(272.538)
Arrendamento de balcão	(2.497)	(8.042)	(23.711)
Outras despesas administrativas	365	(14)	(539)
<b>Total</b>	<b>(140.339)</b>	<b>(299.483)</b>	<b>(331.940)</b>

**15. Despesas tributárias - Administradora**

A composição das despesas tributárias pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
ISS	(6.599)	(13.405)	(13.216)
PIS e COFINS	(27.811)	(56.399)	(56.363)
Despesas compartilhadas	(3)	(68)	(11)
Outras despesas tributárias	(3)	(66)	(98)
<b>Total</b>	<b>(34.416)</b>	<b>(69.938)</b>	<b>(69.688)</b>

**16. Outras receitas e (despesas) operacionais - Administradora**

A composição das outras receitas e despesas operacionais pode ser resumida como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Receita com multas e juros	5.712	8.900	12.746
Taxa de permanência	33.601	67.352	58.430
Honorários e custas processuais	(2.817)	(5.503)	(5.013)
Outras rendas operacionais	10.390	21.512	15.842
Formalização e custo de contemplação	(969)	(2.035)	(2.774)
Propaganda e correspondência	6.984	6.050	(2.295)
Despesas acessórias com vendas	(657)	(711)	(330)
Serviço de recuperação de crédito	(566)	(1.304)	(1.314)
Mídia produto	(3.577)	(3.678)	(24)
Central de relacionamento	(915)	(1.817)	(1.513)
Serviços de terceiros	(4.549)	(14.031)	(17.969)
Indenizações judiciais	(1.406)	(4.972)	(5.595)
Pagamento obrigatório ao estipulante	(5.980)	(8.056)	(3.956)
Outras despesas operacionais	(1.829)	(4.709)	(7.243)
<b>Total</b>	<b>33.422</b>	<b>56.998</b>	<b>38.992</b>

**17. Imposto de renda e contribuição social - Administradora**

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	180.556	180.556	135.179	135.179
<b>Base de cálculo</b>	<b>180.556</b>	<b>180.556</b>	<b>135.179</b>	<b>135.179</b>
Taxa nominal do tributo	9%	25%	9%	25%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	<b>(16.250)</b>	<b>(45.139)</b>	<b>(12.166)</b>	<b>(33.795)</b>
Ajustes do lucro real	(6.840)	(6.802)	4.172	4.172
Ajustes temporários diferidos	7.029	7.029	(2.939)	(2.939)
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	<b>189</b>	<b>227</b>	<b>1.233</b>	<b>1.233</b>
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	<b>(17)</b>	<b>(57)</b>	<b>(111)</b>	<b>(308)</b>
Incentivos fiscais	-	128	-	859
<b>Despesa contabilizada</b>	<b>(16.267)</b>	<b>(45.068)</b>	<b>(12.277)</b>	<b>(33.244)</b>
Taxa efetiva	9,01%	24,96%	9,08%	24,59%

**18. Principais práticas contábeis - Grupos de Consórcios**

**a. Ativo circulante**  
**i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Representam os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos aplicados, segundo determinações do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.  
O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.  
Os rendimentos decorrentes dessas aplicações financeiras são atribuídos aos grupos por meio de rateio diário proporcionais à participação de cada grupo no total das receitas.

**ii. Direitos junto a consorciados contemplados**

Representam os valores a receber de consorciados que já foram contemplados.

**b. Passivo circulante**

**i. Obrigações com consorciados**

Representam os recursos coletados quando da adesão dos consorciados aos grupos em formação e também os recursos do Fundo Comum dos Grupos em Andamento.

**ii. Valores a repassar**

Representam os valores devidos pelos Grupos em Andamento a terceiros, a título de Taxa de Administração e Seguros, Multas e Juros Moratórios, Custas Judiciais e Prêmios de Seguros.

**iii. Obrigações por contemplações a entregar**

Representam os recursos a repassar aos consorciados contemplados destinados à aquisição de bens.

**iv. Recursos a devolver a consorciados**

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos.

**v. Recursos do grupo**

Representam os registros dos recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

**c. Compensação**

**i. Previsão mensal de recursos a receber de consorciados**

Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e do prêmio de seguro, com base no valor do bem vigente na data das demonstrações financeiras.

**ii. Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições**

Referem-se às contribuições totais (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos.

**iii. Valor dos bens ou serviços a contemplar**

Corresponde ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço do bem vigente no período.

**d. Demonstração consolidada das variações das disponibilidades de grupos**

Apresenta os recursos coletados e utilizados a valores históricos.

**i. Recursos coletados**

Representam os recursos coletados dos grupos de consórcio no período e incluem os rendimentos deles decorrentes.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e dos seguros.

O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não recebimento de prestações, além de outras possibilidades previstas em Lei. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

**ii. Recursos utilizados**

Representam os pagamentos realizados pelos grupos, tais como: cartas de crédito, taxa de administração, seguros e outros.

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição para aquisição de bens ou no decorrer do recebimento das prestações.

**e. Resumo das operações de consórcios**

As operações de consórcios podem ser resumidas como segue:

Operações de consórcios:	Quantidades	
	31/12/2021	31/12/2020
Grupos em andamento	157	182
Consorciados ativos	158.423	171.034
Conсорciados desistente ou excluídos - total <sup>1</sup>	159.257	147.882
Conсорciados desistente ou excluídos - no período	30.010	34.855
Conсорciados contemplados	142.326	136.119
Bens pendentes de entrega	45.169	44.066
Bens entregues - total <sup>2</sup>	97.157	92.053
Bens entregues - no período	29.255	30.158
Taxa média de inadimplência dos contemplados <sup>3</sup>	13,41%	12,68%

<sup>1</sup> Representa o total de cotas desistentes e excluídas de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

<sup>2</sup> Representa a utilização total da carta de crédito de grupos ativos na data-base dessas demonstrações financeiras;

<sup>3</sup> A partir de 30/06/2015, o percentual de inadimplência calculado representa as cotas contempladas de consorciados ativos cujo percentual em atraso é igual ou superior ao percentual de amortização mensal, na data-base, sobre a quantidade total de cotas contempladas de consorciados ativos.

**19. Aplicações financeiras - Grupos**

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) podem ser resumidas como segue:

	2º semestre de 2021	31/12/2021	31/12/2020
Letras financeiras do tesouro	2.017.626	2.017.626	1.972.985
Quotas de fundos de investimento	189.225	189.225	121.906
<b>Total</b>	<b>2.206.851</b>	<b>2.206.851</b>	<b>2.094.891</b>

**20. Provisões**

As ações judiciais em que a companhia é ré, em sua maior parte envolvem pedido de devolução de valores pagos. Os valores pagos pelos consorciados ficam registrados nas rubricas: i) obrigações com consorciados; ou ii) recursos a devolver a consorciados até o encerramento dos grupos, quando então são devolvidos aos consorciados.  
Para as ações que envolvem pedido de indenização por danos morais é realizada provisão na Administradora para aquelas em que a probabilidade de perda for considerada provável. (Nota 7.d.)

**Conselho de Administração**

<b>Paulo Otavio Silva Camara</b> - Presidente	<b>Rosana Techima Salsano</b>	<b>Antônio Carlos Paiva Futuro</b>	<b>Maximiliano Alejandro Villanueva</b>	<b>Pedro Duarte Guimarães</b>
---	-------------------------------	------------------------------------	---	-------------------------------

**Parecer do Conselho Fiscal**

Concluído o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2021 e, constatada a exatidão de todos os elementos apreciados, considerando o relatório com ênfase emitido pela KPMG, os membros do Conselho Fiscal da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia no período e estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

**Conselho Fiscal**

<b>Humberto Fernandes de Moura</b> Membro do Conselho Fiscal	<b>José Marcolino Lincoln</b> Membro do Conselho Fiscal	<b>José Antônio Lima Tenório</b> Membro do Conselho Fiscal
---	--	---

**Diretoria Executiva**

<b>Maximiliano Alejandro Villanueva</b> Diretor Presidente	<b>Mozart de Oliveira Farias</b> Diretor Operacional	<b>Ana Paula Rodrigues Coelho</b> CRC PE - 020428/O-0-T-DF
---	---	---

**Contador**

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Para o exercício de sua missão institucional, o Comitê realiza reuniões periódicas, de acordo com seu Planejamento Anual, aprovado pelo Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas no período estão registradas em atas, cobrem o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

**Principais Atividades**

O Comitê de Auditoria realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente e de Diretores Executivos do Grupo, dos Auditores Independentes, de representantes da Auditoria Interna, da Conformidade, do Controle de Riscos, da Governança Corporativa e da Ouvidoria. Referidas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

Ao longo de 2021, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as Demonstrações Financeiras de 31/12/2021 da CNP Seguros Holding Brasil S.A. e das seguintes controladas: Caixa Seguradora S.A., Caixa Capitalização S.A., Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios, Companhia de Seguros Previdência do Sul-Previsul, Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., e Youse Seguradora S.A., também revisou as notas explicativas, o Relatório da Administração e os relatórios dos Auditores Independentes.

**Conclusões:**

Com base em suas avaliações ao longo do período e tendo presentes as atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação, o Comitê de Auditoria considera que:  
Não foram constatadas evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP n.º 321/15.

A auditoria contábil externa foi efetiva e realizou suas atividades de forma objetiva e independente. As informações fornecidas pela KPMG constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras.  
A auditoria interna foi efetiva, concluiu o conjunto de trabalhos ajustados com o Coaud para o exercício e desempenhou suas funções com independência e objetividade.

O sistema de controles internos mostrou-se adequado e preparado para os desafios que o Grupo está enfrentando, em razão da reorganização societária e das reestruturações internas.  
Não foram constatadas evidências de falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares pertinentes que possam colocar em risco a continuidade do negócio.

As práticas contábeis relevantes utilizadas pela CNP Seguros Holding Brasil S.A. e controladas, na elaboração das demonstrações financeiras, estão alinhadas aos princípios fundamentais de contabilidade, à legislação societária brasileira e às demais normas aplicáveis.  
Brasília, 22 de fevereiro de 2022

Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria

João Decio Ames  
Rogério Vergara

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios**

Brasília - DF  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2021 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos a atenção a nota 3.1, às demonstrações financeiras, que indica que as informações comparativas no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas em função da compensação de certos ativos e passivos fiscais correntes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício anterior**

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, preparados originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos na nota explicativa 3.1, e as demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido dos fluxos de caixa relativos ao semestre e exercício findos nessa data e as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2020, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação. Como parte do nosso exame das demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 examinamos os ajustes nos valores correspondentes acima referidos dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Administradora referentes ao semestre e exercício findos nessa data e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre elas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de fevereiro de 2022

## Relatório da Administração - Exercício de 2021

Senhores Acionistas,  
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da YOUSE SEGURADORA S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.  
A Companhia encerrou o exercício com um lucro líquido de R\$ 752,0 mil, o que representa uma taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio de 1,5%. Como a Companhia ainda não está comercializando produtos, esse resultado foi alcançado substancialmente em decorrência do resultado

financeiro dos recursos aplicados.  
Os ativos financeiros da Companhia, ao final do exercício de 2021, totalizaram o valor de R\$ 49.045,0 mil, superando em 1,2% o valor alcançado no final do ano anterior, já seu patrimônio líquido alcançou o valor de R\$ 48.767,0 mil.  
**DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**  
Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

### Considerações Finais e Agradecimentos

A YOUSE SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros.

Brasília, 21 de fevereiro de 2022

A Administração

### Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTA	31/12/2021	31/12/2020		NOTA	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>49.256</b>	<b>35.087</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>911</b>	<b>1.119</b>
Disponível		168	395	Contas a pagar		911	1.119
Caixa e bancos		168	395	Obrigações a pagar	7.1	258	331
Aplicações	5	49.045	33.296	Impostos e encargos sociais a recolher		44	60
Títulos e créditos a receber	6	—	1.353	Encargos trabalhistas		64	20
Créditos tributários e previdenciários	6.1	—	1.353	Impostos e contribuições	7.2	448	662
Despesas antecipadas		43	43	Outras contas a pagar		97	46
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>422</b>	<b>15.206</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>—</b>	<b>457</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>405</b>	<b>15.179</b>	Contas a pagar		—	457
Aplicações	5	—	15.169	Tributos diferidos	7.3	—	457
Títulos e créditos a receber	6	405	10	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8</b>	<b>48.767</b>	<b>48.717</b>
Créditos tributários e previdenciários	6.1	405	10	Capital social	8.1	40.000	40.000
<b>Imobilizado</b>		<b>4</b>	<b>8</b>	Reservas de lucros	8.2	8.889	8.032
Bens móveis		4	8	Ajuste de avaliação patrimonial		(122)	685
<b>Intangível</b>		<b>13</b>	<b>19</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>49.678</b>	<b>50.293</b>
Outros intangíveis		13	19				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>49.678</b>	<b>50.293</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Discriminação	Capital	Reservas	Ajustes de Avaliação	Lucros	Total
	Social	de Lucros	Patrimonial	Acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.000</b>	<b>6.857</b>	<b>857</b>	<b>—</b>	<b>47.714</b>
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 27.04.2020	—	263	—	—	263
Títulos e valores mobiliários	—	—	(171)	—	(171)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	1.196	1.196
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>					
Reserva legal	—	60	—	(60)	—
Reserva de lucros	—	852	—	(852)	—
Dividendos	—	—	—	(284)	(284)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>40.000</b>	<b>8.032</b>	<b>685</b>	<b>—</b>	<b>48.717</b>
Reserva de lucros - reversão de dividendos mínimos obrigatórios: AGO de 30.03.2021	—	284	—	—	284
Títulos e valores mobiliários	—	—	(807)	—	(807)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	752	752
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b>					
Reserva legal	—	37	—	(37)	—
Reserva de lucros	—	536	—	(536)	—
Dividendos	—	—	—	(179)	(179)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>40.000</b>	<b>8.889</b>	<b>(122)</b>	<b>—</b>	<b>48.767</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Youse Seguradora S.A. "Companhia", foi constituída em 11 de maio de 2016, com sede na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050, controlada pela CNP Participações Seguradoras Brasil Ltda. Sua controladora indireta no Brasil é a CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA") na distribuição de seus produtos nas modalidades de seguros e de ramos elementares no âmbito do território nacional. Tem por objeto social a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo, ainda, participar do capital social de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes.

A autorização para exploração das operações de seguros de danos e pessoas foi publicada pela SU-SEP em 26 de março de 2018, mas as operações de seguros não foram iniciadas até o momento da aprovação dessas demonstrações financeiras.

#### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

##### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Circular SUSEP nº 517/15 (Revogada pela Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, que entrou em vigor em 3 de janeiro de 2022), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP".

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de fevereiro 2022.

##### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

##### 2.3. Caixa e bancos

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

##### 2.4. Ativos financeiros

###### 2.4.1. Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

###### a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

A Companhia não possui títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para valor justo por meio do resultado") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

###### 2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:

a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

##### 2.5. Impairment

###### 2.5.1. Impairment de ativos financeiros

###### a. Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emiteente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados

a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais.

###### b. Ativos classificados como disponível para venda

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de default do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

###### 2.5.2. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

###### 2.6. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática - 20% a.a. O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pela Companhia é de 20% a.a.

###### 2.7. Ativos e passivos circulante e não circulante

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

###### 2.8. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.  
As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

###### 2.9. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado até o mês de junho de 2021 e em decorrência da Medida Provisória 1.034/2021, convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da CSLL das pessoas jurídicas de seguros privados para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social referente ao lucro ajustado desse período foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. Tendo em vista a Lei nº 14.183, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a contribuição social diferida cuja expectativa de realização era até dezembro de 2021 foi calculada considerando a alíquota de CSLL majorada.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

###### 2.10. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações emitidas, mas que ainda não entraram em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

###### IFRS 9 Instrumentos Financeiros - CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 entrou em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, porém a administração avaliou que a Companhia cumpre os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e optou por adiar a aplicação do IFRS 9/CPC 48 até a data efetiva da nova norma de contratos de seguro (IFRS 17), em 1º de janeiro de 2023, tendo em vista que suas operações, quando iniciadas, serão predominantemente relacionadas a seguros. Além disso, dependerá da aprovação do órgão regulador.

**IFRS 17 - Contratos de seguro** - Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro, norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos

### Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	NOTA	31/12/2021	31/12/2020
Despesas administrativas	11	(1.222)	(630)
Despesas com tributos	11	(191)	(182)
Resultado financeiro	11	2.799	2.917
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.386</b>	<b>2.105</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.386</b>	<b>2.105</b>
Imposto de renda	12	(310)	(529)
Contribuição social	12	(245)	(332)
Participações sobre o resultado		(79)	(48)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>752</b>	<b>1.196</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>40.000.000</b>	<b>40.000.000</b>
<b>Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>0,02</b>	<b>0,03</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>752</b>	<b>1.196</b>
<b>Outros lucros abrangentes</b>		<b>(807)</b>	<b>(171)</b>
Ajustes de títulos e valores mobiliários		(1.345)	(285)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários		538	114
<b>Total dos (Prejuízos)/Lucros abrangentes para o exercício</b>		<b>(55)</b>	<b>1.025</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>40.000.000</b>	<b>40.000.000</b>
<b>(Prejuízo)/Lucro líquido por ação em R\$</b>		<b>(0,00)</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>752</b>	<b>1.196</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	9	10
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	(1.388)	(1.182)
Créditos fiscais e previdenciários	1.353	325
Ativo fiscal diferido	(395)	(6)
Despesas antecipadas	—	(43)
Outros ativos	(19)	(188)
Impostos e contribuições	87	745
Outras contas a pagar	84	62
Outros passivos	46	—
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>529</b>	<b>919</b>
Juros pagos	(3)	—
Juros recebidos	19	188
Imposto sobre o lucro pagos	(772)	(864)
<b>Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(227)</b>	<b>243</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Imobilizado	—	(5)
<b>Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(227)</b>	<b>238</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>395</b>	<b>157</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>168</b>	<b>395</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

Em março de 2020, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 17, que prorrogou a data de entrada em vigor da norma, que passará a ser para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

A Companhia pretende adotar essas normas e novas interpretações, quando entrarem em vigor e forem referendadas pelo órgão regulador.

#### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A nota explicativa 5 - Instrumentos Financeiros (Aplicações) inclui: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

##### 3.1. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está impaired, a Companhia avalia,

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

—☆ continuação

**4.1. Risco de crédito**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2021			31/12/2020		
	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
<b>Composição dos ativos</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	—	34.817	34.817	—	12.347	12.347
Fundos de investimentos	—	34.817	34.817	—	12.347	12.347
<b>Disponíveis para venda</b>	14.228	—	14.228	36.118	—	36.118
Letras do tesouro nacional	14.228	—	14.228	35.069	—	35.069
Notas do tesouro nacional	—	—	—	1.049	—	1.049
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	14.228	34.817	49.045	36.118	12.347	48.465

**4.2. Risco de liquidez**

Possibilidades de uma Companhia não conseguir ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

**4.2.1. Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política Políticas de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), Política de Investimentos, juntamente com a Declaração de Apetite ao Risco tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

A política de liquidez, para atendimento regulamentar, está em desenvolvimento e será concluída no 1º semestre de 2022.

Corporativamente, é estabelecido na Declaração de Apetite ao Risco, o limite mínimo de 25% em relação ao total de recursos disponíveis de curto prazo e aqueles direcionados para cobertura de reserva.

Os monitoramentos demonstram que a Companhia está acima do percentual estabelecido.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

**5. Instrumentos financeiros**

**5.1. Resumo da classificação das aplicações**

As carteiras dos fundos de investimentos são apresentadas segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento.

	Valor do Mercado		Valor do Mercado		Sem Vencimento	Entre 01 e 05 anos		Porcentual
	Atualizado	Atualizado	Atualizado	Atualizado				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>								
Fundos de investimento	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	—	—	70,99%
<b>Subtotal</b>	34.817	34.817	12.347	12.347	34.817	—	—	70,99%
<b>Disponível para venda</b>								
Letras do tesouro nacional	14.228	14.432	35.069	33.927	—	14.228	—	29,01%
Notas do tesouro nacional	—	—	1.049	1.048	—	—	—	0,00%
<b>Subtotal</b>	14.228	14.432	36.118	34.975	—	14.228	—	29,01%

**5.2. Movimentação das aplicações**

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo inicial</b>	48.465	47.455
Aplicações	49.299	608
Resgates	(50.238)	(2.118)
Rendimentos	2.864	2.805
Ajustes TVM	(1.345)	(285)
<b>Saldo final</b>	49.045	48.465

**5.3. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas**

**a. Abertura por hierarquia**

A totalidade das aplicações apresentadas na nota 5.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

**b. Taxas de juros contratadas**

A carteira de investimentos da Companhia possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2021	31/12/2020
Letras do Tesouro Nacional	Pré 8,10%	Pré 7,33% a 9,01%
Notas do Tesouro Nacional	—	Pré 9,80%

**6. Títulos e créditos a receber**

**6.1. Créditos tributários e previdenciários**

A composição, expectativa de efetiva realização e a movimentação dos créditos tributários podem ser resumidas como segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Contribuição social	Imposto de renda		Contribuição social	Imposto de renda	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	—	—	282	—	—	282
Adições temporárias	—	16	26	—	—	42
Tributos diferidos - TVM	—	30	51	—	—	81
<b>Total</b>	—	46	359	—	—	405

	31/12/2020		
	Contribuição social	Imposto de renda	
	Circulante	Não circulante	Total
A compensar	—	—	1.353
Adições temporárias	—	4	—
<b>Total</b>	—	4	1.353

**7. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar**

**7.1. Obrigações a pagar**

Os saldos são demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	—	47
Dividendos	179	284
Participação nos lucros - bônus	79	—
<b>Total</b>	258	331

**7.2. Impostos e contribuições**

São representados integralmente pelo IRPJ e pela CSLL a recolher. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 448 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 662).

**7.3. Tributos diferidos**

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. Não apresentou saldo nessa rubrica em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 457).

**8. Patrimônio líquido**

**8.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está composto por 40.000.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

**8.2. Gestão de Capital**

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

**8.3. Reservas de lucros**

**a. Reserva legal** - É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 453 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 416).

**b. Reserva de retenção de lucros** - É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 8.436 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 7.616).

**8.4. Dividendos**

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes serão provisionados no final do exercício corrente:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	752	1.196
(-) Reserva Legal	(37)	(60)
<b>Base de cálculo de dividendos</b>	715	1.136
Dividendo mínimo - 25%	179	284
Dividendos propostos	179	284
<b>Dividendos provisionados</b>	179	284

**9. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital**

Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Patrimônio líquido</b>	48.767	—
(+) Ajustes contábeis	(55)	—
Despesas antecipadas	(43)	—
Ativos Intangíveis	(12)	—
(-) PLA Nível 3 - (C)	124	—
<b>PLA Nível 1 - (A)</b>	48.588	—
<b>PLA Nível 2 - (B)</b>	—	—
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	124	—
<b>PLA Nível 3 - (C)</b>	124	—
<b>Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)</b>	—	—
<b>Patrimônio líquido ajustado (A) + (B) + (C)</b>	48.712	—

	31/12/2021
<b>Capital base e capital adicional</b>	15.000
<b>Capital base</b>	15.000
Capital de risco de crédito	2.866
Capital de risco de mercado	7.458
Benefício da correção entre risco	(1.691)
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - (E)</b>	15.000
<b>Suficiência de Capital (PLA - CMR) - (F)</b>	33.712
<b>% Suficiência - (F)/(E)</b>	225%

**10. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: CNP Participações Segurárias Brasil Ltda. (Controladora direta), CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora indireta), CNP Assurances (Controladora indireta), CNP Assurances Brasil Holding Ltda. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Seguridade Participações S.A. (Acionista da CNP Seguros Holding Brasil S.A.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguridade Participações S.A.), empresas ligadas que são controladas por seus acionistas, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

	31/12/2021			31/12/2020		
	(Passi-Ativos)	Recei-vos	(Despe-tas)	(Passi-Ativos)	Recei-vos	(Despe-tas)
<b>Disponibilidades:</b>						
Caixa Econômica Federal	94	—	—	194	—	—
<b>Dividendos</b>						
CNP Participações Segurárias Brasil Ltda.	—	(179)	—	—	(284)	—
<b>Operações de seguros</b>						
Caixa Seguradora S.A.	—	—	1	—	—	—
<b>Remuneração do pessoal-chave da administração</b>						
Remuneração e benefícios de curto prazo	—	—	(703)	—	—	(240)

**11. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado**

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Despesas administrativas</b>		
Pessoal próprio	(910)	(355)
Serviços de terceiros	(216)	(106)
Localização	(28)	(21)
Publicações legais	(40)	(40)
Contribuições para entidade de classe	(28)	(108)
<b>Total</b>	(1.222)	(630)
<b>Despesas com tributos</b>		
Taxa de fiscalização	(191)	(182)
<b>Total</b>	(191)	(182)
<b>Receitas/despesas financeiras</b>		
Resultado com títulos de renda fixa	1.484	2.504
Resultado com fundos de investimentos	1.380	301
Outras receitas e despesas financeiras	(65)	112
<b>Total</b>	2.799	2.917

**12. Imposto de renda e contribuição social**

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.307	1.307	2.057	2.057
<b>Base de cálculo</b>	1.307	1.307	2.057	2.057
Taxa nominal do tributo	20,00%	25,00%	15,00%	25,00%
<b>Tributos calculado a taxa nominal</b>	(261)	(327)	(308)	(514)
Ajustes do lucro real	108	108	171	171
Ajustes temporários diferidos	(60)	(80)	(13)	(13)
Efeito do diferencial da alíquota até jun/21	(131)	—	—	—
<b>Total dos ajustes a base de cálculo</b>	(83)	28	158	158
<b>Tributos sobre os ajustes</b>	16	(7)	(24)	(39)
<b>Incentivos fiscais</b>	—	24	—	24
<b>Despesa contabilizada</b>	(245)	(310)	(332)	(529)
<b>Taxa efetiva</b>	18,73%	23,69%	16,14%	25,74%

**13. Comitê de auditoria**

O Comitê de Auditoria está constituído na CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Controladora), com base na Resolução CNSP nº 321/15, tendo alcance sobre a Companhia. Por essa razão e com amparo no art. 3º do artigo 136 daquela Resolução, o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria está publicado nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa líder do Grupo.

**Conselho de Administração**

Eduardo Fabiano Alves da Silva - Presidente	Claudio Salturo	Maximiliano Alejandro Villanueva	Pedro Duarte Guimarães	Asma Zidani Ep Baccar
---	-----------------	----------------------------------	------------------------	-----------------------

**Diretoria Executiva**

Marcos Centin Dornelles Diretor Presidente	Federico Javier Tapia Salazar Diretor Financeiro
---	---

**Contador**

Marco Antonio Barbosa Pires Contador - CRC DF 014151/O-6
---

**Atuário**

Andrés Marco Botalla Atuário MIBA n° 3663
--

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da Youse Seguradora S.A.

Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Youse Seguradora S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Youse Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Aplicações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na notas explicativas nº 1, 2, 4 e 5, a Companhia ainda não iniciou a comercialização de seguros, todavia possui aplicações financeiras em títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos, que representam parte substancial do total do ativo.	Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de registro, valorização e custódia das aplicações financeiras; (ii) com o auxílio dos nossos especialistas de instrumentos financeiros efetuamos o recálculo independente do valor justo e do custo amortizado das aplicações financeiras, utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos; (iii) avaliação da existência desses ativos por meio de confirmação independente com os órgãos custodiantes; e (iv) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outros assuntos**

**Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicati-

vas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar



[cnpbrasil.com.br](http://cnpbrasil.com.br)